

A OCUPAÇÃO DA ZONA NORTE DE SÃO PAULO E A RACIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

PARQUE PERUCHE E BRASILÂNDIA

Maria Gabriela Feitosa dos Santos

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação

A OCUPAÇÃO DA ZONA NORTE DE SÃO PAULO E A RACIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

PARQUE PERUCHE E BRASILÂNDIA

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Santos, Maria Gabriela Feitosa dos
A ocupação da Zona Norte de São Paulo e a racialização do
espaço urbano: Parque Peruche e Brasilândia / Maria Gabriela
Feitosa dos Santos; orientador Ana Cláudia Castilho Barone.
- São Paulo, 2021.
143p.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura
e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo.

1. Questões Raciais Urbanas. 2. Território Negro. 3.
Instituições Negras. I. Barone, Ana Cláudia Castilho,
orient. II. Título.

Maria Gabriela Feitosa dos Santos
Orientadora: Ana Cláudia Castilho Barone

Dezembro/2021

*Por menos que conte a história
Não te esqueço meu povo
Se Palmares não vive mais
Faremos Palmares de novo*

José Carlos Limeira¹

¹ Fragmento do poema “Quilombos” do escritor José Carlos Marinho Santos, in memoriam a Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, publicado no livro Atabaques em 1979, em parceria com o poeta carioca Éle Semog. Nascido em 1951 em Salvador da Bahia, José Carlos Limeira se consagrou como um dos maiores escritores e poetas brasileiros, ativista do movimento negro. Escreveu e publicou contos, artigos, crônicas e poemas em antologias como “Cadernos Negros” e “Axé”, além de outras publicadas em países como Alemanha e Estados Unidos. O escritor faleceu em 12 de março de 2016. (Portal Geledés, 2009; Literafro, 2020; RIOS, 2012).

agradecimentos

Este trabalho é fruto de uma longa caminhada compartilhada com colegas da academia e do trabalho, amigos e familiares. Queria agradecer aqui a todos que nesses últimos anos me acompanharam e me incentivaram em descobertas, aventuras, militância, esperanças e paixões.

Em especial, agradeço à minha orientadora, Ana Cláudia Castilho Barone, que, a partir de um telefonema realizado em 2017, aceitou iniciar uma relação de orientação que perdura até os dias de hoje. Esse processo tem sido de intensa troca e desenvolvimento, e tem gerado desdobramentos importantes e potentes. Nessa nota, aproveito e agradeço aos colegas do Laboratório de Estudos sobre Raça e o Espaço Urbano, que têm contribuído para a minha formação enquanto pesquisadora.

À minha família do Parque Peruche, agradeço pela transmissão de práticas e saberes que me impulsionaram a buscar respostas para a formação do território do Peruche. Sobre tudo, agradeço à tia Rosângela que, junto com a minha mãe, se empenhou para me colocar em contato com os meus primeiros interlocutores do Peruche. A tia Jana e o tio Romildo também foram fundamentais para que eu estabelecesse contato com moradores da Brasilândia, por isso, deixo aqui minha gratidão. Agradeço também a todos os moradores e ex-moradores do Parque Peruche e Brasilândia que tão gentilmente me acolheram e compartilharam suas memórias: Baeta, Dimas, Dona Baduca, Dona Yolanda, Dona Yvonne, Fernando Rípol, Harry, Mãe Wanda, Seu Carlão do Peruche, Tia Amélia, Tia França e Carmo do Nascimento.

Agradeço aos amigos da época de militância da minha mãe junto ao Partido dos Trabalhadores na década de 1980, que hoje também são nossa família e me presentearam com as minhas amigas irmãs, Julia e Raissa. Romildo, Majô e Edna, enquanto militantes, me introduziram à luta do movimento negro e me expuseram a debates enriquecedores, sempre ao redor de uma bela mesa de comida. O legado de vocês tem ressoado através da nossa geração. Em especial, agradeço à eterna Edna Muniz, que me acolheu e me incentivou a buscar ajuda para resistir ao ambiente racializado da USP. O coletivo Malungo da FAUUSP e seus membros também desempenharam papel central nesse processo de resistência. Aqui, não posso deixar de agradecer à Débora Fernandes pela amizade e companheirismo. Nossa colisão, ainda nos primeiros dias de FAU, foi das mais bonitas e felizes.

Aos amigos que conheci na FAU, agradeço por terem sido fonte de força e leveza nesses últimos anos, principalmente João, Sylvia, Juliana, Luiza, Catarina, Vitor, Lucas, Cecília, Titi e Mariana. Essa turma me incentivou a sonhar, me ajudou diretamente nas minhas aspirações e me ensinou muito sobre a vida. Desse grupo, sou grata também à Larissa pelas raízes na Zona Norte e paixões que compartilhamos. Foi potente nossa travessia conjunta da ZN à FAU. Agradeço também aos amigos e familiares que acompanharam com entusiasmo e afinco o meu desenvolvimento nas pesquisas que subsidiaram este trabalho, em especial Julia, Dione, Marina, Ana, Emilie, Stefanie e Laura.

Agradeço aos professores e funcionários da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo pelos ensinamentos e suporte durante esses anos de formação. Em especial, à Biblioteca e demais serviços de apoio didático dessa instituição e demais unidades da USP que, sobretudo

durante o período da pandemia da Covid-19, prestaram auxílio crucial para o desenvolvimento deste trabalho. Ao funcionários da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Centro de Documentação do Museu da Cidade de São Paulo, agradeço pela recepção e apoio técnico.

Por fim, como não poderia deixar de ser, agradeço à minha família que me apoiou e que sem a qual a realização deste trabalho não seria possível. À minha irmã, Anne, agradeço pelo incentivo e pela vibração com cada passo que eu dei durante essa longa caminhada. Obrigada por sempre me lembrar que a vida pode ser mais leve. Sou grata à minha mãe, Elza Alves Feitosa, por ter imputado em mim uma determinação de ser o que eu sonhar, e não o que me dizem ser possível ser. Agradeço também por me transmitir o seu engajamento político, foi a partir dele que comecei a questionar a ordem das coisas. Gratidão por todo o seu empenho para viabilizar este trabalho, seu apoio foi gigante. À Carlos Antônio Sergio dos Santos, meu amado pai, agradeço por, mesmo tendo deixado essa Terra, seguir me ensinando sobre as belezas da vida. Foi sua paixão pela cultura negra – soul, R&B, disco music e samba – e pelo Peruche que me enveredaram a esta pesquisa. Dedico este trabalho à sua memória.

sumário

| | | | |
|---|-----|---|-----|
| resumo | 013 | capítulo 5 | 099 |
| abstract | 015 | Territorialidade e resistência negra: as organizações negras do Parque Peruche e da Brasilândia | 099 |
| introdução | 017 | | |
| capítulo 1 | 023 | | |
| A cidade de São Paulo e os territórios negros no início do século XX | 023 | | |
| capítulo 2 | 031 | | |
| Expansão urbana e segregação racial em São Paulo: a obra de retificação do rio Tietê, migração e periferização | 031 | | |
| A obra de retificação do rio Tietê: interesses em jogo e o espraiamento da cidade | 034 | Samba paulista e samba carioca: os casos da Escola de Samba Unidos do Peruche e a Sociedade Rosas de Ouro | 114 |
| Materialização dos padrões de segregação da cidade metrópole: um processo racializado | 045 | A recuperação da memória comunitária para a resistência dos territórios negros do presente | 119 |
| capítulo 3 | 057 | | 127 |
| A transposição do rio Tietê pela população negra: o bairro do Parque Peruche | 057 | | 131 |
| O loteamento do Parque Peruche | 067 | conclusão | |
| Os primeiros ocupantes do Parque Peruche: a população negra | 076 | referências | |
| capítulo 4 | 081 | | |
| Nas bordas da cidade: a ocupação da Brasilândia e a segregação urbana | 081 | | |
| O loteamento Vila Brasilândia e a expansão da ocupação urbana na Zona Norte | 086 | | |
| O distrito da Brasilândia e a noção de “África Paulistana” | 093 | | |

resumo

A pesquisa pretende contribuir para a compreensão dos aspectos raciais e urbanos envolvidos no processo de periferização da população negra na Zona Norte da cidade de São Paulo. A partir do estudo do Parque Peruche e Vila Brasilândia, apreendemos como as práticas urbanas adotadas na cidade em meados do século XX geraram a formação de territórios socialmente e racialmente segregados. Entre 1940 e 1960, esses bairros tiveram como primeiro contingente populacional significativo famílias negras migrantes do interior paulista, de Minas Gerais e do Nordeste e grupos negros oriundos de bairros centrais da cidade de São Paulo, como Bexiga, Barra Funda, Lavapés e Santa Cecília. No trabalho, identificamos como a tendência de espacialização dessa população no Peruche e Brasilândia foi acompanhada pela articulação de uma rede de organizações socioculturais negras que foi importante para a construção de uma identidade negra nesses territórios. Durante as primeiras décadas de ocupação do Peruche e Vila Brasilândia, essas instituições e suas similares no Rio de Janeiro e Salvador, estabeleceram um intercâmbio de práticas e saberes. Essa troca aponta para a organização dos negros em associação com instituições de outros Estados em meados do século XX.

Palavras-chave: Questões raciais urbanas; Território negro; Parque Peruche; Brasilândia; Instituições negras.

abstract

This research aims to contribute to the understanding of the racial and urban aspects involved in the process of peripheralization of the black population in the North Zone of the city of São Paulo. From the study of Parque Peruche and Vila Brasilândia, we learn how urban practices adopted in the city in the mid-20th century generated the formation of socially and racially segregated territories. Between 1940s and 1960s, these neighborhoods had as its first significant population contingent, black migrant families from cities from the countryside of São Paulo, Minas Gerais and the Northeast and black groups from central neighborhoods in the city of São Paulo, such as Bexiga, Barra Funda, Lavapés and Santa Cecília. In the research, we identified as this spatialization propensity of this population in Peruche and Brasilândia, was accompanied by the articulation of a network of black socio-cultural organizations that was essential to the construction of a black identity in these territories. During the first decades of occupation of Peruche and Vila Brasilândia, these institutions and its similar in Rio de Janeiro and Salvador, established an exchange of practices and knowledge. This indicates the organization of blacks in association with institutions from other states already in the mid-20th century.

Keywords: Urban racial issues; Black territory; Parque Peruche; Brasilândia; Black institutions.

introdução

Meu engajamento com as questões raciais urbanas é resultado, em grande parte, do choque que experenciei enquanto mulher negra, residente na Zona Norte da cidade de São Paulo, ao ingressar no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo em 2015, aos 17 anos de idade. As políticas dessa instituição para a democratização do acesso à universidade são recentes. Em 2015, a USP abriu uma porta de ingresso alternativa à Fuvest quando o seu Conselho Universitário aprovou o Sisu. Na época, cada unidade ficou livre para decidir sua adesão ao sistema e os 30% de vagas de cada curso e turno reservadas para essa forma de ingresso seriam preenchidas por ampla concorrência, com estudantes egressos de escola pública e/ou pretos, pardos ou indígenas. No âmbito do curso de arquitetura e urbanismo, a adesão da FAU ao Sisu ocorreu apenas após a Greve Estudantil de 2016, que tinha como reivindicações centrais a adoção de cotas e o fim da prova de habilidades específicas.² Essa última dificultava a democratização do acesso aos cursos da unidade porque requeria o domínio de habilidades que não eram contempladas pelo plano de ensino médio das escolas públicas do país. Incorria que o índice de maior aprovação da FAU estava entre os candidatos que fizeram cursos de linguagem arquitetônica para se preparar para o vestibular.³ Também, a prova era um obstáculo para adesão da FAU ao Sisu, já que esse sistema de ingresso exigia que não houvesse prova de habilidades específicas no exame vestibular.⁴ Apenas em 2018 o Conselho Universitário da USP aprovou a reserva de vagas para estudantes egressos de escola pública e/ou pretos, pardos e indígenas via Fuvest. A adoção tardia de políticas afirmativas pela instituição impactou diretamente em minha experiência universitária.

No ano em que ingressei na FAU, dos cento e cinquenta estudantes aprovados no curso de arquitetura e urbanismo, nós negros não chegávamos a somar dez. Apesar disso, me lembro com clareza de ser recepcionada na semana dos calouros por uma estudante negra, veterana do curso de design, que estava comemorando que a minha turma tinha uma porcentagem expressiva de negros, se comparada aos anos anteriores. Passada a semana dos calouros, percebi que eu não encontraria pessoas negras na composição do corpo docente da FAU. Por isso, já nos meus primeiros dias de graduação, comecei a me ver como o outro, corpo estranho a uma massa aparentemente homogênea. Com o decorrer do curso, essa noção também tomou uma dimensão espacial para mim. Enquanto residente do bairro da Casa Verde Alta, na Zona Norte, o percurso de transporte público entre a FAU e a minha casa era cansativo e longo. Ademais, as relações com os meus colegas e professores da FAU passaram a revelar o quanto a minha experiência de cidade era limitada e estava diretamente relacionada com a minha realidade racial e condição de classe. Revisitando minha história, percebi como os espaços pelos quais circulei até os 17 anos de idade eram majoritariamente frequentados por pessoas negras e restritos ao vetor da Região Central – Zona Norte. Ao

ingressar na FAU, essa realidade foi bruscamente alterada.

Nesse contexto, apesar de vir de uma família em certo grau mobilizada racialmente, iniciei um duro processo de consciência racial e passei a me questionar sobre a ausência das questões raciais no currículo de arquitetura e urbanismo. Após dois anos de curso, ficou claro que raça não estava na agenda do dia para integrar os debates em torno da disciplina de arquitetura e urbanismo. Nesse ponto, o coletivo Malungo, do qual sou membro fundadora, foi importante para a identificação e o debate de questões raciais interseccionadas ao campo da arquitetura, do urbanismo e do design, que atravessavam os estudantes negros da FAU. No entanto, para mim passou a ser importante fazer esse debate através de uma via institucional, por meio da pesquisa acadêmica. Por isso, em 2017, por indicação de uma grande amiga contei a Prof. Dra. Ana Barone, que na época havia recém criado o Laboratório de Estudos sobre Raça e o Espaço Urbano (LabRaça) na FAUUSP. Em uma conversa pelo telefone, compartilhei com ela, que estava desenvolvendo pós-doutorado nos Estados Unidos, uma pesquisa exploratória que eu havia feito sobre a população negra e o bairro do Parque Peruche, na Zona Norte. A proposta encontrou grande entusiasmo da docente e iniciamos então, uma história de orientação que perdura até os dias atuais.

Grande parte da minha família paterna mora ou morou no Peruche, e a minha família materna também residiu no bairro após chegarem na capital como migrantes da Sergipe, antes de comprarem um terreno no bairro da Casa Verde Alta. A memória familiar que foi repassada à minha geração me chamou a atenção por ter sido marcada por dificuldades de acesso à infraestrutura e serviços básicos, bem como ao centro urbano, nos primeiros anos que seguiram ao assentamento das famílias no Peruche. Também, era objeto de fascínio para mim como a história da minha família se entrelaçava com a de diversas instituições negras enraizadas no Peruche. Foi a partir desses laços que iniciei a pesquisa de Iniciação Científica *A formação do Parque Peruche como território negro*.⁵

O estudo estruturou-se em depoimentos de moradores e ex-moradores negros do Parque Peruche, o que me permitiu perceber que o primeiro contingente populacional significativo do bairro foram famílias negras. O reconhecimento dessa tendência de espacialização da população negra no Peruche foi feito pelos próprios entrevistados, que apontaram que esses primeiros moradores foram famílias negras migrantes de Minas Gerais e do interior paulista e grupos negros oriundos da região central de São Paulo e bairros como Barra Funda, Santa Cecília, Bexiga, Baixada do Glicério e Bom Retiro. Os depoimentos, somados à análise das Atas da Câmara Municipal de São Paulo e das notícias de jornal do período concernente aos primeiros anos de ocupação do Peruche, 1940-50, bem como da bibliografia pertinente às questões raciais urbanas, me permitiu apreender a precariedade que marcou a vida dos moradores nos anos que seguiram a conformação do bairro. No contexto da expansão urbana de São Paulo dos anos 1930, o Peruche se conformou como loteamento periféri-

² A prova de Habilidades Específicas fazia parte do vestibular para os candidatos aos cursos de arquitetura, urbanismo e design e era organizada diretamente pela FAUUSP. O teste tinha o objetivo de aferir habilidades “desejáveis” dos candidatos a esses cursos, como o desenho e a representação espacial.

³ Levantamento realizado pela gestão de 2016 do Grêmio Acadêmico da FAU, com base em dados disponibilizados pela Fuvest, demonstrou que 87,2% dos estudantes fizeram curso de linguagem arquitetônica para ingressar na unidade. Desses, 95,8% eram cursinhos pagos.

⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012.

⁵ Pesquisa de Iniciação Científica orientada pela Profa. Dra. Ana Cláudia Castilho Barone e desenvolvida entre os anos de 2018-19, na condição de estudante da FAUUSP e pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Relações Étnico-Raciais e o Espaço Urbano – LabRaça da FAUUSP. O projeto teve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (processo 2018/01887-2).

co, destituído de qualquer infraestrutura ou serviço básico, salvo um arruamento precário. Também, identificamos que a formação do Peruche como território negro foi possível não só pela presença expressiva de moradores negros, mas também pela existência e atuação de organizações socioculturais desse grupo no bairro. Durante as primeiras décadas de ocupação do Peruche, essas instituições e suas similares no Rio de Janeiro e Salvador estabeleceram um intercâmbio de práticas e saberes.

Apesar dessa tendência de espacialização da população negra no Parque Peruche, me deparei com o deslocamento de parte do contingente original dos moradores negros para bairros ainda mais periféricos, a partir do vetor de expansão da Zona Norte da cidade em direção à Serra da Cantareira (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; OLIVEIRA, 2008, 2002). A mudança de endereço teria sido ensejada pela chegada das infraestruturas e serviços básicos no Peruche, que ocasionaram o aumento do custo de vida no bairro que não foi acompanhado pelo aumento do salário do trabalhador urbano. Nesse desdobramento, o distrito da Brasilândia foi apresentado como destino de parte dessa população que saiu do Peruche. A análise do censo demográfico de 1980 ratificou a necessidade de me debruçar sobre o território da Brasilândia, pois apontou uma concentração de 42,4% de negros entre os 176.265 habitantes que viviam no distrito da Brasilândia. Essa foi a porcentagem mais alta, no que diz respeito à população negra, registrada entre os distritos de São Paulo no censo de 1980. Nesse ano, a população da cidade era na casa de 7.114.258 habitantes, dos quais 1.588.906 (22,3%) eram negros. Esses, conforme os dados censitários, não estavam homogeneamente distribuídos no espaço urbano.

Na década de 1930, a retificação do rio Tietê, principal afluente de São Paulo, bem como a drenagem de suas várzeas e a construção de pontes para transposição, permitiu a expansão da cidade para as terras da Zona Norte. Esse processo foi pautado pela ação de loteadores privados e de empresa privada que operava a rede de bondes da cidade e fazia o fornecimento de energia elétrica, e contou com o respaldo e anuência do poder público (BARONE, 2019; MICHAEL, 2019; ROLNIK, 1997). A atuação conjunta desses agentes levou à proliferação de loteamentos na periferia da cidade destituídos de infraestrutura e serviços básicos. Em 1940, o emprego do ônibus como meio de transporte de massa possibilitou a abertura de loteamentos ainda mais distantes do centro urbano.

No contexto das transformações urbanas que buscavam adaptar a cidade de São Paulo à nova ordem econômica industrial, esses loteamentos se tornaram uma solução viável para a massa de trabalhadores urbanos e migrantes (BARONE, 2020; ROLNIK, 1997, 1989). Dentre essa população estava parcela expressiva do grupo negro que chegou a São Paulo na condição de migrante do interior paulista, Minas Gerais e Nordeste, ou que até as primeiras décadas do século XX residia nos cortiços e porões do centro da cidade e bairros como Barra Funda, Santa Cecília, Bexiga e Bom Retiro. Essa tendência de espacialização do grupo negro foi reforçada por uma campanha pela casa própria empregada pela Imprensa Negra e a Frente Negra Brasileira (BARONE, 2020; CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO, 1988). Em meados do século XX, esses órgãos de protesto negros instituíram núcleos nos bairros que vinham sendo abertos na periferia da cidade, para auxiliar famílias negras na compra de um terreno e construção da casa própria. Depoimentos de militantes do movimento negro,

apresentados na exposição *Trajetória do negro no espaço paulistano*, de 1988, reconstituíram esses esforços empreendidos pela FNB. Nos depoimentos, a Casa Verde, o Parque Peruche e a Brasilândia foram apresentados como territórios que tiveram esses núcleos fomentados por essa campanha.

Assim, neste trabalho, reconheço a presença expressiva da população negra na Casa Verde, Parque Peruche e Vila Brasilândia através de fontes censitárias, de entrevistas, de atas da Câmara Municipal de São Paulo, de notícias de jornais, de bibliografia pertinente ao estudo das questões raciais urbanas e da identificação de uma rede de instituições negras. Apesar das dificuldades enfrentadas nessas periferias, a população negra constituiu espaços de resistência e sociabilização que possibilitaram a vida de famílias negras dignas.

capítulo 1

**A CIDADE DE SÃO PAULO E OS
TERRITÓRIOS NEGROS NO INÍCIO DO
SÉCULO XX**

Após a Abolição da escravatura, as relações raciais que se estabeleceram na sociedade brasileira foram marcadas pela omissão do Estado no que diz respeito ao fomento da igualdade de condições de oportunidades entre negros e brancos. As políticas adotadas pelo Governo e a imagem negativa imputada à população negra⁶ corroboraram para que a raça fosse estruturante na estratificação da sociedade de classes que emergiu nos anos que se seguiram ao 13 de Maio (SILVÉRIO, 2018; NASCIMENTO, 2019). Nesse processo de racialização, “raça” é uma construção social e categoria não universal ou biológica e, por isso, historicamente mutante (SILVÉRIO, 2018; HANCHARD, 2001; HALL, 1980). Com isso, o preconceito racial que pautou as relações sociais após a Abolição não são uma herança do sistema escravagista, mas sim desdobramento desse processo colonial.

No Sudeste do país, a desestruturação do regime escravocrata concorreu com a chegada da economia industrial e, com ela, o “progresso”. Nesse contexto, a presença do negro na composição da sociedade brasileira passou a ser vista como um “obstáculo à modernização econômica” (HASENBALG, 1979; FERNANDES, 1964). Para solucionar esse problema, bem como substituir a mão de obra negra escravizada na economia agrícola, o Governo passou a estimular a imigração europeia para promover o branqueamento da população brasileira.⁷ Na cidade de São Paulo, onde a imigração foi subsidiada, a população negra tendeu a ser absorvida em trabalhos dependentes de relações senhorial e clientelista, enquanto os estrangeiros foram incorporados aos ofícios urbanos.

a industrialização não elimina a raça como critério de estruturação das relações sociais, nem elimina a subordinação social das minorias raciais. Embora a industrialização e o desenvolvimento econômico possam diminuir o grau das desigualdades raciais, a posição relativa dos grupos raciais na hierarquia social não é substancialmente alterada (HASENBALG, 1979, p.163)

A passagem abrupta do negro de homem escravizado para a de homem livre, marcada pela ausência de políticas que ensejassem uma transição paulatina e plena, ratificou as desvantagens sociais do grupo que vinham sendo estruturadas desde o regime escravagista. Com isso, a população negra viu as suas oportunidades socioeconômicas serem limitadas. Em 1979, Hasenbalg demonstrou como cinco décadas após a Abolição, o negro estava sub-representado nos ofícios urbanos. Entre 1940 e 1950, enquanto a população negra era maioria no setor primário, a realidade na indústria e no comércio e serviços era outra. Nesses nichos, o branco correspondia à parcela expressiva da população ativa, sobretudo no setor terciário, que requeria nível de escolaridade elevado e contato pessoal direto com os consumidores.⁸

6 Débora Nascimento (2019) demonstrou em seu trabalho como o periódico Correio Paulistano veiculou notícias que “provavam” a “inferioridade do negro” no pós-Abolição. Quando retratado no jornal, o negro era associado à malandragem, à bruxaria, à marginalidade, etc., elemento inferior a ser substituído pelo imigrante europeu.

7 Carlos Hasenbalg (1979) apontou em seu trabalho como o branqueamento foi uma maneira encontrada pelos abolicionistas para enquadrar a realidade sócio-racial brasileira às teorias racistas originadas na Europa e nos Estados Unidos. Para isso, era imprescindível a promoção da imigração europeia e o desincentivo à imigração de povos não “arianos”. A implementação dessa política fez com que o negro tivesse sua cidadania negada em detrimento do imigrante branco nos anos que se seguiram à Abolição (ALBERTO 2011).

8 Em 1940, apenas 30% da população negra (862.255) do Estado de São Paulo sabia ler e escrever. Entre a população branca (6.097.862) essa porcentagem era de 46%.

No Sudeste, sobretudo em São Paulo, as desigualdades raciais eram ainda maiores.⁹

Na cidade de São Paulo, o rápido crescimento demográfico¹⁰ e os baixos salários praticados pela economia industrial levaram a classe trabalhadora a residir em cortiços e pensamentos na virada do século XX (BARONE, 2020; SCHNECK, 2016; ROLNIK, 1989). Para os trabalhadores urbanos paulistas e para os migrantes e estrangeiros que chegavam na cidade, a habitação coletiva se apresentava como única maneira de viabilizar o dispêndio com o aluguel. No entanto, essa solução de alojamento rapidamente passou a ser compreendida pelo poder público como problema para a adaptação da cidade à nova ordem econômica industrial (BARONE, 2019; ROLNIK, 1997; CHALHOUB, 1996). Entre meados do século XIX e virada do século XX, os técnicos que atuavam no espaço urbano acreditavam que a origem dos surtos epidemiológicos que assolaram as cidades nesse período estava nas condições precárias de moradia da classe trabalhadora (ANDRADE, 1996). Com isso, a solução adotada pela Municipalidade foi restringir as habitações coletivas aos loteamentos abertos nos arrabaldes da cidade – perímetro urbano e suburbano (**Figura 1**) – e tentar impedir que os edifícios que já comportavam esse tipo de ocupação aumentassem de tamanho (SCHNECK, 2016).

No período pré-abolição, escravidão urbana e o núcleo tímido de São Paulo resultaram numa “atenuação” do regime da escravidão, possibilitando uma maior circulação do negro escravizado em busca de novas formas de ganho. Essa prática favoreceu o exercício de uma sociabilidade nos pontos periféricos da cidade e serviu, para o negro livre, como estratégia de sobrevivência frente à ameaça da reescravização e da captura (WISSENBACH, 1998). A organização desses espaços ocorreu, sobretudo, na forma de quilombos urbanos, como o Quilombo da Saracura,¹¹ no Bexiga, e em torno das confrarias religiosas negras, como a Capela Nossa Senhora dos Aflitos, na Liberdade, e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, no antigo Largo do Rosário, atual Praça Antônio Prado (BARONE, 2021; NASCIMENTO, D., 2019; NASCIMENTO, L., 2014; SILVA, 2014; ROLNIK, 1997). Com a desestruturação do sistema escravagista e o ensejo do poder público em colocar a cidade na rota do progresso, muitos desses territórios passaram por um processo de reestruturação e renovação do padrão de ocupação que resultou no despejo da população negra que habitava em torno desses espaços.

9 Em 1950, conforme Hansenbalg (1979), a população não branca brasileira empregada na indústria constituía 31% da força de trabalho. Em São Paulo, essa proporção era de 24%. A desigualdade racial também ficou evidente quando o autor analisou as posições de trabalho ocupadas pelos não brancos no Sudeste para o mesmo ano. Nessa região do país, enquanto 1% dos não brancos economicamente ativos eram empregadores, 84,5% eram empregados e 14,5% autônomos.

10 A partir de 1870 a cidade de São Paulo iniciou um processo de rápido crescimento demográfico, induzido pela entrada de imigrantes e pela migração de trabalhadores nacionais oriundos do interior paulista, Minas Gerais e Nordeste. Nos anos 1920, a capital paulista contava com uma população de 580.000 habitantes; em 1930, esse número já havia dobrado (BÁRONE, SILVA, SANTOS, 2021; SAMPAIO, 1999; ROLNIK, 1997).

11 Um dos principais quilombos urbanos da cidade de São Paulo, o Quilombo da Saracura se localizava nos capinzais próximos ao Tanque Reúno, na atual Praça 14 Bis no bairro do Bexiga. Diferentemente dos chamados quilombos de rompimento, como o de Palmares, os quilombos urbanos se assemelhavam a pequenos povoados. No Vale do Saracura, o quilombo se estabeleceu na rota de fuga dos negros escravizados que eram vendidos como peças no Largo de Piques e seguiam o Ribeirão Saracura para evitar ser recapturado nas rotas oficiais. (NASCIMENTO, 2014; SILVA, 2014).

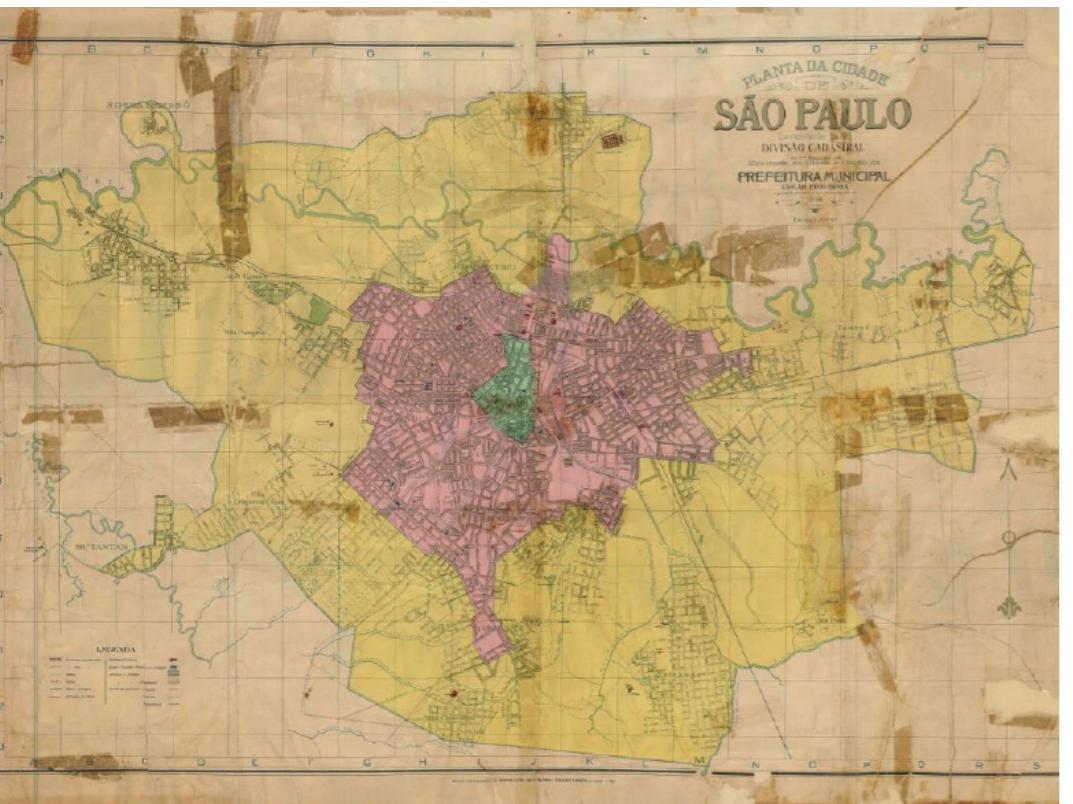


Figura 1: Demarcação do perímetro central, urbano e suburbano da cidade de São Paulo em 1916, com base na Lei nº 1.874.

Fonte: *Planta da Cidade de São Paulo (1916)*, com a demarcação dos perímetros central (em verde), urbano (em rosa) e suburbano (em amarelo). Fonte: SCHNECK, 2016, p.118.

Parte significativa das transformações urbanas que alteraram irrevogavelmente esses territórios ocorreram no mandato do primeiro prefeito da cidade de São Paulo, Antônio Prado (1899-1911), conforme demonstraram Débora Nascimento (2019) e Raquel Rolnik (1997). Sob a égide da implementação de “melhoramentos urbanos”, Prado levou a cabo reformas urbanas que culminaram na expulsão da população negra do centro da cidade e territórios historicamente enraizados nas práticas de sociabilização do grupo negro.¹² Assim, na virada do século XX, a população negra, como parte integrante da classe trabalhadora urbana, aglutinou-se em habitações precárias e cortiços nos bairros que se conformaram nos arrabaldes da cidade, como Baixada do Glicério, Bexiga, Santa Cecília, Santa Efigênia, Bom Retiro e Barra Funda (BARONE, 2019; SILVA, 2006; OLIVEIRA, 2002; ROLNIK, 1989; CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, 1988). Também, o assentamento das famílias negras nesses territórios foi oportuno para o grupo, pois, tratavam-se de áreas contíguas aos bairros da elite e à ferrovia, setores que tenderam a absorver a força de trabalho da população negra.

A tendência de espacialização da população negra nesses territórios nas primeiras dé-

cadas do século XX é compreendida a partir dos depoimentos de militantes do movimento negro para a exposição *Trajetória do negro no espaço paulistano*,¹³ (CENTRO CULTURAL SÃO PAULO), ocorrida em 1988.

Sempre morei em São Paulo, nasci num cortiço na Rua Vinte Quatro de Maio, onde hoje é uma galeria, antes disso foi o Teatro Santana. Não era bem um cortiço, era uma vila de casinhas..., porque aquele lado que hoje chamam Centro Novo, era tudo zona residencial: 24 de Maio, Barão de Itapetininga. Na Conselheiro Crispiano uma das últimas mansões que teve ali era o Quartel General da Segunda Região, depois demoliram e fizeram ali um jardim. Não demorou muito eu sai, minha mãe mudou pro Bixiga, na Saracura Grande. Era um lugar de muita pobreza, muito casebe de pau-a-pique e então começaram a dar nome de Quilombo da Saracura Grande. Lá hoje é a Rua Marques Leão... O negro sempre morou mal, morou em porões, lugares que eram verdadeiros guetos (...) (depoimento de José Benedito Correia Leite, redator do Clarim da Alvorada e membro do Centro Cívico dos Palmares, Frente Negra Brasileira e Clube Negro da Cultura Social em CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, 1988).

Nasci aqui na Capital, no Bairro de Santa Cecília numa vila, era um bairro aristocrático e ninguém achava que ali houvesse um cortiço. Na verdade, toda a vila era um cortiço... nasci na Rua Veridiana Prado nº13, na mesma rua que morava o Conselheiro Antonio Prado, que era uma mansão enorme. Ali também tinha as vilas, os cortiços como tinha em todo o centro de São Paulo porque naquele tempo não havia favelas. Morei até minha mãe morrer, depois com 2 anos fui criado por uma tia que morava na Rua Sergipe. E fui crescendo, menino já, conhecendo os problemas, misérias, dificuldades. Santa Cecília, Barra Funda era zona dos negros que eram funcionários públicos, limpadores de escritórios, essa coisa toda de pequenos funcionários. Para a época, eram os negros de elites, porque usavam colarinho e gravata... havia muita desordem principalmente na Saracura. Havia uma rua que você passava sábado a tarde e os negros estavam ensinando os filhos a capoeira, aquele jogo de bengala, pegava um porrete e dizia para o negrinho: Sai dessa! Dava porretada pro negrinho pular, tinham que ser ligeiros, adestrados para quando viesse a polícia, saber se defender (depoimento de Raul Joviano do Amaral, membro da Frente Negra Brasileira, da Associação Cultural do Negro, da Associação José do Patrocínio, da Associação dos Negros Brasileiros e da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, 1988).

Ambos os depoimentos apresentados fazem um percurso pelos bairros que apresentavam uma população expressivamente negra na época da infância dos militantes, 1910-20: região da Santa Cecília, Bexiga e Barra Funda. Também, ambos os relatos destacam a presença significativa do grupo negro na região do Córrego do Saracura, no Bexiga, ao mesmo tempo que associam a área a “desordem” e “pobreza”. Apesar do negro compartilhar as habitações coletivas com brancos brasileiros e imigrantes, a discrepância de oportunidades entre brancos e negros, ensejada pela desigualdade racial, incorreu em uma tendência de maior precarização das condições de moradia da população negra. O grupo tendeu a ocupar os espaços mais desvalorizados, mesmo nos arrabaldes da cidade e no contexto das habitações compartilhadas, como as regiões de fundo de vale e os porões das casas ocupadas por imi-

12 Exemplo dessa renovação de ocupação ensejada pelas políticas urbanas de Antônio Prado foi a desapropriação da Igreja Nossa Senhora do Rosário do seu endereço original, o Largo do Rosário, em 1903. Apesar da Igreja ter sido “reconstruída” no Largo do Paissandu, na área envoltória da confraria original havia um cemitério de sepultamento dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de dos Homens Pretos, irmandade negra, e casas que abrigavam a comunidade (NASCIMENTO, 2019).

13 A exposição *Trajetória do negro no espaço paulistano* foi apresentada em 1988, no Centro Cultural São Paulo, em ocasião dos 100 anos de Abolição da escravatura. A exposição foi montada pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo a partir de pesquisa realizada por Lucia Helena Gama Azzi, Mônica Junqueira de Camargo, Michael Robert Alves de Lima, Antônio Carlos Pontes de Camargo. O estudo que subsidiou a exposição objetivou resgatar a ação do movimento negro na cidade de São Paulo, bem como mapear os locais que agregaram a moradia da população negra no pós-abolição. O material da exposição foi acessado através do Centro de Documentação do Museu da Cidade de São Paulo, em outubro de 2021.

grantes (SCHNECK, 2016; ROLNIK, 1989; CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, 1988).

Outras fontes para a reconstituição dos espaços de moradia da população negra no início do século XX são os espaços de sociabilização do grupo e as instituições negras. O endereço das redações dos jornais da Imprensa Negra nos bairros da Barra Funda, Bexiga, Liberdade e Bom Retiro, reforça a tendência de fixação das comunidades negras nessas áreas da cidade. Podemos afirmar o mesmo para as instituições carnavalescas, times de futebol e clubes negro (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; SILVA, 2020; OLIVEIRA, 2002; ROLNIK, 1989; SIMSON, 1984; FERRARA, 1982).

Contudo, a partir dos anos 1930, os planos de “melhoramento” e expansão urbana, “materialização” das propostas urbanísticas de engenheiros como Anhaia Mello e Prestes Maia, levaram à renovação dos padrões de ocupação dessas áreas contíguas aos bairros de elite¹⁴(BARONE, 2020 e 2020b; SAMPAIO, 1999; SOMEKH, 1997; ROLNIK, 1997). Nesse período, o crescimento urbano foi pautado no espraiamento da cidade a partir da expansão da malha viária, dependente da abertura de novas vias em fundos de vale ou sobre o curso de córregos da cidade, bem como na implementação de obras de infraestrutura. A execução dessas obras concorreu com uma política de despejo, promovida pelo poder público, da população que residia nos cortiços e porões das áreas alvo de “melhoramentos urbanos”. Uma das grandes intervenções desse período foi a retificação do Tietê e construção das pontes de transposição do rio, que permitiram a expansão da cidade para além Tietê. A exploração dessas terras ocorreu a partir da abertura de loteamentos destituídos de infraestrutura e serviços básicos, salvo um arruamento precário e acesso por um ponto final de bonde, e depois de ônibus. Os primeiros contingentes significativos a ocuparem esses empreendimentos foram a classe trabalhadora que vinha sendo despejada da região central da cidade e os migrantes que vinham incrementando o déficit habitacional de São Paulo. Dentre esse grupo, a população negra conformava parcela expressiva (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; BARONE, 2020; OLIVEIRA, 2008, 2002; SILVA, 2006; ROLNIK, 1997; 1989).

14 Anhaia Mello defendia a contenção e o controle do crescimento da cidade de São Paulo através do zoneamento. Dessa forma, se controlaria a especulação imobiliária e se definiria a ocupação da cidade conforme a infraestrutura ofertada. Já Prestes Maia, pregava a expansão da mancha urbana da cidade através de um sistema viário que permitisse a circulação adequada de pessoas e mercadorias na cidade, ideia concretizada no Plano de Avenidas, de 1930 (SAMPAIO, 1999; SOMEKH, 1997).

capítulo 2

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO RACIAL EM SÃO PAULO: A OBRA DE RETIFICAÇÃO DO RIO TIETÊ, MIGRAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO

A obra de retificação do rio Tietê: interesses em jogo e o espraiamento da cidade

Materialização dos padrões de segregação da cidade metrópole: um processo racializado

A partir dos anos de 1870 São Paulo iniciou um processo de rápido crescimento demográfico em função da sua posição como polo econômico e industrial. Em 1872, a cidade contava com 31.385 habitantes; em 1893, esse número saltou para 130.775. Já nos anos 1920, a população da capital paulistana passou para a casa de 580.000 habitantes e, em 1930, esse número já havia dobrado (SAMPAIO, 1999; ROLNIK, 1997). Tamanha aumento demográfico foi acompanhado por uma reestruturação urbana que buscou solucionar as demandas ocasionadas pelo boom populacional, bem como adaptar a cidade à nova ordem econômica industrial. À medida que se modernizava a atividade produtiva no âmbito do setor privado, o poder público procurou viabilizar condições urbanas para garantir a continuidade desse desenvolvimento (SEABRA, 1987). Sob a ótica do saneamento, circulação e habitação, esse processo de redefinição territorial foi pautado e por uma lógica ditada por aspectos socioeconômicos e étnico-raciais (BARONE, 2020; SILVA, 2006; ROLNIK, 1989).

Até 1890, a cidade de São Paulo tinha os seus limites definidos pela ferrovia e os rios Tamanduateí e Tietê. A implementação da São Paulo Railway e Sorocabana nas várzeas desses rios gerou, sobretudo nas imediações das estações ferroviárias nas margens do Tietê, um novo arranjo do espaço, orientado pela articulação dessas áreas com o centro urbano e suas atividades (LUCCHESE, 2014; SEABRA, 1987). A partir desse processo, iniciou-se uma dinâmica de transformação do uso e forma das chácaras localizadas nas áreas de várzea, como Barra Funda, Água Branca e Lapa. Com isso, esses povoados-estações mais distantes integraram-se à cidade propriamente dita. No entanto, os meandros dos rios e seus regimes fluviais limitavam as possibilidades de desenvolvimento e exploração das várzeas do ponto de vista urbano e imobiliário. Além do mais, nas últimas décadas do século XIX, os rios da cidade de São Paulo passaram a ser compreendidos como vetores de doenças, em razão do lançamento de esgoto sem tratamento nos ribeirões e da estagnação das águas nos períodos de chuva. Assim, a questão do saneamento passou a ocupar um papel central no debate em torno das políticas que pautavam o desenvolvimento e expansão da cidade. Acreditava-se que a implementação de obras de infraestrutura de cunho sanitário auxiliaria na erradicação das epidemias que assolavam a cidade e colocavam em risco a ideia de progresso e o fluxo econômico cafeeiro. Para a elite paulistana, que também compunha o corpo técnico e político que vinha pautando os rumos da cidade, também era de grande interesse que essas obras garantissem a valorização de terras para loteamento e futura comercialização (LUCCHESE, 2014).

Nas primeiras décadas do século XX, as questões que pautavam a reestruturação urbana foram atualizadas. Enquanto as grandes obras de infraestrutura possibilitaram a inclusão de terras antes desvalorizadas e inacessíveis ao tecido urbano, era necessário a elaboração de planos que pautassem o crescimento da cidade. Com o advento da indústria automobilística, o modelo adotado para o desenvolvimento urbano foi o do espalhamento da cidade através da expansão da malha viária, do emprego do ônibus e do automóvel como meio de transporte, e da proliferação de loteamentos na periferia da cidade. Esse processo foi precedido pela implementação de obras de “melhoramentos urbanos” na região central, que trataram de garantir uma renovação de ocupação em certas áreas da cidade, ao desencadear o despejo da população que residia em habitações precárias do Centro Velho e áreas contíguas aos bairros

de elite (BARONE, 2019; ROLNIK, 1997).

Desde fins do século XIX, as condições de habitação das camadas mais baixas da população paulistana foram vistas como um ponto de alarme nos estudos produzidos pelo poder público.¹⁵ No entanto, tais preocupações estiveram voltadas para associar as formas de morar dessa população à origem de doenças e promiscuidade, e não para o desenvolvimento de políticas de habitação. Assim, durante a reestruturação urbana que se deu na virada do século XX, a população residente em cortiços, porões e pensões tornou-se agente indesejável nas áreas alvos de “melhoramentos urbanos”. Destituída de direitos, seu despejo pautou o processo de modernização da cidade de São Paulo (BARONE, 2020, 2019; ROLNIK, 1989). Para esses paulistanos, os loteamentos periféricos que vinham sendo abertos a partir da incorporação das áreas de várzea ao tecido urbano e da abertura de novas vias, se tornaram uma alternativa de moradia.

Uma grande obra de infraestrutura que movimentou as temáticas do saneamento, circulação e habitação na cidade de São Paulo foi a retificação do rio Tietê. Os debates que envolveram essa infraestrutura se iniciaram ainda no século XIX. As propostas iniciais de intervenção no Tietê deixaram claro o objetivo primeiro de suprimir focos de doenças. No entanto, conforme demonstrado por estudo de Lucchese (2014), o desejo de transformar os terrenos da várzea em solos férteis e produtivos já era apontado nesses primeiros estudos. Assim, no século XX, as avenidas marginais integrantes do *Plano de Avenidas de Prestes Maia* e o advento da indústria automobilística vieram a reforçar interesses que já vinham sendo advogados desde 1880.

À medida que o canal e as novas ligações foram sendo construídos no rio Tietê, caminhos antigos foram redefinidos e novos foram abertos. Esse processo impulsionou a transformação das terras além do Tietê por meio da abertura de loteamentos legais e ilegais (BARONE, 2020; SEABRA, 1987). Alguns loteamentos foram planejados e outros contaram apenas com um arruamento precário a partir do ponto final do bonde, e depois do ônibus. Os parcelamentos ilegais, nas Zonas Norte, Leste e Sul da cidade, foram marcados pelo padrão da autoconstrução e pela ausência de infraestruturas básicas. Os ocupantes desses loteamentos foram os grupos que desde os últimos anos do século XIX vinham sendo despejados em função dos “melhoramentos urbanos”, bem como migrantes do interior paulista, Minas Gerais e Nordeste (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; BARONE, 2020; ROLNIK, 1989). Dentre essa população, o estrato negro representava parcela expressiva em razão das desigualdades raciais que marcavam as relações em São Paulo e da economia agrícola associada ao antigo sistema escravocrata dos locais de origem dos migrantes. Em oposição a esse padrão de ocupação, a elite, expressivamente branca, vinha garantindo para si áreas planejadas,

15 Em 1893, o poder público realizou um estudo sobre os cortiços da Santa Efigênia através da *Comissão de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia*, composta pelos engenheiros Luís Gama, Cândido Espinheira, Theodoro Sampaio, Cunha Vasconcelos e Marcondes Machado. O estudo resultou no *Relatório da Comissão de Exame e Inspecção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ephigenia* apresentado ao Secretário de Negócios do Interior doutor Cesário Mota. Este relatório foi essencial para a formulação do primeiro Código Sanitário de São Paulo, em 1894, que apresentava dois capítulos dedicados às habitações coletivas, além daquelas consideradas das classes mais pobres (SCHNECK, 2016; RIBEIRO, 2015).

como os bairros jardins, desde a virada do século XX. Assim, a conclusão da fase de retificação do rio Tietê, seguida da construção das pontes de transposição do rio, consolidou os padrões de segregação social e racial da cidade que já vinham sendo praticados e enunciados.

A obra de retificação do rio Tietê: interesses em jogo e o espraiamento da cidade

Em meados do século XIX, higienistas e sanitaristas empregaram a teoria dos meios¹⁶ para explicar as condições precárias sob as quais a classe trabalhadora vivia nos centros urbanos. Na visão desses técnicos, a precariedade dos alojamentos desse estrato social levava à desestabilização da família, vagabundagem, prostituição, etc. Dessa forma, o enquadramento do operário no ideal da vida moral e privada da economia industrial só seria possível através de uma intervenção no meio que estruturava sua conduta (ANDRADE, 1996). Foi sob esse contexto que ocorreram as grandes reformas urbanas que buscavam sanear e embelezar as cidades no final do século XIX e primeiros anos do século XX. A noção da necessidade de saneamento baseava-se também na teoria miasmática, que defendia que a estagnação do ar e da água eram responsáveis pelo surgimento de epidemias. Os miasmas seriam propagados pelos *gens mórbidos* e exalações *pútridas* vindas dos pântanos, brejos e demais águas paradas (ANDRADE, 1996). Assim, formularam-se em meados do século XIX os dois grandes problemas urbanos a serem enfrentados por higienistas e engenheiros sanitários: os corpos d'água no interior das cidades e as habitações precárias da classe trabalhadora. A solução para esses agentes estava na drenagem das águas, na regulamentação das construções e na distribuição de usos, bem como no recorte ordenado de ruas e avenidas (BARONE 2021; ROLNIK, 1997).

Nesse contexto, emerge como solução a ordenação do território da cidade através da limpeza, desobstrução e regulamentação das vias públicas; da determinação de parâmetros de construção; e eliminação de usos considerados indesejáveis da área mais valorizada da cidade - cemitérios, matadouros, habitações coletivas da classe trabalhadora, etc.

se a água deve circular de maneira salubre, que faça desaparecer suas qualidades mórbidas, é preciso ordenar seu curso por canais e esgotos. Se o ar, cuja qualidade também depende da boa circulação, encontra-se bloqueado na cidade por acidentes naturais e artificiais, tornando-se então veículo de moléstias, é necessário não só destruir morros e matas que impeçam a ventilação e sanear pântanos produtores de miasmas, como também expulsar do centro da cidade matadouros, fábricas e hospitais, e impedir o sepultamento no interior das igrejas (BRITO, 1909, p.43 apud ANDRADE, 1996, p.35)

Em meados do século XIX, os esgotos da capital paulistana eram despejados diretamente nos rios da cidade sem qualquer tratamento. No entendimento dos higienistas e sa-

¹⁶ Determina que as características do meio físico influenciam as condições de saúde e os costumes dos habitantes de certa localidade. A teoria mesológica foi elaborada por Hipócrates e seus discípulos da escola de Cos, no século V e IV a.C., e retomada por Vitrúvio no século I a.C. Na Idade Moderna chegou sob a forma da teoria neo-hipocrática da medicina naturalista do século XVIII. Já no século XIX, o termo “teoria dos meios” foi cunhado pelo positivista Auguste Comte. As formulações da teoria dos meios influenciaram fortemente na higiene e engenharia sanitária do século XIX. Ver ANDRADE, 1996.

nitaristas, essa prática levava à estagnação e suposta putrefação da matéria, resultando na produção de “miasmas” responsáveis pela propagação de doenças. Esse cenário era intensificado no período das chuvas, quando ocorria o transbordamento dos rios para as várzeas e a estagnação das águas em pequenas lagoas. Essas ideias influenciaram as decisões políticas que traçaram a reestruturação urbana da virada do século XX, já que muitos dos higienistas e sanitários atuaram em cargos públicos e, ademais, advinham da mesma esfera e convívio social que os políticos à frente da cidade (DEMINICE, 2021; LUCCHESE, 2014).

Na segunda metade do século XIX, experimentos de Louis Pasteur e outros cientistas demonstraram que muitas das doenças epidemiológicas eram causadas por microrganismos e não miasmas. Em fins do século XIX, essa teoria já havia sido introduzida no Brasil por Oswaldo Cruz, através de sua tese “A veiculação microbiana pela água”, apresentada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1892. Apesar disso, no Brasil a teoria microbiológica coexistiu com a teoria miasmática, ora em conflito aberto, ora em “harmonioso ecletismo” (JORGE, 2012; CHALHOUB, 1996). Assim, as reformas urbanas implementadas no país na virada do século XX, que buscavam adaptar as cidades à nova ordem econômica industrial, pautaram-se nas ideias higienistas e sanitários elaboradas a partir das teorias dos meios e miasmática. Essas ideias encontraram solo fértil nas cidades brasileiras que foram assoladas por epidemias no final do século XIX e início do século XX. Na cidade de São Paulo, esses surtos epidemiológicos colocavam em risco a ideia de progresso e o fluxo econômico cafeeiro, de modo que a drenagem dos rios se tornou a ordem do dia nas propostas de reestruturação urbana.

Assim, não foi ao acaso que as grandes obras de infraestrutura da metade do século XIX e primeiras décadas do século XX pautaram o controle das águas e drenagem das várzeas dos rios. As primeiras intervenções nos dois principais rios da cidade, Tamanduateí e Tietê, ainda que pequenas, se iniciaram em 1840. Mesmo que a várzea do Carmo tenha recebido maior atenção nessa época, a implantação das estradas de ferro São Paulo Railway, em 1867, e a Sorocabana, em 1875, transformou as várzeas do Tietê em terrenos propícios para a implantação de moradias e atividades econômicas (LUCCHESE, 2014).

A primeira menção à retificação do rio Tietê ocorreu em 1883, no contexto dos estudos sobre a derrocada das “cachoeiras” do Tietê, na atual região da Casa Verde, de autoria do engenheiro Eusébio Stevaux, da Inspetoria Geral de Obras Públicas, criada em 1867. No projeto desenvolvido a partir do estudo, o engenheiro apresentou ao Presidente da Província, Domingos Antônio Raiol – o Barão de Guará, proposta para suprimir o “foco de miasmas” resultante dos constantes alagamentos e inundações ocasionados pelas derrocadas no período das chuvas. Na defesa do projeto, Stevaux também indicou a oportunidade de transformar os terrenos alagadiços em solos férteis e produtivos para exploração econômica. Na época, a região da Casa Verde e da Freguesia do Ó já eram cultivadas de forma esparsa por caipiras que habitavam ali (LUCCHESE, 2014). Ao final de 1885, a obra proposta pelo engenheiro ainda não havia tido o seu orçamento aprovado.

Com a Proclamação da República, parte das atribuições das obras públicas passou às Prefeituras. No entanto, as obras hidráulicas seguiram sendo de atribuição do Governo do

Estado. Em 1890, a questão sanitária se tornou objeto de estudo da Comissão de Saneamento das Várzeas da Capital, criada pelo governador Prudente de Moraes. A comissão era chefiada por Antônio Francisco de Paula Souza e contou com estudos do engenheiro Theodoro de Sampaio, então alocado na Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo, subordinada à Superintendência de Obras Públicas. O relatório dos trabalhos realizados pela comissão, concluídos em 1891, foi redigido por Sampaio¹⁷. “Nele encontram-se proposições para a canalização dos rios, drenagem das várzeas, obras contra enchentes, obras de “aformoseamento”, etc.” (CAMPOS, 2007 apud LUCCHESE, 2014, p.6). Na abertura desse relatório, Sampaio descreve que em razão do crescimento acelerado da cidade de São Paulo, entre 1887 e 1891, as várzeas, inclusive a do Tietê, já estavam em intenso processo de ocupação.

A proposta de Theodoro de Sampaio previa a canalização do rio Tietê da foz do Tamanduateí até a ponte da São Paulo Railway, na Água Branca, além da construção de dique marginal para contenção das águas nos períodos das cheias, bem como a drenagem da várzea do Carmo, através da implementação de galerias. O engenheiro também fez alusão às cachoeiras da Casa Verde e sugeriu que fosse feito nesse local um canal pelo meio da Ilha de Inhaúma (LUCCHESE, 2014).

Em 1892, a então Comissão de Saneamento das Várzeas da Capital foi substituída pela Comissão de Saneamento do Estado, que funcionou por meio de três seções: a do Tamanduatéí, a do Tietê e a de Santos. Apesar de ainda ser subordinado à Superintendência de Obras, o órgão já não era uma repartição independente, mas sim vinculada à recém criada Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A comissão foi entregue à chefia de João Pereira Ferraz que, junto a Paula Souza, viria a participar da fundação da Escola Politécnica.¹⁸ O engenheiro revisou algumas recomendações de Sampaio e propôs a canalização do Tietê quase em linha reta, reduzindo o curso do rio em cerca de 60%, além da criação de um canal na região do Anastácio e um canal entre os quilômetros 16 e 18 da estrada de ferro Sorocabana, o canal de Osasco. Mais uma vez, as cachoeiras da Casa Verde receberam atenção na proposta de retificação do rio, uma vez que foi indicada a necessidade de sua desobstrução.

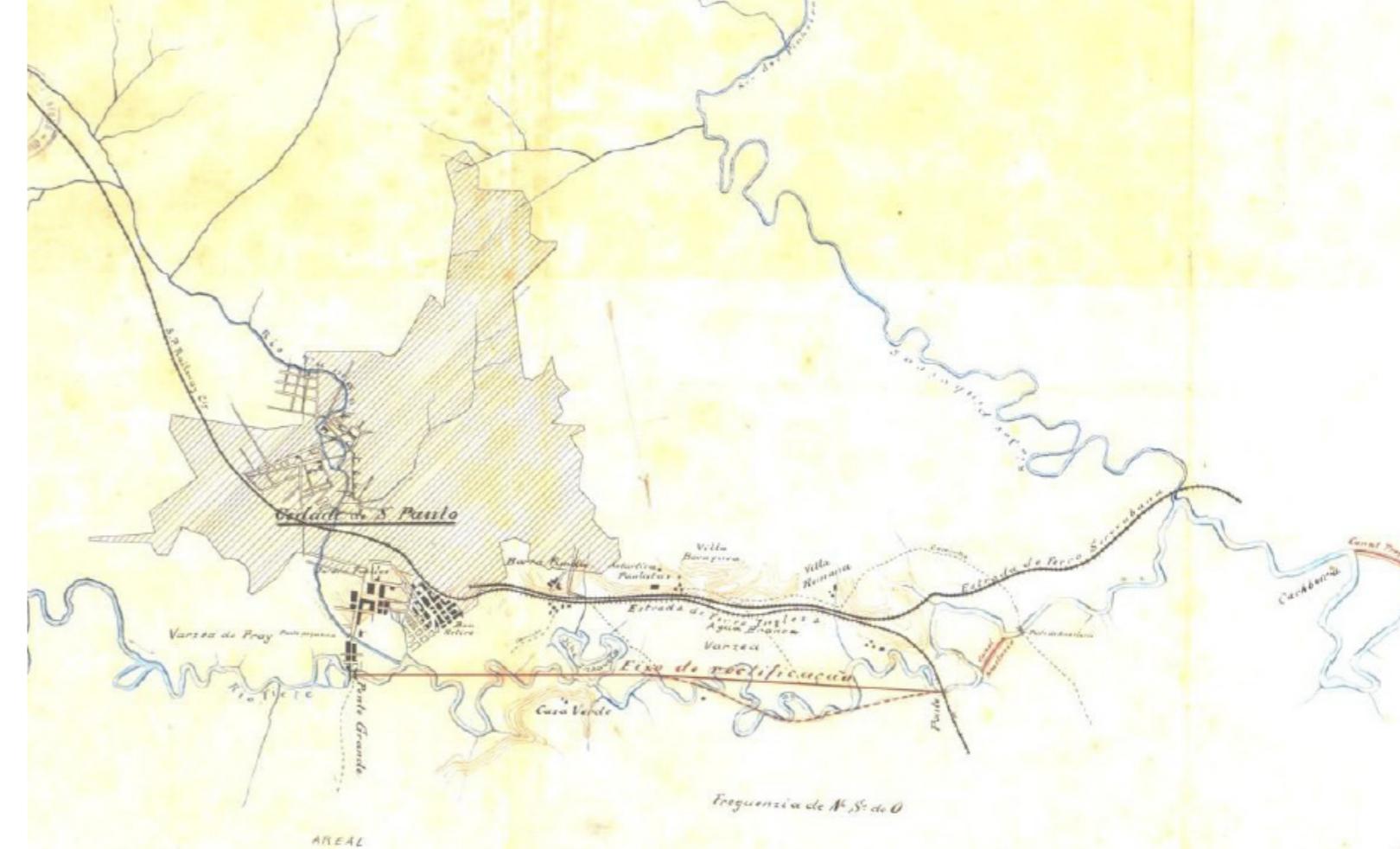


Figura 2: Projeto de retificação e canalização do rio Tietê, publicado por Ferraz em 1894 (trecho)

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Secção do Tietê - Planta do Tietê de São Paulo à Parahyba - Esc. 1:50.000 apud LUCCHESE, 2014, p.8.

A planta do projeto apresentado por Ferraz em 1894, é uma fonte importante não apenas para a leitura da proposta do engenheiro, mas também para compreendermos a situação de ocupação da várzea do rio Tietê na época. Na planta da Secção do Tietê (**Figura 2**), Ferraz indica os povoamentos existentes nas margens do rio no trecho do eixo proposto de retificação. Na margem norte, as ocupações indicadas são Santa Efigênia, Bom Retiro, Barra Funda e Villa Romana. Já na margem sul, Casa Verde é a única povoação representada. Através da mancha da cidade de São Paulo indicada na planta, fica claro que essas ocupações não faziam parte do espaço urbano da cidade, apesar de Santa Efigênia e Bom Retiro serem indicados como ocupações mais consolidadas e adjacentes à cidade. Também, salvo Santa Efigênia, Bom Retiro e Barra Funda,¹⁹ apenas a partir de 1905 as ocupações nas margens do Tietê indicadas por Ferraz passaram a ser representadas

17 A participação de Theodoro de Sampaio na Comissão de Saneamento das Várzeas da Capital antecedeu em poucos anos os trabalhos do engenheiro na Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia. Sampaio compôs essa última comissão e redigiu o relatório dos trabalhos realizados em seu âmbito em 1893. Nesse documento, apresentou lugares como “os campos do rio Tietê” e os terrenos baldios próximos às linhas férreas como espaços para abrigo da população residente nos cortiços da Santa Efigênia (RIBEIRO, 2015). No entanto, a proposta do engenheiro para a retificação do Tietê, apresentada em 1891, permite inferir que o assentamento dessa população sobre a várzea do rio seria de caráter provisório. Sobre o incentivo da formação de favelas pelo poder público como solução temporária para o problema habitacional nas primeiras décadas do século XX, sobretudo nos meandros do rio Tietê, ver Barone (2019).

¹⁸ Entre 1895 e 1926, João Pereira Ferraz foi lente de hidráulica da Escola Politécnica.

¹⁹ Conforme já explorado no **Capítulo 1** deste trabalho, Santa Efigênia, Bom Retiro e Barra Funda eram bairros com uma população expressivamente negra em razão da sua proximidade às zonas com ofertas de empregos e bairros da elite.

como áreas loteadas nas plantas oficiais da cidade de São Paulo. Casa Verde, então, apenas em 1924. Com isso, a indicação dessas localidades por Ferraz em 1894 nos permite inferir que esses povoamentos, talvez, já tivessem certo grau de relação com a cidade de São Paulo, ou ainda representavam interesses privados em termos de exploração econômica das terras. Outra leitura importante que podemos extraír da planta apresentada é a indicação de dois caminhos que se mostraram importantes para a expansão da cidade de São Paulo em direção à Zona Norte: a Ponte Grande e a Ponte do Anastácio.

No relatório apresentado pela Comissão de Saneamento chefiada por Ferraz, a abertura do canal do Anastácio foi justificada com a oportunidade de aumentar a velocidade do rio através da supressão dos meandros no eixo proposto de retificação. Na visão de Ferraz e sua equipe, essa obra, somada à abertura do canal de Osasco e a derrocada da ilha de Inhaúma, aumentariam consideravelmente o escoamento das águas do Tietê e, consequentemente, evitariam a estagnação das águas do rio. No entanto, a eleição desse trecho para o início das obras de retificação no rio Tietê não foi ao acaso, conforme demonstrado por Lucchese (2014). Havia outros interesses em jogo que fizeram com que o canal do Anastácio e as derrocadas da ilha de Inhaúma fossem as únicas obras significativas de alteração de curso do rio Tietê a serem realizadas e finalizadas ainda no século XIX.²⁰

Esses dois trechos do rio eram locais históricos de passagem da população de São Paulo e viajantes. Na região do Anastácio existia uma ponte que ligava a cidade à Jundiaí, Campinas e Itu. Já a ilha de Inhaúma ficava no caminho que conectava a capital ao local hoje conhecido como Casa Verde, “onde se plantava algodão consumido nas pequenas tecelagens da cidade de São Paulo, e onde era feito o plantio de legumes e verduras que abasteciam a cidade, além de exploração de areia” (LUCCHÈSE, 2014, p.10). Essas localidades foram reforçadas com a chegada das ferrovias e das fábricas que se instalaram na região da Barra Funda e da Lapa. Assim, as intervenções que ocorreram nesses dois trechos do rio ainda no século XIX atendiam a vários interesses para além da prevenção contra enchentes: os das ferrovias, das fábricas que já ocupavam as várzeas, dos que se utilizavam dos caminhos que iam ao interior do Estado e a Goiás ou à Casa Verde, e dos proprietários de terras. Esses interesses também eram comuns aos técnicos que trabalhavam no Estado, já que muitos deles pertenciam à elite paulistana e com ela faziam múltiplos acordos.

A entrada do século XX marcou uma mudança no entendimento da transmissão das doenças epidemiológicas. A teoria miasmática cedeu lugar à teoria microbiana: as enfermidades não eram veiculadas pelo meio hídrico, salvo as doenças como febre tifóide e cólera, que eram ocasionadas pelo consumo da água de esgoto sem tratamento despejada nos rios da cidade. No entanto, nesse último caso, a solução para o problema estava no tratamento do esgoto (JORGE, 2012). Assim, outras questões foram ocupando o centro do debate em torno do projeto de retificação do rio Tietê conforme a cidade expandia. Com a extinção das atividades da Comissão de Saneamento do Estado, em 1898, novos técnicos tomaram a frente no debate em torno da retificação do Tietê: os engenheiros Francisco Saturnino Rodrigues

de Brito, João Florence de Ulhôa Cintra e Francisco Prestes Maia. Segundo Lucchese (2016), esses três personagens parecem compartilhar um elo comum estabelecido por meio da figura do engenheiro Victor da Silva Freire.²¹

Brito e Freire compartilhavam de ideias em comum sobre como intervir em cidades, visando modernizá-las, tornando-as belas e sadias. Ambos se apoavam nas ideias de Camilo Sitte (ANDRADDE, 1992; CAMPOS, 2002), ambos condenavam os traçados retilíneos, o tabuleiro xadrez à “moda americana”. Enquanto que Brito defendia a sinuosidade principalmente por respeito à topografia do sítio, Freire o fazia pela defesa de uma estética pintoresca. (LUCCHÈSE, 2016, p.100-101)

Já Cintra e Maia trabalharam sob a chefia de Freire na Diretoria de Obras Públicas e Viação da Prefeitura de São Paulo. Em 1922, por solicitação de Victor Freire, Ulhôa Cintra elaborou um estudo para a canalização do Tietê como alternativa ao projeto apresentado pelo engenheiro José de Fonseca Rodrigues na Câmara Municipal no mesmo ano. O projeto de Rodrigues tratava de “um canal trapezoidal, margeado por avenidas e um lago adjacente, localizado na margem norte do rio, funcionando como mecanismo de controle de inundações e de retenção da água das chuvas” (BARBOSA, MEULDER, SOMEKH, 2020). É digno de nota que o engenheiro havia sido chefe da Seção Central da Comissão do Saneamento do Estado quando João Pereira Ferraz desenvolveu e apresentou seu estudo para a canalização do Tietê, em 1894. Assim, é possível que a proposta de Rodrigues apresentasse rebatimentos e influências do projeto apresentado em 1894. O estudo desenvolvido por Ulhôa Cintra buscou manter a aparência natural do curso d’água do rio e introduzir trechos ajardinados, inspirados nas parkways americanas.

Em 1924, Antônio Saturnino de Britto elaborou uma nova proposta de canalização para o rio, na condição de chefe da recém criada *Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê*.²² O engenheiro sanitário havia se consagrado com as obras que realizou no âmbito da Comissão de Saneamento do Estado, na Seção de Santos.

(...) a proposta do engenheiro sanitário Saturnino de Britto definiu a canalização através de uma seção trapezoidal ladeada por dois diques, aumentando a área inundável, se comparada às outras propostas, tanto na seção do canal quanto em dois grandes lagos e um reservatório localizado na Penha; propunha, também, que as áreas de várzea entre a Lapa e a Barra Funda fossem aterradas e parceladas. (BARBOSA, MEULDER, SOMEKH, 2020, p.530).

O projeto de Saturnino de Britto foi resultado de estudos iniciados pelo engenheiro sanitário em 1905, sobre o trecho do rio Tietê em São Paulo, a pedido de Carlos Botelho, então Secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Os relatórios do estudo, publicados em 1911, apresentaram um projeto de abastecimento de água para a cidade de São Paulo

²¹ Victor da Silva Freire formou-se na França, na École Nationale des Ponts et Chaussées, em 1891, e passou a atuar em São Paulo em 1895, a convite do governador do Estado, Manuel Ferraz de Chaves Salles, na Diretoria de Obras do Governo do Estado. Em 1899, tornou-se Diretor de Obras Públicas e Viação da Prefeitura de São Paulo.

²² A Comissão de Melhoramentos do Tietê reportava-se diretamente ao prefeito, de forma que dispunha de verba independente e autonomia para realizar publicação de planos para a retificação do Tietê sem necessitar da aprovação da Câmara ou da Diretoria de Obras (CAMPOS, 2002).

20 As obras do canal de Osasco foram iniciadas em 1893, porém só foram finalizadas em 1941.

a partir dos rios Tietê e Guarapiranga. Referida proposição ia na contramão das propostas que vinham sendo desenvolvidas acerca da retificação do rio Tietê. O projeto de Brito tinha em comum com os demais o desejo de sanear a cidade a partir do controle das águas. No entanto, ele se diferenciava ao propor uma proposta para o abastecimento de água da cidade, sem entrever o máximo aproveitamento e conversão dos terrenos da várzea em solos produtivos. Isso infere que talvez o engenheiro pudesse bancar um certo desprendimento dos interesses do capital atrelado à elite paulistana, por não estar associada a essa classe como os demais técnicos a trabalho do Estado (DEMINICE, 2021).

Por esse motivo, o projeto de Brito apresentado em 1924 foi duramente criticado. Nesse momento, a drenagem da várzea e sua incorporação ao tecido urbano já não eram mais interesses “secundários” nas propostas de retificação do rio. A vantagem de explorar economicamente essas terras vinha sendo indicada desde as propostas formuladas no século XIX. Nos primeiros anos do século XX, essa possibilidade foi potencializada com a lógica rodoviária, principalmente após a chegada da Ford no Brasil em 1919 (OLIVEIRA, 2015; SEABRA, 1987). Mais do que nunca, as várzeas representavam potencial importante para a exploração do mercado imobiliário através do aproveitamento dos terrenos e da infraestrutura urbana pré-existente, da ferrovia e dos antigos bairros, como Barra Funda, Água Branca e Lapa.

Além disso, contemporaneamente à elaboração do projeto de Brito, a Câmara Municipal de São Paulo vinha debatendo a questão do fornecimento de energia elétrica na cidade. Na década de 1920, São Paulo enfrentava uma crise de abastecimento que havia sido agravada por um largo período de estiagem. Por isso, quando da posse do prefeito Pires do Rio, a empresa *Light & Power* já encontrava mais receptividade do poder público para advogar por um projeto que desvisasse as águas do Tietê para o seu afluente Pinheiros (LUCCHESI, 2016; OLIVEIRA, 2015). Esse contexto, somado à aposentadoria de Victor Freire, levou à destituição de Brito da chefia da *Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê* e ao arquivamento de seu projeto.

Em 1927, João Florence de Ulhôa Cintra assumiu a chefia da comissão e realizou alterações no projeto de Saturnino de Brito que contaram com observações de Francisco

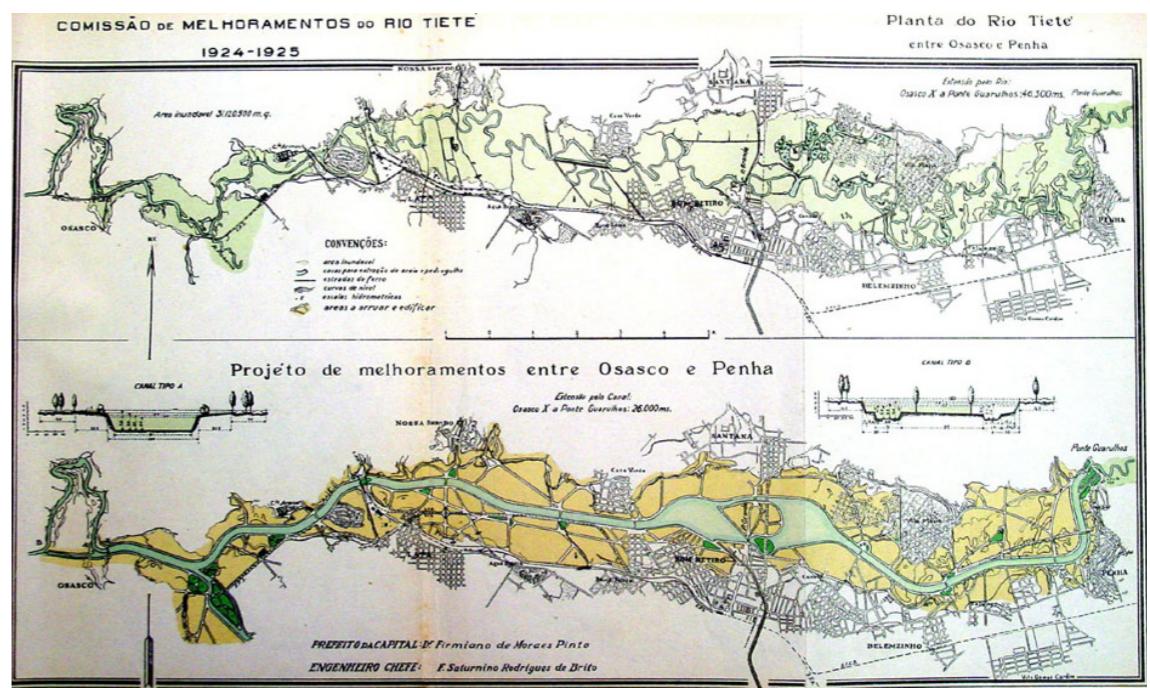
Figura 3: Projeto de retificação do rio Tietê elaborado por Fonseca Rodrigues (1922).

Fonte: Projeto de Regularização do rio Tietê e dique marginal. Elaborado por José Antônio da Fonseca Rodrigues, chefe da Secção Central da Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo apud OLIVEIRA, 2015, p.22.

Figura 4: Projeto de retificação elaborado por João Florence de Ulhôa Cintra (1923).

Fonte: OLIVEIRA, 2015, p.23..

Figura 5: Projeto de Retificação do rio Tietê elaborado por Saturnino Brito, em 1924, na Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê. Elaborada por Saturnino de Brito, chefe da Comissão de Melhoramentos do rio Tietê, 1924-1925 apud OLIVEIRA, 2015, p.56.



Prestes Maia. Esse último, na época, era funcionário do Departamento de Vias Públcas da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públcas do Governo do Estado e comissionado para os Melhoramentos do Tietê. As alterações de Cintra não propunham grandes mudanças, sendo as maiores delas a modificação no local onde o Pinheiros desaguaria no Tietê, e o largo na altura da Ponte Grande, que foi reposicionado para a margem norte do rio. Entre 1924 e 1926, Ulhôa Cintra e Prestes Maia já haviam trabalhado juntos na comissão técnica de acompanhamento do desenvolvimento da proposta do Perímetro de Irradiação da cidade, concebida em 1922 pelo primeiro. Na época, os engenheiros publicaram artigos de autoria conjunta no *Boletim de Engenharia de São Paulo*,²³ aprofundando os estudos realizados no âmbito da comissão, que depois viriam a fazer parte do trabalho de Prestes Maia, *Plano de Avenida*. Além disso, os dois também lecionavam na Escola Politécnica. No entanto, é digno de nota que, enquanto a carreira de Cintra se resumiu às instituições pùblcas, Prestes Maia também atuou no setor privado através de uma firma própria de negócios imobiliários (LUCCHESE, 2016).

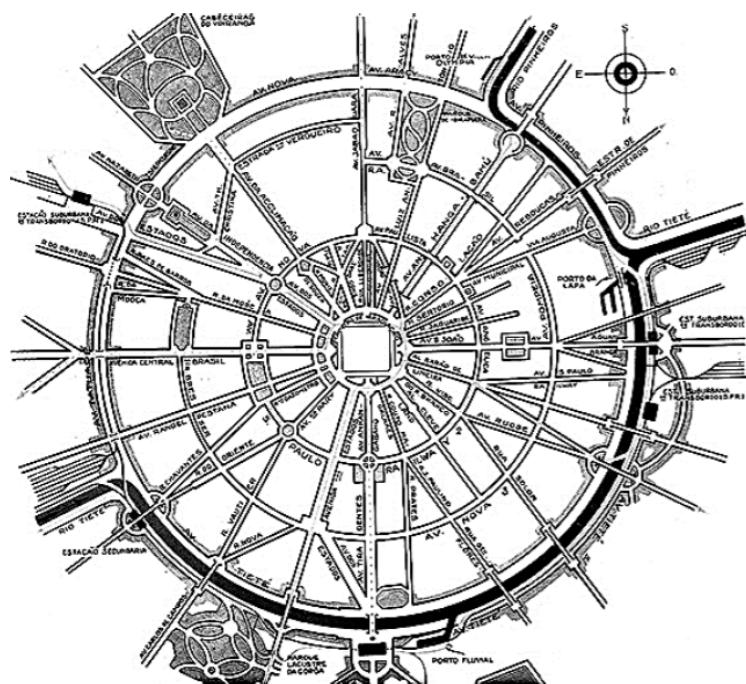


Figura 6: Esquema Teórico do Plano de Avenidas de Preste Maia (1930).

Fonte: TOLEDO, figura 206
apud OLIVEIRA, 2015, p.45.

Em 1938, Prestes Maia tornou-se prefeito da cidade de São Paulo, e sob seu mandato ocorreu a aprovação final do projeto de retificação do rio Tietê, bem como o início das obras. Para chefiar a Diretoria de Obras da Prefeitura, Maia convidou seu antigo colaborador

²³ Projeto de uma avenida circular constituindo perímetro de irradiação, estudo publicado por Ulhôa Cintra e Prestas Maia em 1924 no Boletim de Engenharia de São Paulo.

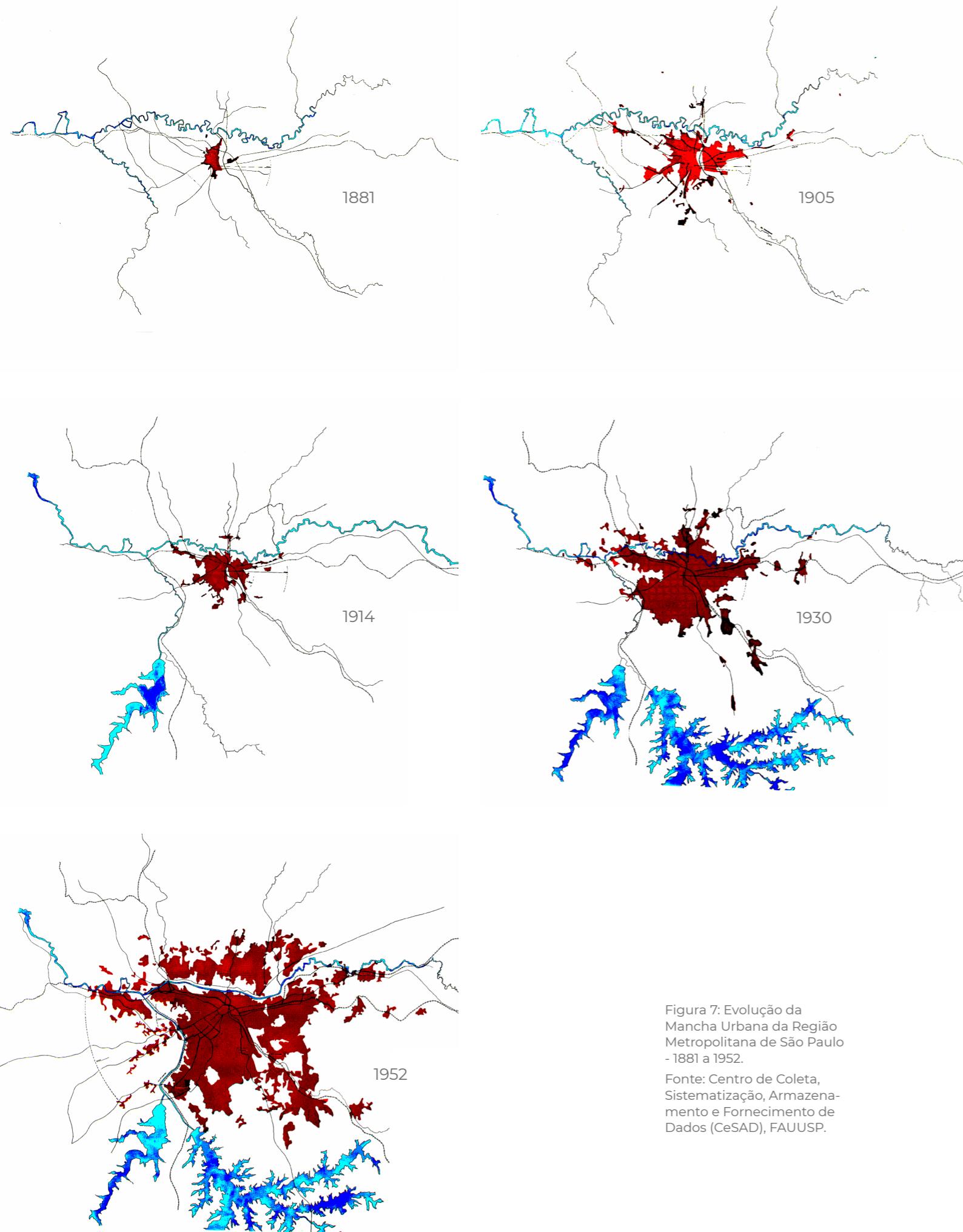
Ulhôa Cintra, que viria a acompanhar todas as alterações realizadas no projeto do Tietê. As obras ficaram a cargo da Divisão de Rios e Águas Pluviais,²⁴ subordinada à Cintra e chefiada pelo engenheiro Lysandro Pereira da Silva. No projeto final de retificação do rio, as vias marginais se transformaram em elementos essenciais. Isso concretizou a adoção do rodoviarismo como modelo urbano paulista e a valorização dos grandes terrenos que resultaram da drenagem da várzea do rio (BARONE, 2019; LUCCHESE, 2016; SEABRA, 1987). A implementação das marginais também possibilitou o acesso estratégico à área metropolitana de São Paulo que se formava.

Às margens do rio canalizado correrão duas largas avenidas. Essa faixa de regularização, com duzentos metros de largura, ocupará cerca de 8 milhões de metros quadrados. Considerando, entretanto, que a área conquistada às enchentes medirá vinte e cinco milhões, ainda sobrará para loteamento, deduzida a quota de trinta por cento para logradouros públicos, cerca de dezessete milhões de metros quadrados, dentro dos limites urbanos. Só a venda desses terrenos indenizará os gastos da obra, orçados em noventa e cinco milhões de cruzeiros, segundo informações oficiais (NÓBREGA, 1948, p. 194 apud OLIVEIRA, 2015, p.37).

Apesar das alterações que foram sendo sugeridas no projeto de canalização do rio Tietê ao longo dos anos, o eixo inicial de retificação não se alterou. Assim como os interesses envolvidos nessa grande obra de infraestrutura, que foram sendo atualizados. As obras implementadas pela Divisão de Rios e Águas Pluviais na gestão de Prestes Maia trataram do eixo entre a Ponte Grande e o canal de Osasco. As obras iniciadas em 1938 começaram pela construção desse canal. A segunda e terceira etapas da retificação foram o trecho entre a Ponte Grande e a Casa Verde, e a Casa Verde e o Limão, respectivamente (OLIVEIRA, 2015). As ligações na forma de pontes permanentes, em substituição às pontes de madeira, seguiram à conclusão dessas obras, antecedendo a implementação das vias marginais. As pontes da Freguesia do Ó, Piqueri e Casa Verde foram projetadas entre 1956 e 1957, e foram construídas na virada da década de 1960. Já a ponte do Limão foi projetada e construída em 1968 (ZMITROWICZ; BORGHETTI, 2009 apud BARBOSA; SOMEKH; MEULDER, 2020).

A drenagem da várzea e a construção de ligações sobre o rio abriram possibilidade para exploração das terras além do rio Tietê, que se deu através da ação de loteadores privados. A partir de um sistema viário incipiente, acessado por linhas de bonde e depois de ônibus, esses agentes lançaram infindáveis loteamentos destituídos de qualquer infraestrutura urbana, salvo um arruamento precário, na periferia que se formava na cidade. À medida que as obras de retificação do Tietê e as pontes iam sendo concluídas, esses novos loteamentos foram se expandindo e consolidando. Sua articulação com o centro da cidade era feita por intermédio dos bairros na margem esquerda do rio Tietê que se formaram a partir da implementação da ferrovia e se consolidaram nas primeiras décadas do século XX: Bom Retiro, Barra Funda e Lapa.

24 A *Divisão de Rios e Águas* foi criada a fim de dar prioridade às obras de canalização do Tietê para implementação do Plano de Avenidas, principalmente o seu terceiro perímetro.



Na Zona Norte, à parte os núcleos históricos de Santana e Nossa Senhora do Ó, a Casa Verde foi um dos primeiros loteamentos resultantes dessa lógica de expansão da cidade, entre as décadas de 1910 e 1920. O parcelamento dessas terras, ainda nas primeiras décadas do século XX, não é estranho, visto o papel que as derrocadas da região da Casa Verde e, posteriormente, o canal de Inhaúma, ocuparam no debate de retificação do rio Tietê. Também, conforme expusemos na recuperação desse debate, as terras da Casa Verde despertavam interesses econômicos. Já na *Planta da Cidade de São Paulo, mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados*, de 1924, é possível observar um maior desenvolvimento dos bairros à margem do Tietê, como o Bairro do Limão e a própria Casa Verde, sob o nome de Villa Tietê, além de bairros associados ao antigo núcleo de Santana e à Tramway. Esses bairros estavam articulados pela Estrada para a Freguesia do Ó, Caminho para o Bairro do Limão e Estrada da Cantareira.

Conforme demonstraremos a seguir, a população desses loteamentos era predominantemente constituída pelos antigos habitantes de cortiços e porões do centro da cidade que haviam sido desalojados pelos “melhoramentos urbanos”, bem como migrantes do interior paulista, Minas Gerais e Nordeste. Dentre essa população, o estrato negro representava uma parcela significativa.

Materialização dos padrões de segregação da cidade metrópole: um processo racializado

O crescimento demográfico de São Paulo, sobretudo com o fluxo migratório para a cidade, levou ao aumento da demanda por moradia para classe trabalhadora em solo urbano. Entre 1890 e 1920, 699.368 imigrantes entraram na cidade de São Paulo. Esse fluxo era composto tanto por estrangeiros recém-chegados da terra natal, quanto por imigrantes que chegaram ao Brasil através da política de incentivo à imigração brasileira para substituição da mão de obra escravizada (ROLNIK, 1997; ANDREWS, 1998). Esse último grupo, chegou ao país na condição de mão de obra assalariada, ainda nas últimas décadas do século XIX, e foi empregado na economia agrícola. O desenvolvimento de São Paulo observado na virada do século XX e, com isso, a geração de oportunidades de emprego, atraiu essa massa imigratória para a cidade. A esse contingente somaram-se trabalhadores nacionais oriundos do interior paulista e estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; OLIVEIRA, 2008; LOWRIE, 1938). Essas localidades, em razão do histórico da economia escravagista, arregimentavam porcentagem significativa do contingente negro. Assim como os imigrantes estrangeiros, esse grupo iniciou um fluxo de migração para a capital paulistana, sobretudo após a abolição, à medida que a cidade crescia, movida pela marcha urbano-industrial. Essa população recém chegada em São Paulo tendeu a ocupar as fronteiras da área urbana, principalmente os migrantes do interior paulista, Minas Gerais e Bahia.

Até as primeiras décadas do século XX, a classe trabalhadora urbana residiu em cortiços e pensionatos no centro da cidade de São Paulo. A condição de moradia desse estrato social refletia os baixos salários praticados pela economia industrial (ROLNIK, 1997). Den-

PLANTADA CIDADE DE S.PAULO

MOSTRANDO TODOS os ARRABALDES E TERRENOS ARRUADES

As curvas de nível foram extrahidas da carta 1:100.000 da Comissão Geographica e Geologica de São Paulo e aqui adaptadas apenas para se ter uma idéa do relevo do terreno. As quadriculas não são kilometricas.

ESCALA-1:30000

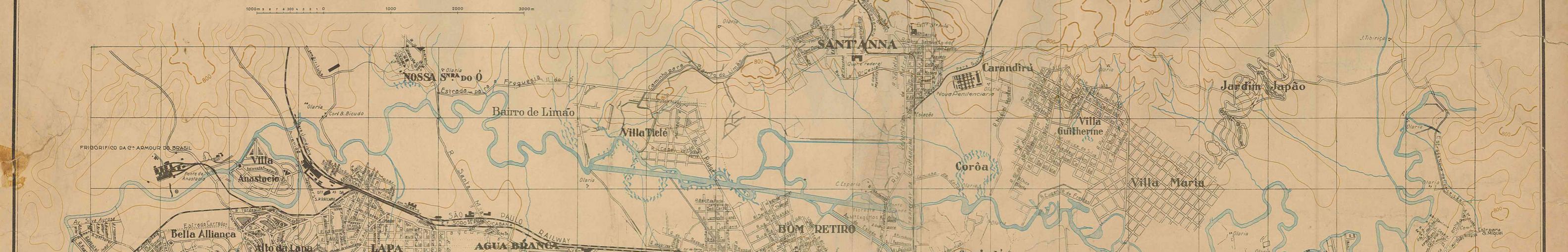


Figura 8: Mancha urbana da Zona Norte em 1924.

tro desse padrão de produção social, a população negra se viu restringida à ocupação de porões e fundos de vale (BARONE, 2020, 2019; SCHNECK, 2016; ROLNIK, 1989). Apesar do negro ser parte integrante da classe trabalhadora, conforme demonstrado no **Capítulo 1** deste trabalho, o grupo carregava o ônus do passado escravista que, a priori, determinava sua posição na escala social. A entrada do elemento imigrante branco, compreendido socialmente como grupo superior na sociedade paulistana, a longo prazo ratificou a discriminação vivenciada pelo segmento negro. Esse preconceito racial refletiu nas oportunidades de emprego que os negros puderam garantir (SCHNECK, 2016; ALBERTO, 2011; NILZA, 2006; BASTIDE, 1972). Assim, ainda que pertencente à classe operária, sua integração se deu por meio da ocupação de postos mais baixos e, consequentemente, com menor retorno financeiro. Por isso, desde seu egresso do regime escravista, o negro se viu duplamente em desvantagem. Enquanto trabalhador urbano, seu salário era insuficiente para arcar com os gastos de moradia, e o preconceito racial dificultava a conquista de uma estabilidade econômica (BARONE, 2020;

Fonte: Planta da cidade de São Paulo, mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados, 1924. Histórico Demográfico do Município de São Paulo.

FERNANDES, 1964). Por isso, apesar das habitações coletivas serem comuns a toda classe trabalhadora urbana, a população negra conviveu com condições de moradia mais precárias. Mesmo no contexto dos cortiços e outras formas de alojamento coletivo, o grupo tendeu a ocupar os espaços mais desvalorizados, como as regiões de fundo de vale e os porões das casas ocupadas por imigrantes (SCHNECK, 2016; ROLNIK, 1989; AZZI, L. H. G. et al., 1988).

Com a implementação dos “melhoramentos urbanos” nas primeiras décadas do século XX, a população residente de cortiços e porões viu-se despejada (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; BARONE, 2019; ROLNIK 1989). Nesse momento, esses habitantes eram tidos como indesejáveis pelo poder público, que promovia a reestruturação da cidade a partir da abertura de vias, grandes obras de infraestrutura e embelezamento urbano. Isso, somado à ação do mercado imobiliário, resultou em um projeto efetivo que garantiu a “renovação” de certas zonas da cidade. As remoções promovidas foram seguidas do reassentamento dessa população indesejada em áreas, até então, desvalorizadas, longe dos espaços de circulação da elite.

Conforme demonstrado por Barone (2020b), essas áreas consistiam em terrenos que já possuíam projetos aprovados para usos não habitacionais, de forma que se tratava de “solução” provisória. Na época, o poder público acreditava que grande parte do déficit habitacional da cidade era composto pela população migrante. Por isso, o problema habitacional seria resolvido através da incorporação desse grupo à economia industrial como força de

trabalho. Assim, como solução temporária, o poder público deliberadamente incentivou a construção de favelas em terrenos públicos que em pouco tempo também seriam alvo de obras de “melhoramentos urbanos”. Nessas favelas, os migrantes que chegavam na cidade de São Paulo na esperança de dias mais prósperos somaram-se ao contingente populacional alvo dos despejos das habitações coletivas.

Nos anos de 1930, a demanda por habitação e a implementação da lógica do crescimento espalhado da cidade deu margem a um processo de expansão da fronteira urbana. Através da ação de loteadores privados, os arrabaldes da cidade passaram a ser ocupados por novos parcelamentos (BARONE, 2020; SAMPAIO, 1999; ROLNIK, 1997). Tal expansão foi ditada pela rede de bondes que, do ponto de vista da exploração do espaço urbano pelo mercado imobiliário levou à abertura de loteamentos nos pontos finais desse meio de transporte. O parcelamento de terrenos na periferia da cidade era extremamente lucrativo por não contar com investimentos em infraestrutura e serviços básicos. Condição que foi possível graças a uma fiscalização urbana seletiva, que tendeu a controlar e assegurar o uso e ocupação do solo apenas nas áreas mais valorizadas da cidade.

Até 1937, o parcelamento da terra e compra e venda dos lotes foram transações marcadas por condições de insegurança, pois o Código Civil expressava um favorecimento ao vendedor. Com o Decreto-Lei nº 58/1937, as relações contratuais entre vendedores e compradores de lotes foram regulamentadas. Em 1938, o Decreto nº 3.079 passou a exigir que os loteamentos tivessem área de lote de 250m², serviços de água e esgoto, guias nas calçadas, sarjetas, arruamento e arborização e áreas livres (PASTERNAK, 2010). No entanto, a fiscalização seletiva focalizada nos bairros residenciais planejados, resultou na proliferação de loteamentos na periferia da cidade destituídos de infraestrutura básica – como abastecimento de água e esgoto, iluminação pública, eletricidade, pavimentação e drenagem. A chegada de infraestrutura nesses bairros periféricos tardaria anos, visto que a extensão desses serviços não visava a priorização do atendimento de localidades densamente povoadas, mas sim interesses privados e comerciais (ROLNIK, 1997).

Rapidamente, essa lógica de ocupação se estabeleceu como padrão urbanístico dominante na metrópole. Uma expansão horizontal em direção às bordas da cidade possibilitada pela rede de bondes, e depois pelas linhas de ônibus. Com o emprego desse último como meio de transporte de massa, foi possível a abertura de loteamentos ainda mais distantes. O início das obras de retificação do rio Tietê e posterior implementação das vias marginais, juntamente com a construção das pontes, intensificou esse processo.

As grandes distâncias e a ausência de infraestrutura urbana tornaram esses loteamentos periféricos a única solução possível de habitação, do ponto de vista econômico, para parte expressiva da população paulistana. O desestímulo do até então rentável mercado de locação com a promulgação da Lei do Inquilinato em 1942 pelo Governo Vargas, impulsionou ainda mais esse processo de periferização. Para os habitantes já residentes da cidade de São Paulo que vinham sendo desalojados pelos “melhoramentos urbanos”, a aquisição de um lote nas bordas da cidade representava a possibilidade de alcançar uma estabilidade econômica (BARONE, 2020). Já para a população migrante, a escolha de se assentar na periferia passa-

va pela condição econômica da família recém chegada na cidade e por uma rede de apoio já preexistente nesses bairros, traduzida na figura de familiares e amigos. Nesses loteamentos, as famílias que conseguiram comprar um terreno, construíram sua casa própria através do auxílio de familiares e vizinhos, por meio da autoconstrução. Esse mesmo esforço se estendeu para a promoção de benfeitorias no bairro. Assim a tríade da lógica de crescimento da cidade estava formada: “um padrão baseado na expansão horizontal, no ônibus e no automóvel como meios de transporte, na autoconstrução dos assentamentos populares e numa quase total irregularidade perante as leis e códigos que determinavam o uso e a ocupação do solo da cidade” (ROLNIK, 1997, p.165). Dentre a população residente nesses loteamentos periféricos, a população negra formava parte significativa.

Conforme já exposto neste trabalho, o grupo negro formava parcela expressiva da população despejada das habitações coletivas da região central da cidade e dos migrantes nacionais que buscavam nos loteamentos periféricos uma moradia. Ademais, a análise do censo demográfico de São Paulo de 1980, organizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos permite reconhecer a maior concentração da população negra nos bairros periféricos da cidade.

Os dados censitários disponíveis para a cidade de São Paulo tornam difícil uma avaliação da espacialização da população negra no município em grande parte do século XX. Em razão de interesses econômicos e políticos, a distribuição da população brasileira segundo a cor da pele fez parte dos recenseamentos de 1872 e 1890. No entanto, após a Abolição da escravatura e Proclamação da República, houve um interesse em distanciar a história do país do passado escravista (LOWRIE, 1938). Por isso, a informação referente à cor da população foi suprimida dos censos demográficos das primeiras décadas do século XX. Somente em 1940 a matéria voltou a ser pesquisada. Quando reintroduzida, a categoria ficou a cargo do interesse e objetividade dos classificadores. Em 1950, a classificação passou a ser deixada à discreção do recenseado. Mesmo com essa alteração, em razão do preconceito racial e efetiva implementação da política de branqueamento da população, o negro tendeu a ser classificado como o mais branco possível. Além disso, com a restituição da matéria em 1940, a população foi distribuída em quatro grupos: brancos, pretos, amarelos e pardos. Nessa última categoria eram agrupados mulatos, mestiços, índios, caboclos, mamelucos, cafuzos, etc. Essa classificação ainda perdurava no censo demográfico de 1980. De forma que os dados estatísticos analisados em relação à população negra, tenderam a ser inferiores à realidade. Por isso, para fins deste trabalho, optamos por somar as categorias de pretos e pardos para compreender a população negra na cidade de São Paulo.

Em termos da categoria cor, o censo demográfico de 1940 apresentou apenas tabulações totais para o Estado de São Paulo. A estatística de 1950 apresentou dados em relação à cor da população, mas apenas para o Município de São Paulo, sem discriminar dados por distritos. No ano de 1960, mais uma vez não foram coletados dados em relação à cor da população por municípios, de forma que as tabulações foram apresentadas por totais gerais do estado. Em 1970, a variável cor também não entrou para o censo, o que significa que apenas o recenseamento de 1980 apresentou dados suficientes para o estudo demográfico da espacialização da população negra na cidade de São Paulo. Mais que isso, o censo de 1980 nos

Figura 9: População Branca de acordo com os distritos da cidade de São Paulo para o ano de 1980.

Fonte: Elaboração própria com base no IX Recenseamento Geral do Brasil (1980), elaborado pelo IBGE.

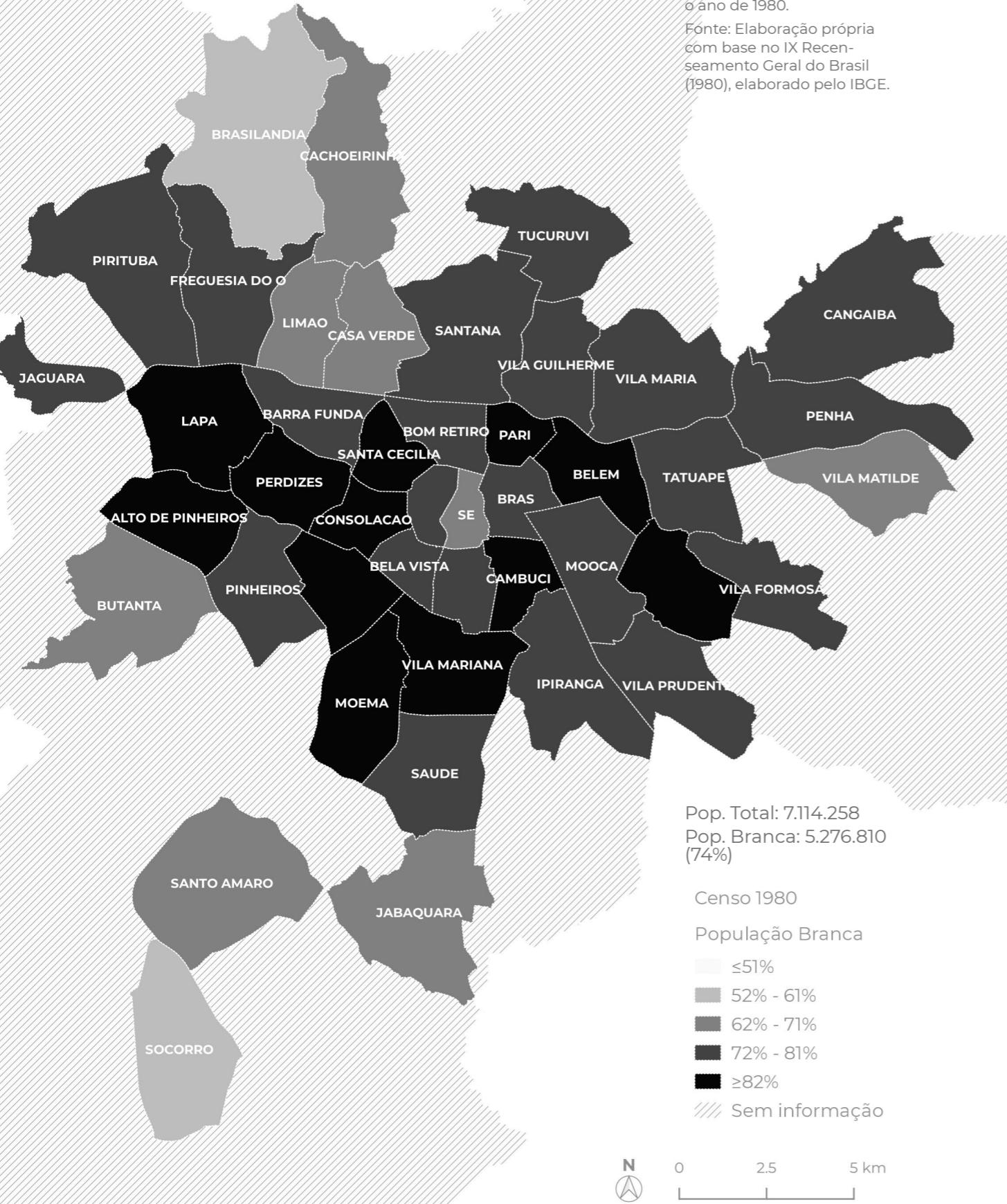
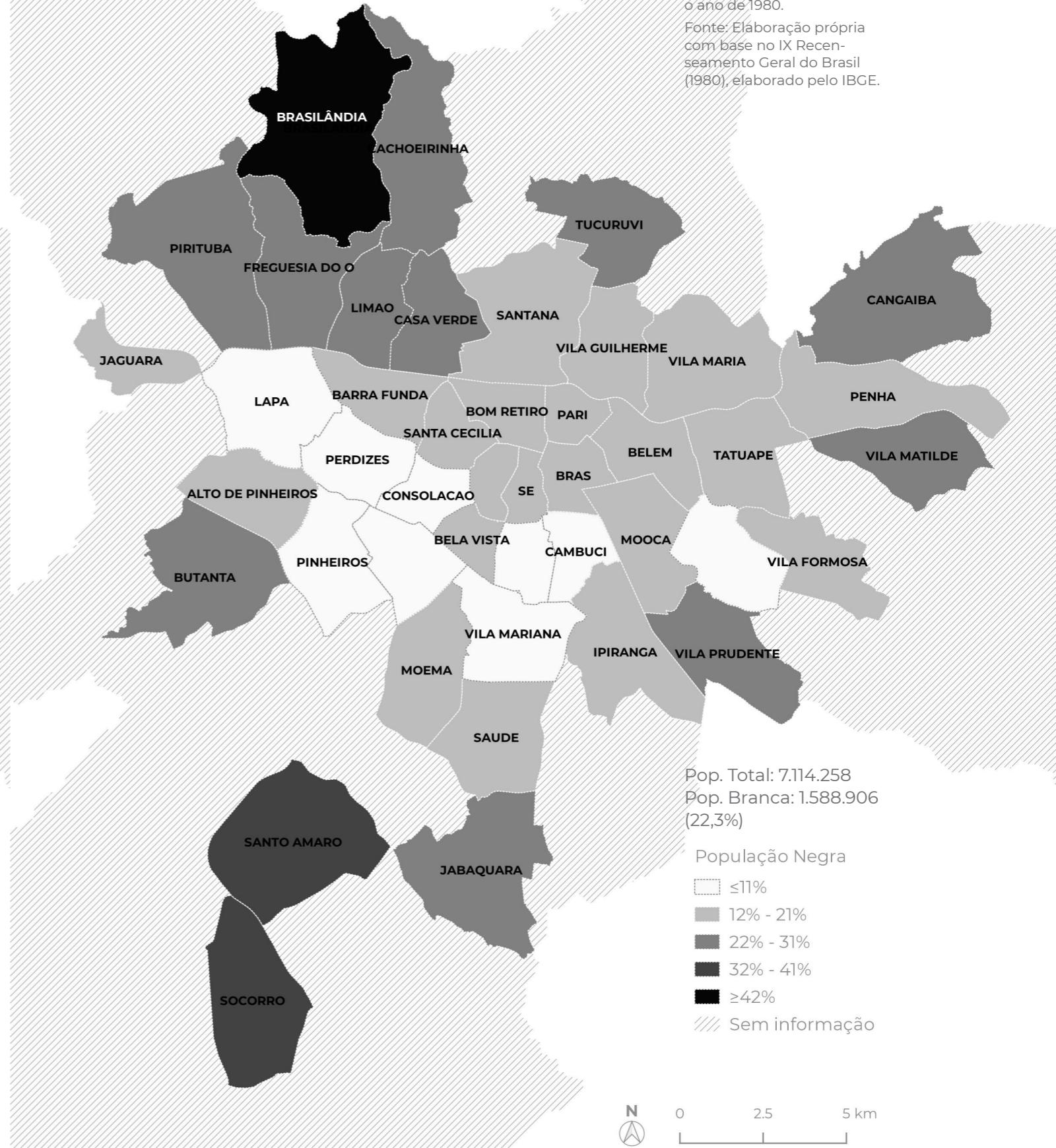


Figura 10: População Branca de acordo com os distritos da cidade de São Paulo para o ano de 1980.

Fonte: Elaboração própria com base no IX Recenseamento Geral do Brasil (1980), elaborado pelo IBGE.



auxilia a compreender a presença negra na Zona Norte de São Paulo e outras periferias que se conformaram a partir da década de 1930 (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; OLIVEIRA, 2008; ROLNIK, 1989).

Os dados demográficos de 1980 reiteram a presença negra nos bairros periféricos da cidade de São Paulo, também reconhecida na bibliografia consultada (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; BARONE, 2020; OLIVEIRA, 2002, 2008; ROLNIK, 1989). De acordo com o censo, a cidade de São Paulo possuía 7.114.258 habitantes. Desses, 22,3% eram negros (1.588.906). A Zona Norte era a região com maior número de distritos onde a média da população negra era igual ou superior à da cidade. Nos bairros mais próximos a várzea do rio Tietê, a concentração de negros era proporcional à média do município. A presença negra aumentava conforme se aproximava das bordas da cidade, sobretudo no quadrante noroeste: Santana (21,3%), Casa Verde (22,1%), Tucuruvi (22,6%), Pirituba (23,7%), Limão (26,1%), Nossa Senhora do Ó (26,7%), Vila Nova Cachoeirinha (27,6%), até chegar na “África Paulista”, a Brasilândia (42,4%) (ROLNIK, 1989). A Zona Leste, ainda em expansão no contexto do recenseamento de 1980, também abrigava parcela expressiva da população negra da cidade de São Paulo: Vila Formosa (21,1%), Vila Prudente (23,3%), Cangaíba (24,6%) e Vila Matilde (27,2%). Já nas bordas da Zona Sul da cidade, a concentração de negros superava a média do município: Jabaquara (29,4%), Santo Amaro (33,1%) e Capela do Socorro (36,5%). Na Zona Oeste, o distrito do Butantã era o único que tinha uma porcentagem de negros acima da média da cidade, 26,3%. Em contrapartida, os bairros planejados do quadrante sudoeste, tinham uma sub-representação do grupo negro: Indianópolis (8,0%), Perdizes (8,8%), Aclimação (9,8%), Jardim América (9,8%). Assim, esses dados demonstram que, apesar da média da população negra de São Paulo ser inferior a um quarto dos habitantes da cidade no ano de 1980, esse grupo não estava uniformemente distribuído pelo território do município. À medida que se afastava do centro, a presença negra se igualava à média da cidade e ia aumentando em direção às bordas. Também, a maior concentração da população negra no quadrante noroeste em 1980, coincide com a conclusão das obras do eixo inicial de retificação do rio Tietê e das pontes.

Frente à falta de informações censitárias para anos anteriores a 1980 em relação a distribuição racializada da população paulistana no território, o trabalho de Lowrie (1938) publicado na Revista do Arquivo Municipal e o material da exposição *Trajetória do negro no espaço paulistano* (CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, 1988), ocorrida em 1988, são materiais valiosos.

Em 1938, o sociólogo estadunidense Samuel Lowrie publicou um artigo onde buscou demonstrar a contribuição do negro para a composição demográfica do Estado de São Paulo, sobretudo no que diz respeito à capital paulistana. Para tanto, lançou-se da análise de registros de óbitos e nascimentos do Serviço Demográfico, assim como matrículas nos grupos escolares levantadas pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. A partir do estudo desses dados, o sociólogo estimou que em 1938 a média da população negra no município de São Paulo variava entre 8% e 10%. Essa população, de acordo com o levantamento das crianças matriculadas nos grupos escolares, tinha uma maior representação nos territórios historicamente negros na região central da cidade, bem como nos vetores de ex-

pansão da periferia. Na região central, o distrito de Santa Cecília tinha uma média de 15-20% de crianças negras matriculadas em grupos escolares, enquanto que Bela Vista 20-25%. Já na periferia da cidade, Casa Verde, Bosque da Saúde e Lageado eram os distritos onde a média de crianças negras matriculadas superava os 15%.

Apesar dos resultados apresentados por Lowrie refletirem a tendência de espacialização da população negra na cidade de São Paulo, observada na bibliografia consultada e no censo de 1980, os dados apresentados tinham certo grau de sub-representação. Mesmo que o estudo das matrículas nos grupos escolares tratou de 84.447 crianças, Lowrie reconheceu que este universo não era correspondente ao total de crianças em idade escolar residentes no município de São Paulo. Conforme o sociólogo, 26% das crianças pertencentes a esse grupo cursavam estabelecimentos privados de ensino e outras 27% não frequentavam a escola. Esse último grupo seria composto por maior número de crianças negras. Em termos raciais, a não contabilização dessas crianças contribuiu para o branqueamento da população dos grupos escolares tabulada no estudo apresentado por Lowrie. Também, conforme observado por Barone (2019), os grupos escolares não estavam distribuídos uniformemente pelo território da cidade de São Paulo, de forma que algumas áreas não eram atendidas. Ainda assim, os bairros apresentados por Lowrie com maior concentração de crianças negras entre os alunos dos grupos escolares coincidem com áreas que se conformaram como territórios negros.

Em relação a exposição *Trajetória do negro no espaço paulistano*, de 1988, o material analisado reitera a presença expressiva da população negra nos bairros da periferia de São Paulo. A periferização desse estrato social acompanhou o processo de abertura de loteamentos nas bordas da cidade. Essa tendência, pautada no contexto urbano e político já explorados neste trabalho, também foi incentivada pela classe intelectual negra organizada em torno da Imprensa Negra²⁵ em meados do século XX, conforme demonstrado também por Barone (2020).

Em busca de elevar a posição do negro na hierarquia social, em meados do século XX a Frente Negra Brasileira²⁶ empreendeu uma campanha em seu jornal *A Voz da Raça* para incentivar a aquisição da casa própria pela população negra. Na visão do movimento negro, a compra de um imóvel levaria à saída dos cortiços e porões da população negra, bem como garantiria uma estabilidade para a família frente ao fim do dispêndio com o aluguel. Na São Paulo em expansão, com a moradia como parte não integrante do salário do trabalhador urbano e o preconceito racial, a aquisição da casa própria pela população negra foi mais passível de concretização nos loteamentos que estavam sendo abertos na periferia da cidade (BARONE, 2020; ROLNIK, 1997).

²⁵ Na primeira metade do século XX, os intelectuais negros paulistanos estavam organizados em torno de uma imprensa que funcionava como veículo para a circulação das ideias do movimento negro, e tinha como público leitor a população afrodescendente. Os jornais defendiam a igualdade racial, a ser alcançada por meio da democracia. Através dessa imprensa, a classe média negra aspirava enquadrar o homem de cor no padrão de comportamento burguês para sua inclusão social.

²⁶ A FNB nasceu em 1931 com o fim de combater o preconceito de cor através de uma perspectiva política. A organização enfatizava a necessidade de dar continuidade à luta iniciada na Abolição, tendo o propósito de dar “a verdadeira carta de alforria ao homem de cor” (DOMINGUES, 2005)

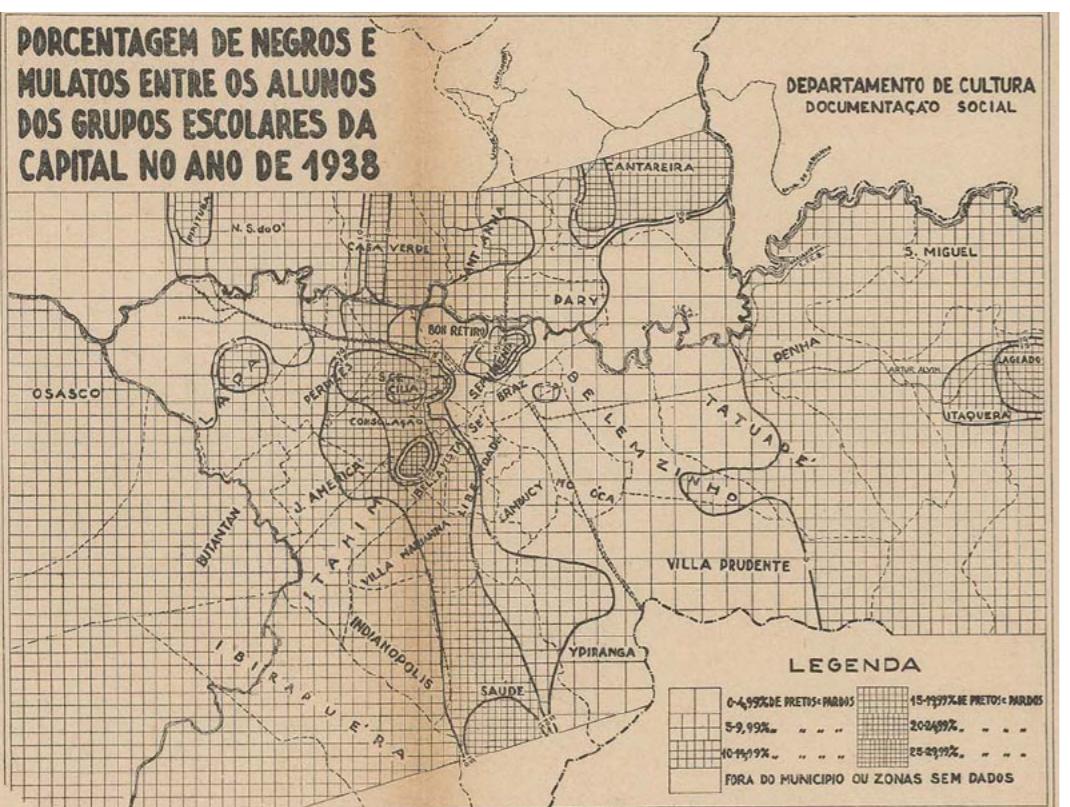


Figura 11: Porcentagem da população negra entre os alunos dos grupos escolares da cidade de São Paulo em 1938.

Fonte: LOWRIE, p.57.

Realmente a Frente Negra pregava que o negro tinha que abandonar os porões e os cortiços. A maioria dos negros morava nos cortiços da Bela Vista, nos porões da Barra Funda e Liberdade e a Frente Negra pregou que os negros tinham que comprar as suas terras, construir suas casas em lugares distantes, fizesse economia, adquirisse bens. Muitos ouviram o apelo da Frente Negra e compraram terrenos na Brasilândia, Casa Verde, aqui mesmo no Jardim da Saúde, era um bairro distante, periferia. (...) (depoimento de Francisco Lucrécio, membro da Frente Negra Brasileira em CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, 1988)

A partir de trechos de entrevistas de membros da Frente Negra Brasileira, apresentados na exposição de 1988, compreendemos que a campanha do órgão não se restringiu às páginas de seu jornal. Os depoimentos dos frentenegrinos indicam que a FNB estabeleceu núcleos nos loteamentos que vinham sendo abertos na periferia da cidade, a fim de auxiliar a população negra na compra de terreno e construção da casa. À medida que esses núcleos iam se consolidando, a FNB migrava para iniciar o mesmo processo em outro parcelamento. Nos depoimentos, essa iniciativa foi associada à Vila Formosa, Parque Peruche, Casa Verde e Jardim da Saúde, territórios que de acordo com o censo demográfico de 1980 tinham uma concentração de população negra igual ou maior à média da cidade.

Eu era nesse tempo funcionário federal iniciando a minha carreira. O negro tinha um defeito muito grande: todos moravam no Largo da Sé, todos moravam ali na Rua Tabatinguera. Mas moravam lá embaixo, no portãozinho. Então nós fizemos uma campanha da casa própria. Nós fomos primeiro para Vila Formosa, criamos núcleos lá. Então, o negro começou a comprar seu terreninho e fazer sua casinha aos poucos. Daí nós fomos para o Parque Peruche, para a Casa Verde. Fizemos a mesma coisa. Daí do Parque Peruche nós fomos para o Jardim da Saúde, fizemos

a mesma coisa, e assim, sucessivamente, criando bairros nitidamente de população negra ou mesclada que permanecem até hoje se desenvolvendo, o negro se acostumou a fazer uma pequena economia, um pequeno esforço para ter a sua casa própria. Embora não tivesse água, luz, não tivesse condição, começou-se a evolução nesse sentido. (...) (depoimento de Raul Joviano do Amaral, membro da Frente Negra Brasileira, da Associação Cultural do Negro, da Associação José do Patrocínio, da Associação dos Negros Brasileiros e da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, 1988)

Os depoimentos deixam clara a importância, para o movimento negro, da aquisição de um terreno pela população negra para a estabilidade econômica da família. Mesmo que esse feito fosse possível de realização apenas nos loteamentos periféricos da cidade, o importante era morar em um local de posse própria. Ainda que esses bairros carecessem de infraestrutura básica e estivessem localizados distantes do centro da cidade, nesses loteamentos era possível constituir uma vida mais digna para a família do que no contexto das condições dos cortiços e porões, que ademais dependiam de um dispêndio de aluguel (BARONE, 2020).

Ainda em relação à campanha da Frente Negra pela casa própria, relatada pelos próprios membros do órgão de protesto, a Zona Norte de São Paulo foi indicada como região da cidade que apresentava uma população expressiva negra. Os depoentes reconheceram como territórios negros os mesmos distritos que no censo de 1980 figuravam com uma média de população negra igual ou superior à da cidade: Casa Verde, Freguesia do Ó, Limão, Vila Nova Cachoeirinha e Brasilândia. No entanto, o Parque Peruche, bairro da Casa Verde, e a Brasilândia, foram os territórios associados mais diretamente à campanha da Frente Negra e à noção de território negro nas falas dos depoentes. Ainda, a ocupação da Brasilândia foi associada às obras de retificação do rio Tietê e à política de despejo adotada pelo poder público para a desocupação dos cortiços.

Olha eu sei o seguinte: toda zona norte, isso é, você pegando: Freguesia, Brasilândia, Limão, Cachoeirinha, Casa Verde. Nem tanto Santana. É um setor de grande concentração da população negra. Na verdade, se você pegar assim pelo mapa, é aonde tá mais concentrado. Pode ter mais na zona leste devido a tamanho da zona leste e por causa das COHAB's. (...) (depoimento de João Batista de Jesus Félix, membro do Movimento Negro Unificado CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, 1988)

A respeito da Campanha da Frente Negra: "More longe mas more no que é seu". Quem disse isso?... É uma demagogia tamanha! Aconteceu que o Prestes Maia achou que devia acabar com os cortiços... Mas antes ele retificou o Tietê porque toda aquela zona Brasilândia, Freguesia do Ó, ninguém queria, com a retificação do rio eles adquiriram um pequeno valor. (...) (depoimento de Henrique Antunes Cunha, redator do Clarim da Alvorada, membro do Centro Cívico Palmares, da Frente Negra Brasileira e do Clube Negro de Cultura Social em CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, 1988)

Com isso, compreendemos que a campanha da Frente Negra pela casa própria pelo negro e sua atuação nos loteamentos que proliferavam pela cidade influiu no território. A vinculação da campanha empreendida nos jornais da Imprensa Negra aos loteamentos que vinham sendo abertos na periferia contribuiu para a consolidação de territórios negros. Essa influência da FNB sobre o território ficou evidenciada sobretudo na Zona Norte da cidade, no Parque Peruche, Casa Verde e Brasilândia.

capítulo 3

A TRANSPOSIÇÃO DO RIO TIETÊ PELA POPULAÇÃO NEGRA: O BAIRRO DO PARQUE PERUCHE

O loteamento do Parque Peruche

Os primeiros ocupantes do Parque Peruche: a
população negra



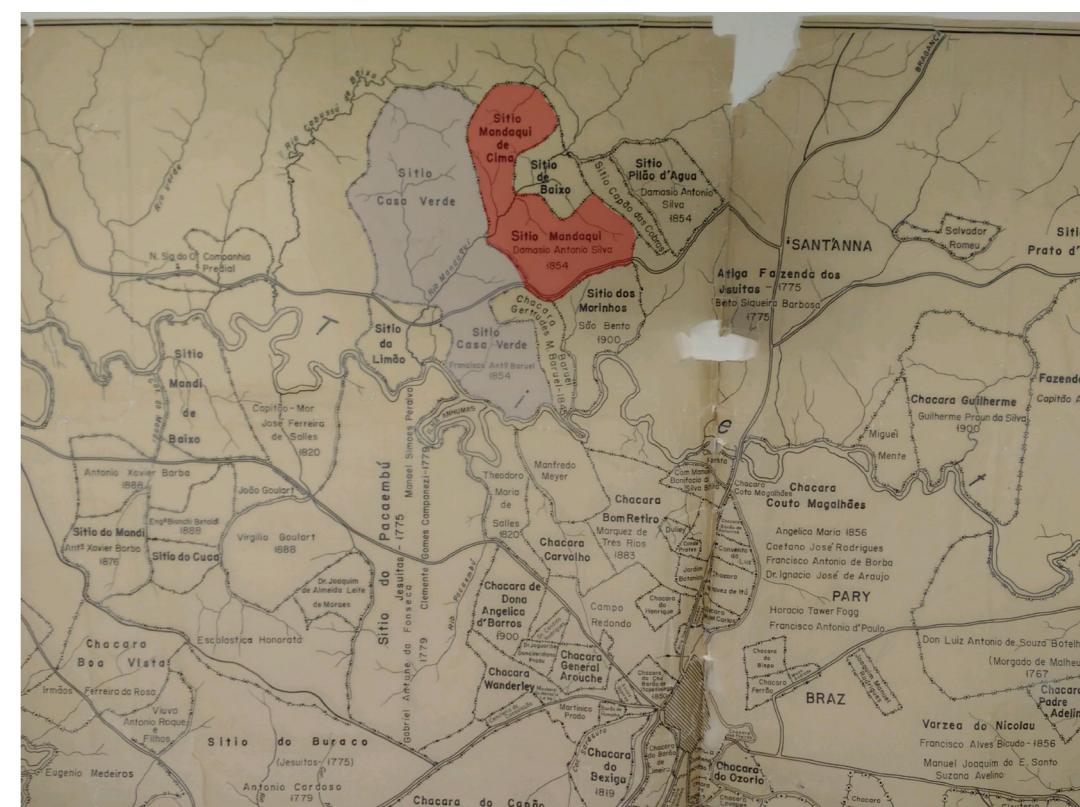
Figura 12: Loteamento Casa Verde, 1940.

Fonte: Mapa Topográfico do Município de São Paulo (SARA - 1930). Produzido pela Società Anonima Rillevamenti Aerofotogrammetrici de Roma' (SARA) via contrato firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 13: Sítios resultantes do desmembramento da Fazenda Casa Verde.

Em cinza, o Sítio Casa Verde (loteamento da Casa Verde), de propriedade de Francisco Antônio Baruel, em 1854. Destacado em vermelho, o Sítio do Mandaqui (loteamento do Parque Peruche), propriedade de Damasio Antonio da Silva, em 1854.

Fonte: Chácaras, sítios e fazendas ao redor do centro (desaparecidas com o crescer da cidade). Mapa organizado pelo Eng. Gastão Cesar Bierrembach de Lima, para o IV Centenário de São Paulo. Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.



Conforme observamos no **Capítulo 2** deste trabalho, a Casa Verde foi um dos primeiros loteamentos a ser aberto na Zona Norte de São Paulo, salvo os núcleos históricos de Santana e Nossa Senhora do Ó. Também demonstramos, com a recuperação do debate em torno da obra de retificação do rio Tietê, que a elite paulistana tinha interesses econômicos nas terras da Casa Verde. Com isso, não é estranho que ainda nos primeiros anos do século XX, essas terras tenham sido parceladas para servir aos interesses de loteadores privados, segundo a lógica que se iniciava do crescimento espalhado da cidade.

A primeira referência de que temos notícia à área onde se situa o loteamento da Casa Verde data de 1616, quando Amador Bueno da Ribeira (Provedor da Capitania, Capitão Mor, Ouvidor, Contador de Fazenda Real, Juiz de Órfãos) requereu “autorização da Câmara para construir um moinho no córrego Mandaqui”²⁷ (ANDRADE, 2015; MARCELINO,

27 O Córrego Mandaqui é um importante afluente do rio Tietê na porção noroeste da Zona Norte da cidade,

2003). Em 1794, o tenente coronel José Arouche de Toledo Rendon, descendente de Amador Bueno, teria enviado uma caixa de café produzido na Fazenda Casa Verde para o seu irmão em Lisboa (LEITE, 1939). Posteriormente, a região foi desmembrada em áreas menores, que passaram pela posse de diferentes proprietários (**Figura 13**). Em 1882, a porção referente ao parcelamento da Casa Verde foi adquirida por João Maxweel Rudge. Na década de 1910, a iminência da retificação do rio Tietê no eixo entre a Ponte Grande e o canal de Osasco levou a família Rudge a dar início ao parcelamento de suas terras para comercialização.²⁸ É digno de nota que o loteamento que se originou era adjacente ao canal de Inhaúma, que havia sido construído nos anos de 1890 com a finalidade de represar as cachoeiras da Casa Verde (**Figura 12 e 14**). O empreendimento, nomeado inicialmente de Villa Tietê, visava atrair os profissionais liberais da classe média emergente que ainda não podiam arcar com os custos da moradia na região central da cidade (MICHEL, 2019). Para isso, a família Rudge²⁹ envolveu-se diretamente no desenvolvimento do loteamento, bem como mobilizou seus laços com o governo paulistano para garantir melhorias no bairro ainda nas primeiras décadas de sua formação.³⁰

Horácio Rudge montou seu escritório de vendas no local, agora associado a seu filho, Oswaldo Leite Rudge (sobrinho de Aureliano Leite). Suas irmãs Ana e Paulina cuidavam do desenvolvimento do bairro, em particular dos serviços sociais (igreja, escola, obras sociais). Os Rudge eram aliados a vários membros do governo urbano, como, por exemplo, Arthur Rudge Ramos, seu primo direito, nomeado 3º delegado auxiliar de polícia em 1921, que participou da “limpeza” policial da área (MICHEL, 2019, p.94).

A “limpeza” policial da área, mencionada no trecho transcrito, foi um instrumento importante empregado pelos Rudge para imputar à Casa Verde a noção de um bairro “limpo” e “branco” (MICHEL, 2019). Isso, junto às obras de infraestrutura urbana que foram implementadas na década de 1930 com o auxílio do governo, influíram na valorização dos lotes comercializados no bairro. O saneamento e a “limpeza” policial corroboraram para a construção idealizada da Casa Verde como um exemplo de progresso e um subúrbio residencial

atualmente canalizado e tamponado sob a Av. Engenheiro Caetano Álvares.

28 O loteamento Villa Tietê (Casa Verde) foi registrado na Prefeitura Municipal de São Paulo em 1913.

29 Em 1915, o Dr. Miguel de Godoy Moreira e Costa Sobrinho, juiz de direito da 1ª Vara Civil, publicou no jornal *Correio Paulistano* um edital de protesto, atendendo à petição de Horácio Vergueiro Rudge e sua mulher Durvalina de Sousa Rudge. No edital, o juiz declarou Horácio e Durvalina Rudge, junto às irmãs Anna Vergueiro Rudge, Luiza Vergueiro Rudge, Olympia Vergueiro Rudge e Paulina Vergueiro Rudge, únicos proprietários do Sítio da Casa Verde, na freguesia de Santana. A petição foi feita após falsas alegações de posse por outros indivíduos (SOBRINHO, Miguel de Godoy. Edital de Protesto. *Correio Paulistano*, São Paulo, ed.18541, p. 8, 28 fev. 1915).

30 Através do casamento, os Rudge tinham laços com as famílias Vieira de Sousa e Leite. Aureliano Monteiro de Meirelles Leite, esposo de Dulce de Almeida Rudge – descendente direta de João Maxweel Rudge -, foi um personagem importante no cenário político de São Paulo do século XX. Formado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, atuou nas Revoluções de 1924, 1930 e 1932. Também, foi um dos fundadores do Partido Democrático (PD) e deputado federal por São Paulo para a Constituinte de 1934, eleito pelo Partido Constitucionalista (partido resultante da união dos antigos membros do PD e do Partido Republicano Paulista). Em 1945, após a queda do Estado Novo, elegeu-se novamente como deputado federal por São Paulo, pela legenda da União Democrática Nacional (UDN), e atuou na Constituinte de 1946. Aureliano Leite também foi historiador e escritor, e entre os títulos publicados sob sua autoria está “Pequena História da Casa Verde”, de 1939 (Verbete biográfico de Aureliano Leite, FGV CPDOC, em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbebiografico/leite-aureliano>).

de classe média. É digno de nota que a noção de progresso, traduzido na ideia de uma cidade limpa e saneada, refletia o modelo de metrópole que vinha sendo perseguido pelo governo paulistano desde o final do século XIX. Os “melhoramentos urbanos” foram a materialização dessa ideia no espaço urbano.

Em 1915, para viabilizar a transposição do rio Tietê, os Rudge construíram uma ponte de madeira que interligava a Casa Verde ao centro urbano, pelo bairro do Bom Retiro. Em 1922, a Light³¹ inaugurou a linha 55 do bonde, que tinha ponto final no centro do loteamento, na Praça do Centenário (**Figura 15**). O percurso do bonde também reforçou o Bom Retiro como espaço intermédio entre a Casa Verde e o centro urbano (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; MICHEL, 2019; OLIVEIRA, 2002).

Em 1921, foi criado o distrito policial da Casa Verde que, em 1929, passou a dividir sede com o recém-criado distrito de paz da Casa Verde. A criação do distrito ocorreu após discussão, na Câmara Municipal de São Paulo, do Projeto nº74, de autoria de Cyrillo Junior, em 1928.³² Já em 1929, foi expedido um ofício com a relação de pessoas que deveriam servir “nas mesas eleitoraes do Districto de Sant’Anna, para a eleição de Juízes de Paz do novo districto de Casa Verde, a realizar-se em 24 do corrente mez” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ofício nº109 de 19 de nov. de 1929).

As infraestruturas básicas chegaram no loteamento entre os anos de 1936 e 1937, após os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo advogarem por melhoramentos urbanos no bairro da Casa Verde. Através de Indicações e Requerimentos, foram solicitadas autorizações para que a Secretaria da Viação e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de São Paulo dotasse o bairro de iluminação pública, estendesse a rede de água e esgoto às ruas e praças da Casa Verde, e realizasse serviço de terraplanagem nas ruas centrais.³³ Em 1937, o Projeto de Lei nº159 decretou a oficialização das ruas que, conforme a PL, estavam em uso público há cerca de vinte anos e serviam a número expressivo de prédios residenciais.³⁴

O interesse da família Rudge em atrair para o seu empreendimento a classe média paulistana também se traduziu em uma inspeção mais assídua dos prédios que eram construídos no bairro. Conforme já mencionamos no **Capítulo 2** deste trabalho, a fiscalização para verificação do atendimento à legislação urbana era seletiva, de forma que servia mais à manu-

31 A companhia estrangeira Light & Power teve papel central na expansão da mancha urbana de São Paulo ao assumir o papel de prestar serviços nos futuros distritos na periferia e agindo concomitantemente como investidora e agente dos empreendimentos imobiliários (BARONE, 2019; MICHEL, 2019).

32 O projeto nº74 propôs a criação do distrito da paz da Casa Verde, com sede no distrito policial de igual nome. A proposta foi discutida pela Câmara Municipal no final do ano de 1928 (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ofício nº511 de 7 de dez. de 1928).

33 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Indicação nº301, 17 out 1936.

Idem. Indicação nº365, 7 nov. 1936.

Idem. Indicação nº378, 14 nov. 1936.

Idem. Indicação nº429, 28 nov. 1936.

Idem. Requerimento nº , 14 nov. 1936.

Idem. Requerimento nº142, 21 ago. 1937.

34 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Projeto de Lei nº159 de 13 out. 1937.

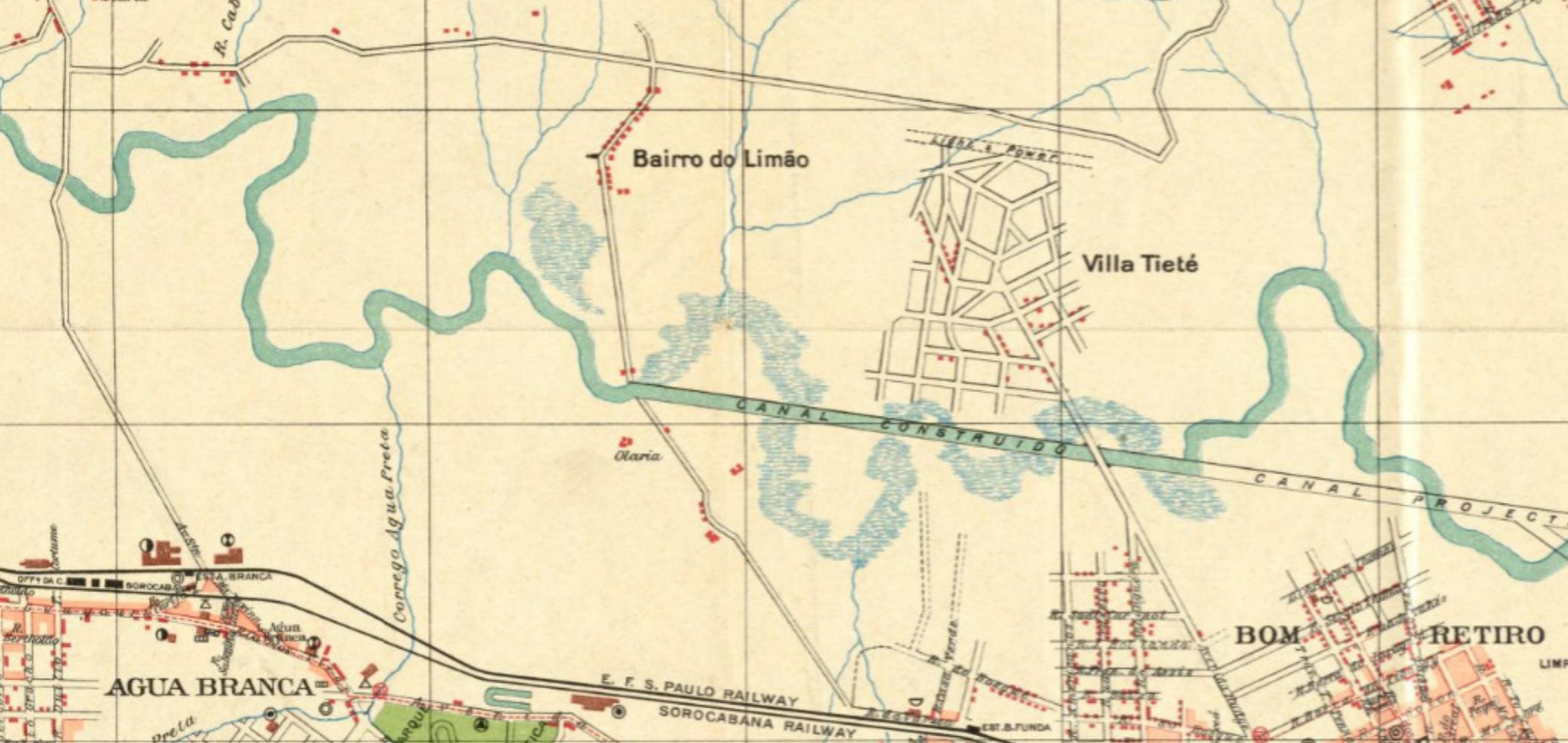


Figura 14: Loteamento Vila Tieté (Casa Verde) adjacente ao canal de Inhaúma, em terras onde anteriormente haviam as derrocadas da Casa Verde

Fonte: Planta Geral da Cidade de São Paulo com indicações diversas. Organizada pelo engenheiro chefe João Pedro Cardoso da Comissão Geographica e Geologica. 1914.

tenção dos bairros residenciais planejados. Essa atuação de vigilância, para atendimento aos parâmetros urbanísticos nas construções do bairro da Casa Verde, pôde ser observada a partir do estudo das páginas do periódico *Correio Paulistano* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Desde as edições do jornal para o ano de 1914, encontramos número expressivo de referências a obras no bairro da Casa Verde embargadas pela Inspetoria Geral de Fiscalização,³⁵ por não cumprimento do artº1 da Lei 38,³⁶ e sanção aos proprietários das obras de acordo com o artº26 do ato 669.³⁷ Em 1917, a recorrência desses embargos levou a Câmara a requerer que o prefeito Washington Luís fizesse paralisar as ações contra os proprietários do bairro da Casa Verde que haviam construído edificações sem as licenças necessárias e sem a aprovação de plantas e alinhamentos. A Câmara solicitava tempo para que a casa pudesse discutir uma solução para o problema.³⁸ Em 1918, o assunto voltou a ser discutido na Câmara quando o vereador José Piedade apresentou novo requerimento:

35 DIRECTORIA GERAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Expediente do dia 8 de junho de 1914. *Correio Paulistano*, São Paulo, n° 18.279, p. 06, 09 jun. 1914.

36 MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Lei nº38 de 24 de maio de 1893. Estabelece a aprovação de plantas para novas edificações. O artº1 determina: “depende de planta aprovada pela Intendência Municipal toda e qualquer nova edificação”.

37 MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Ato nº669 de 5 de março de 1914. Regulamenta as leis 220, de 18 de março de 1896 e 324, de 22/09/1897 e dá instruções sobre embargo municipais de obras, demolições e sobre multas.

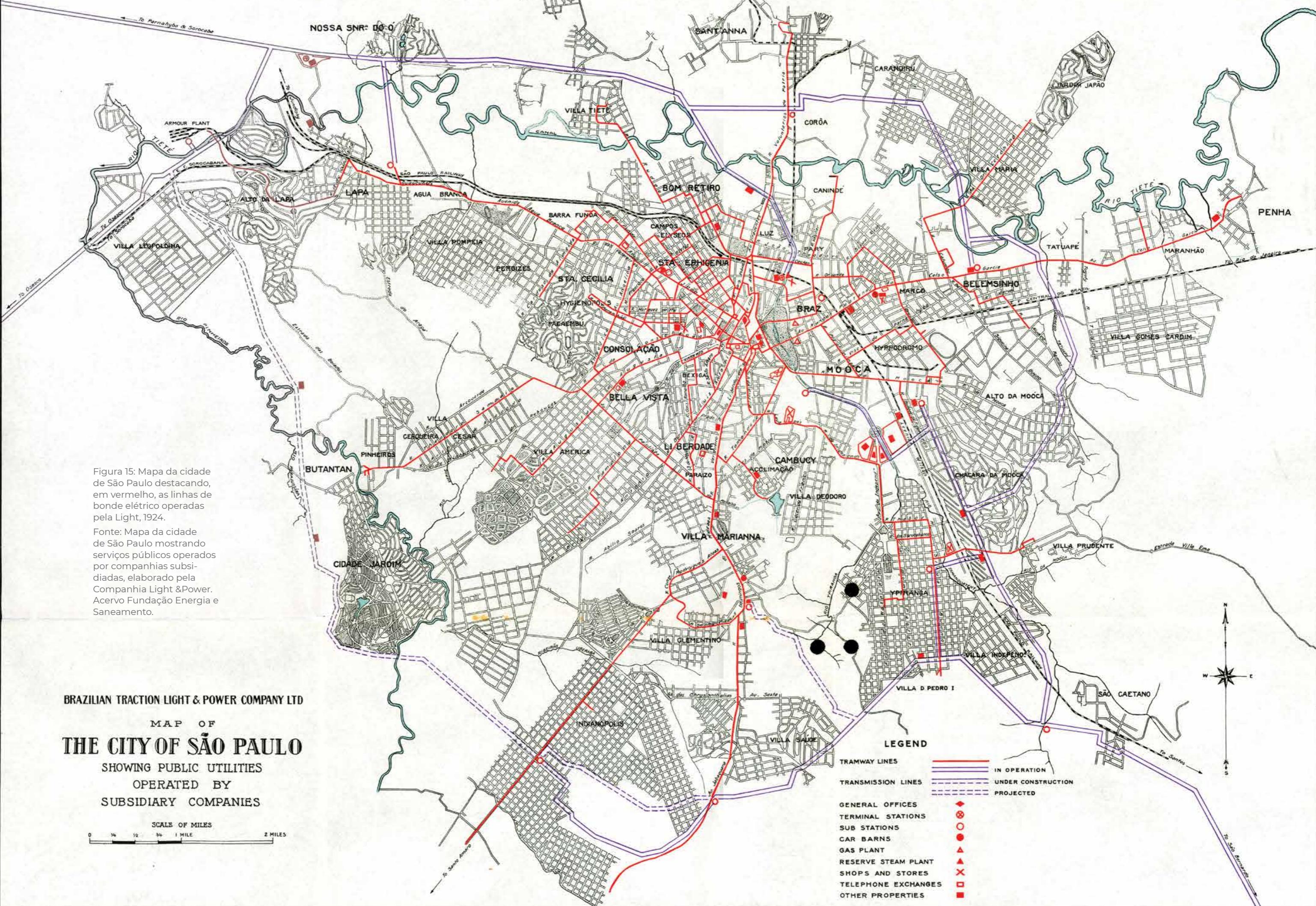
38 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Requerimento nº334, 22 set. 1917.

Moradores da Casa Verde, pequenos proprietários, em sua maioria gente pobre, sem recursos, vêem-se ameaçados, em virtude de mandados judiciais promovidos pela Prefeitura, da demolição dos casebres que ali possuem, construídos com as maiores dificuldades e sacrifícios de toda ordem, por não terem na respectiva construção, obedecido às prescrições das posturas municipais. Tratando-se de um bairro novo e muitíssimo retirado da cidade, parece-me de toda a equidade, si não de inteira justiça, que a Prefeitura fizesse sustar tais demolições, com especialidade áquelas que hajam satisfeito já as despesas judiciais com os processos que, em regra, correram à revelia das partes. Requeiro pois que se soliciitem providencias da Camara, nesse sentido, pondose paradeiro a essa ‘situação de desespero em que se encontram os pobres moradores daquele bairro. Sala das sessões, 26 de janeiro de 1918. A— José Piedade. A’ Prefeitura. [sic] (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ata da 4ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 26 jan. 1918).

Paralelamente, também encontramos nas páginas do *Correio Paulistano* menção a solicitações deferidas para construção de prédios no bairro da Casa Verde, na seção de *Plantas Aprovadas* dos expedientes da Directoria Geral da Prefeitura do Município de São Paulo.³⁹ É digno de nota que número expressivo dos requerimentos constavam sob o nome de estrangeiros. O mesmo podemos afirmar para os nomes que figuraram entre os agentes que adquiriram terrenos no bairro da Casa Verde nos seus primeiros anos de ocupação. Aurélia Michel (2019) demonstrou como os imigrantes assumiram papel importante nas operações imobiliárias do loteamento, ao adquirir grandes terrenos e subdividi-los para construção de casas germinadas. Com isso, junto aos Rudge, contribuíram para a valorização do empreendimento e para a evocação de um bairro residencial de classe média no subúrbio.

Apesar dessas intenções, os materiais que identificamos no *Correio Paulistano* e nas Atas da Câmara Municipal nos indicam que o bairro da Casa Verde era ocupado por uma população heterogênea. A submissão de plantas à Directoria Geral para aprovação, demonstra que havia um grupo residente no bairro que podia arcar com as despesas envolvidas

39 DIRECTORIA GERAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Expediente do dia 21 de junho de 1915. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 18.654, p. 06, 22 jun. 1915.



nesse processo. Mais do que isso, tratava-se de um estrato social que, ao enviar uma planta para aprovação, pretendia custear as despesas de erguer a edificação almejada de uma só vez. Ao mesmo tempo, a recorrência de obras embargadas desde os primeiros anos de ocupação do bairro permite inferir que o loteamento da Casa Verde também abrigava um estrato mais carente de recursos econômicos, entre os quais estava um contingente significativo da população negra.

Essa classe baixa residia sobretudo na rua Z (atual rua Zanzibar) e rua Casa Verde (atual rua Bernardino Fanganiello), que, por estarem assentadas sobre a várzea do rio Tietê, estavam suscetíveis a inundações constantes. Nessa zona, assim como ocorria na região central na virada do século XX, as famílias negras residiam nos porões alugados pelos imigrantes (MICHEL, 2019).

A presença do grupo negro no bairro da Casa Verde foi reconhecida por militantes do movimento negro que tiveram seus depoimentos expostos na exposição *Trajetória do negro no espaço paulistana* (CENTROL CULTURAL DE SÃO PAULO). Nas falas dos depoentes, a Casa Verde foi destacada reiteradamente como um território negro. Essa territorialidade é reiterada pelos dados apresentados por Michel (2019), em relação aos órgãos de protesto negro da primeira metade do século XX. Em 1929, o periódico *Clarim da Alvorada*, um dos principais títulos da Imprensa Negra, anunciou a publicação de um jornal afiliado, *A Nossa Folha*, voltado para os bairros da Barra Funda, Casa Verde e Bom Retiro.⁴⁰ Conforme já expusemos no **Capítulo 1** deste trabalho, Barra Funda e Bom Retiro também eram bairros que apresentavam uma concentração expressiva da população negra nas primeiras décadas do século XX. Em 1931, do total das 6.526 afiliações da Frente Negra Brasileira no Estado de São Paulo, 550 provinham do distrito da Casa Verde. Também, em 1956, a então recém inaugurada Associação Cultural do Negro⁴¹ instalou sua sede no bairro da Casa Verde (OLIVEIRA, 2002).

Em termos demográficos, conseguimos tecer análises em relação ao grupo negro na escala do distrito da Casa Verde. Em 1980, o censo indicou que a população negra na Casa Verde correspondia a 22,1% dos 110.633 habitantes do distrito. Essa porcentagem estava próxima à média desse grupo para o município de São Paulo (22,3%). Como a distribuição da população negra no espaço urbano tendeu a não ser homogênea, conforme já exploramos no **Capítulo 2**, a porcentagem de negros no distrito da Casa Verde na década de 1980 reitera a tendência de fixação do grupo nessa parte da cidade. Também o estudo apresentado por Lowrie (1938), referente às matrículas nos grupos escolares levantadas pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo para o ano de 1938, nos indica que essa tendência de fixação da população negra no distrito da Casa Verde fez parte da conformação

desse território.⁴² No entanto, a bibliografia consultada e depoimentos coletados entre 2018 e 2019 demonstraram que foi em um bairro adjacente ao loteamento da Casa Verde, no Parque Peruche, que se constituiu um núcleo de maior concentração de famílias negras no distrito da Casa Verde (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; MICHEL, 2019; SANTOS, 2018; OLIVEIRA, 2002; ROLNIK, 1989).

O Parque Peruche é um loteamento da década de 1940, localizado aos fundos do bairro da Casa Verde, nas terras que desciam ao rio Mandaqui. O empreendimento se estruturou a partir da Avenida Casa Verde (antigo Caminho para o bairro do Limão) e do único ponto de transporte de massa da região na época, a Praça do Centenário, no bairro da Casa Verde. Em razão da dificuldade de acesso, do assentamento sobre as encostas íngremes que conformavam o rio Mandaqui, e da falta de infraestrutura básica, foi um parcelamento mais desvalorizado e, portanto, ocupado pela população mais pobre, dentre a qual estava a população negra. Para esse grupo, adquirir um terreno no bairro do Parque Peruche demandava um dispêndio financeiro menor do que realizar uma aquisição na Casa Verde. Isso porque, esse último era dotado de infraestrutura e serviços básicos que elevavam o preço dos lotes ofertados, mesmo que ainda fossem serviços precarizados em relação aos bairros mais estruturados ao sul do rio Tietê.

O loteamento do Parque Peruche

A área referente ao loteamento do Parque Peruche, inicialmente, pertencia à Fazenda Casa Verde. Após o desmembramento dessa última, as terras correspondentes ao Peruche passaram a integrar o Sítio do Mandaqui. O mapa “Chácaras, sítios e fazendas ao redor do centro desaparecidas com o crescer da cidade” (**Figura 13**) aponta que o sítio era de propriedade de Damasio Antonio da Silva, em 1854. Após essa data, o sítio passou para a propriedade de Pedro Bicudo. Em 1922, na seção de Aquisição de Propriedades do jornal *Correio Paulistano*, foi publicada notícia de que o dr. Francisco de Paula Peruche havia adquirido diversos lotes no Sítio do Mandaqui.⁴³ Já na década de 1930, o dr. Paula Peruche parcelou as terras que havia adquirido dos herdeiros de Bicudo e abriu o loteamento do Parque Peruche para a venda de lotes de pequenas proporções (MARCELINO, 2003).⁴⁴

O dr. Francisco de Paula Peruche foi um médico conceituado e um investidor imobiliário. Na década de 1920, além dos lotes no Sítio do Mandaqui, o periódico *Correio Paulistano* também noticiou outros terrenos que foram adquiridos pelo médico: um na Avenida Briga-

40 A Nossa Folha. **O Clarim da Alvorada:** Legítimo Orgão da Mocidade, São Paulo, ano VI, n. 23.191, p. 04, 9 jun. 1929.

41 A Associação Cultural do Negro foi criada por ativistas da Imprensa Negra e atuou entre 1956 e 1964. A entidade pretendia assegurar a desmarginalização da população negra através da educação, habitação e promoção de atividades culturais e de lazer (FERRERA, 1986 *apud* OLIVEIRA, 2002)

42 Em 1938, havia três grupos escolares públicos no bairro da Casa Verde: Escolas 2º da Casa Verde, 3º da Casa Verde e Pe. Manuel da Nóbrega.

43 AQUISIÇÕES de propriedades. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 23.191, p. 05, 07 jun. 1922.

44 Em 1934, consta no jornal *Correio de São Paulo* uma sentença deferida a favor do dr. Francisco de Paula Peruche e sua esposa, contra os herdeiros de Francisco Antônio Baruel que questionavam a posse das terras do Sítio do Mandaqui. Conforme o mapa “Chácaras, sítios e fazendas ao redor do centro desaparecidas com o crescer da cidade” (**Figura 1**), em 1854, Antônio Baruel era proprietário do Sítio Casa Verde, antecedendo, em termos de posse, João Maxweel Rudge. (SENTENÇA. **Correio de São Paulo**. São Paulo, ano II, n. 544, p. 06, 15 mar. 1934).

deiro Luiz Antônio, outro na Villa Cerqueira Cesar e um último com “frente para diversas ruas do distrito de Pinheiros”.⁴⁵ Em 1940, o dr. Paula Peruche era proprietário de terras no município de Santo André, que tratou de parcelar para dar origem ao loteamento “Parque das Nações”.⁴⁶ Também é digno de nota que o médico era membro da Associação de Proprietários de Imóveis de São Paulo, da qual compôs a diretoria e foi vice-presidente e presidente temporário entre 1940 e 1942.⁴⁷ Com isso, comprehendemos que o dr. Paula Peruche foi um dos loteadores privados que atuou para o crescimento espraiado horizontal de São Paulo. O médico investiu tanto em áreas nobres quanto periféricas da cidade. No entanto, encontrou maiores possibilidades de investimento na periferia, que ainda continha grandes porções de terras a serem parceladas.

No caso do Parque Peruche, apesar da aquisição dos terrenos pelo médico ter ocorrido em 1922, o processo de parcelamento e comercialização de lotes iniciou-se apenas em meados da década de 1930⁴⁸ (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; MARCELINO, 2003; OLIVEIRA, 2002). Esse período coincidiu com a consolidação do bairro da Casa Verde, em razão da chegada do bonde na Praça do Centenário e das infraestruturas básicas. Com isso, convenientemente, o dr. Francisco de Paula Peruche pôde fazer do Parque Peruche um empreendimento altamente rentável. O loteamento aberto pelo médico era destituído de qualquer infraestrutura básica, salvo um arruamento precário. Seu acesso se dava pela já pavimentada Avenida Casa Verde, que também interligava o Peruche ao ponto final do bonde que havia na Praça do Centenário. Os lotes comercializados tinham 11m de frente e 42m de fundo, e junto com esses terrenos era possível adquirir um protótipo de casa. Caso isso não fosse possível, o dr. Paula Peruche também mantinha uma olaria no bairro, onde era possível adquirir sob prestações o material necessário para a construção das residências (MARCELINO, 2003; OLIVEIRA, 2002). Diferentemente do bairro da Casa Verde, não encontramos para o Parque Peruche referência a obras embargadas por infração da legislação, ou submissão de plantas para aprovação nos periódicos da época ou nas Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Comprehendemos que essa ausência não ocorreu em razão do enquadramento das construções do Peruche aos códigos vigentes, mas sim porque o bairro não integrava as áreas sob as quais haviam interesses para controlar os padrões de ocupação e construção. No

entanto, isso não quer dizer que o loteamento do Parque Peruche não dispunha de anuência do poder público.

Em 1938, um Edital do Departamento da Fazenda da Prefeitura do Município de São Paulo, publicado no jornal *Correio Paulistano*,⁴⁹ listou a Villa Parque Peruche como localidade a ter o imposto predial e as taxas de viação e sanitária⁵⁰ recolhidas para o exercício daquele ano. Após o ano de 1940, o Parque Peruche deixou de constar na relação dos bairros a terem esses impostos recolhidos. A partir de 1948, os imóveis situados no bairro passaram a ser cobrados pelo imposto territorial nos editais da Secretaria de Finanças do Município de São Paulo.⁵¹ No entanto, apesar dos editais encontrados nas páginas dos periódicos *Correio Paulistano* e *Jornal de Notícias* indicarem que os moradores do Parque Peruche contribuíam para a receita do município através do pagamento dos impostos urbanos, o bairro foi desassistido pelo governo nos primeiros anos de formação. Com isso, os moradores sofreram com a ausência de infraestrutura e serviços básicos. Essa realidade pode ser apreendida a partir de: (1) depoimentos de moradores e ex-moradores do Parque Peruche, filhos da primeira geração que residiu no bairro entre 1940 e 50, (2) cartas abertas de moradores do Peruche publicadas nos jornais *Correio Paulistano* e *Jornal de Notícias*, (3) reportagens sobre a precariedade enfrentada pela população do Peruche em razão da inexistência de serviços básicos e infraestrutura urbana, (4) e Atas da Câmara Municipal de São Paulo.

As fontes consultadas reiteraram a dependência dos moradores do Parque Peruche aos serviços e infraestruturas do bairro da Casa Verde. Em 1947, uma carta de um morador do bairro da Casa Verde, publicada no *Correio Paulistano*, nos chamou a atenção por denunciar a dificuldade diária enfrentada pelos moradores do Parque Peruche, e outras localidades, para terem acesso ao transporte público que interligava a região ao centro da cidade.⁵² A carta também é flagrante porque permite compreender como a implementação do ponto final da linha 55 do bonde, na Praça do Centenário, permitiu a exploração das terras dessa região da cidade através da abertura de loteamentos (**Figura 15 e 16**). O trecho extraído do *Mapa da cidade de São Paulo mostrando serviços públicos operados por companhias subsidiadas*, elaborado pela Companhia Light & Power, deixa clara a relação entre o ponto final do bonde na Praça do Centenário e o desenvolvimento de bairros como Casa Verde Média, Casa Verde Alta, Vila Espanhola, Vila Santa Maria e Bairro do Limão.

45 NOTAS. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 20.578, p. 01, 15 out. 1920.

NOTAS. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 20.587, p. 01, 24 out. 1920.

46 IMPOSTO territorial – urbano e rural – Quando se procede ao lançamento de um ou de outro. *Revista do Arquivo Municipal*: Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, ed.85, p.252, 1942.

EDITAL. *Jornal de Notícias*, São Paulo, ano III, n. 714, p. 08, 18 ago. 1948.

47 ASSOCIAÇÕES. *Correio Paulistano*. Associação dos Proprietários de Immoveis de São Paulo. São Paulo, n. 25.704, p. 06, 20 dez. 1933.

ASSOCIAÇÕES. *Correio Paulistano*. Associação dos Proprietários de Immoveis de São Paulo. São Paulo, n. 25.704, p. 06, 20 dez. 1939.

ASSOCIAÇÕES. *Correio Paulistano*. Associação dos Proprietários de São Paulo. São Paulo, n. 25.861, p. 11, 26 jun. 1940.

48 Em 1937, na seção de “Acquisições de immoveis na Capital” consta um lote comercializado no Parque Peruche por 3.000\$ (ACQUISIÇÕES de immoveis na Capital. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 25.088, p. 12, 23 dez. 1937).

49 EDITAL. *Correio Paulistano*. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento da Fazenda. São Paulo, n. 25.332, p. 11, 07 out. 1938.

50 As taxas de viação e sanitária haviam sido lançadas em 1928 pela Directoria da Receita da Prefeitura do Município de São Paulo, e se referiam a taxas sobre o serviço do lixo, conservação do calçamento, terrenos em aberto, terrenos não edificados, cercas, muros, edificações paradas ou em ruínas, etc. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Lançamento das taxas Sanitária-Viação. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 23.249, p.2, 24 mai. 1928).

51 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Edital Imposto territorial. *Jornal de Notícias*, São Paulo, n. 702, p.3, 4 ago. 1948.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Edital Imposto territorial. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 28.373, p.3, 2 out. 1948.

52 Sr. Higino Zumbano. Os bairros na berlinda: Casa Verde. *O Correio Paulistano*, São Paulo, ano 94, n. 27.984, p.5, 28 jun. 1947.



Figura 16: Loteamento Parque Peruche (1954)

Fonte: Levantamento Aero-fotogramétrico executado por VASP Aerofotogrametria S/A e Serviços Aero-fotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A (1954).

- Perímetro original loteamento Parque Peruche
- Linha de Bonde
- - Linda de Ônibus





Figura 17: Em primeiro plano, a pinguela a que Tia Amélia se refere em seu depoimento. Em segundo plano, no canto direito da imagem, contenção do aterro de acesso à antiga Ponte da Casa Verde.

Fonte: DUARTE, Benedito Junqueira (BJ Duarte), 1942. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Sr. Redator, quero ser breve e vou sintetizar – diz o sr. Higino Zumbano – o motivo desta. Moro na Casa Verde, bairro não muito distante do centro – em horário normal a apenas 23 minutos do largo de S. Bento. Mas acontece que há muito essa questão de horário está suprimida destas bandas. E não é só: Casa Verde está com, aproximadamente, 50 mil habitantes e além do ponto final do bonde existem outros lugares que são partes deste bairro, como Vila Espanhola, Vila Sta. Maria, Cachoeirinha, Parque Peruche, etc., mas que estão legados ao mais completo abandono. Pois para esses sítios não existe condução e, no entanto, a população aí é constituída, sobretudo, de operários que trabalham ou na cidade ou em outros bairros industriais. E é de ver-se o sofrimento dessa gente! De manhã, muito antes do sol nascer, vêm eles a pé, perfazendo muitas vezes 2 a 3 quilômetros para atingir a condução mais próxima, em Casa Verde. E à noite, a mesma coisa (Sr. Higino Zumbano. Os bairros na berlinda: Casa Verde. *O Correio Paulistano*, São Paulo, ano 94, n. 27.984, p.5, jun. 1947).

Ainda que houvesse essa linha de bonde que servia aos moradores da região, uma de nossas depoentes recuperou um período em que os moradores do Parque Peruche enfrentaram uma penúria ainda maior para se deslocar aos bairros industriais e centro urbano. Na década de 1940, uma ponte de emergência foi construída sobre o rio Tietê, na Casa Verde, para viabilizar o trânsito dos moradores da região em razão do corte que foi feito na ponte principal durante os trabalhos de retificação do rio Tietê naquele trecho (Figura 17).

A ponte, já tinha caído. Passava uma pinguela. Tinha a pinguela né, a gente pegava a pinguela, atravessava o rio, e saia lá no Bom Retiro. A gente atravessava naquela pinguela. Que foi quando caiu a ponte né. Era um sofrimento aqui na Casa Verde, sofrimento assim de condição, de chegar até a Casa Verde. Levava dois sapatos, chegava na Casa Verde tirava do pé, e punha o outro chinelo.

(...)

Até a Casa Verde a gente andava. De lá da Casa Verde que a gente limpava os pés, punha outro chinelo e atravessa a ponte. A ponte era pinguela, não era ponte. A ponte tinha caído né. A minha vida na Casa Verde de menina, foi assim. E ali na ... , na rua da igreja (TIA AMÉLIA, 02-10-2018).

A partir do depoimento de Tia Amélia, inferimos que essa ligação provisória sobre o Tietê ficou em uso até a finalização das obras de retificação desse trecho do rio e até a conclusão da ponte de concreto da Casa Verde. A situação a que a depoente se referiu como a queda da ponte foi, na verdade, uma intervenção proposital do poder público para viabilizar as obras no rio.

Em relação aos serviços básicos, as memórias de Tia Amélia e sua irmã, Tia França,⁵³ também nos ajudam a compreender como esses só podiam ser acessados no bairro da Casa Verde. Delegacia, posto de saúde e escola eram equipamentos que só existiam no bairro da Casa Verde nos primeiros anos de ocupação do Peruche.

(...) E a gente ia a pé até lá e a gente entrava lá dentro, brincava. A gente se divertia bastante aqui. Mas era assim, o Peruche se caísse um carro num buraco você não via. Defunto se morresse lá embaixo, vinha nas costas até a Avenida Casa Verde. A delegacia não tinha condições de descer (TIA AMÉLIA, 02-10-2018).

Maria: E aqui tinha escola, posto de saúde, ou não?

Tia França: Não! Lá na Casa Verde tinha

Maria: [á quando vocês precisavam ir ao médico, tinha que ir pra Casa Verde?

Tia França: É, lá na Casa Verde. (TIA FRANÇA e CARMO DO NASCIMENTO, 01-10-2018).

Após alguns anos, conforme Tia Amélia, os moradores do Parque Peruche se mobilizaram para construir uma escola no bairro, onde a própria depoente serviu como voluntária.⁵⁴ No centro do bairro, entre a rua Santa Eudóxia e a rua Gabriel Covelli, ergueram uma estrutura de madeira para abrigar um grande salão para servir ao aprendizado das crianças residentes no Peruche. Com o passar dos anos, os moradores puderam arcar com a ampliação dessa estrutura.

A precariedade do bairro que marcou a vida dos moradores nos primeiros anos de ocupação do Peruche também decorreu da ausência de serviços de infraestruturas básicas. Outra carta do Sr. Higino Zumbano, publicada em 1946 no *Jornal de Notícias*, nos ajuda a compreender essa realidade.

Sou constante leitor desse democrático jornal e leio com satisfação as reclamações dos seus leitores. Tenho também reclamações a fazer, contra algo que julgo prejudicial à coletividade. Moro na Casa Verde, bairro completamente abandonado pelos poderes públicos. Não temos condução suficiente, os bondes são uma lastima e a desorganização é completa (...)

E há mais: na Casa Verde não há rede de águas e esgotos; não existe uma praça pública decentes; as ruas que ligam o centro do bairro com as adjacências, como Parque Baruel, Parque Peruche, Vila Espanhola, etc., nem merecem o nome de

⁵³ TIA FRANÇA e CARMO DO NASCIMENTO. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 02 out. 2018.

⁵⁴ Atualmente, a EMEI Brigadeiro Eduardo Gomes.

ruas, pois são um inferno, esburacadas de tal modo que numa noite sem luar ninguém pode andar por elas. Imagine a tortura dessa população que é composto na maioria, de operários (...)” (Sr. H. Z. Tem a palavra o povo. *Jornal de Notícias*, São Paulo, ano 1, n. 64, p. 8, ago. 1946)

A carta transcrita é anterior à que o mesmo senhor enviou ao *Correio Paulistano*, em 1947, para denunciar a inexistência de pontos de condução na região que não o da Praça do Centenário. Por isso, é digno de nota que nesta carta o leitor já havia denunciado calorosamente a precariedade do transporte público na Casa Verde. No entanto, o que nos chama a atenção é o trecho em que o Sr. Higino Zumbano se queixou da ausência de rede de abastecimento de água e esgoto que atendesse a região, bem como do estado calamitoso das ruas dos loteamentos adjacentes, dentre os quais, o Parque Peruche. Conforme já expusemos no início deste capítulo, no final da década de 1930, as ruas principais do loteamento da Casa Verde já tinham essas infraestruturas básicas implementadas, o que nos leva a inferir que o Sr. H. Z. morava em uma zona fora do empreendimento original.

Uma série de reportagens publicadas no *Correio Paulistano*, entre 1946 e 1947, reiteraram essa precariedade do Parque Peruche observada nos depoimentos e nas cartas do Sr. Higino Zumbano. Nessas notícias, foram abordados os temas da falta de transporte público que interligasse o bairro à região central, das ruas de terra batida e da falta de serviço de saneamento básico.

Segundo vimos anunciando, a nossa reportagem visitou demoradamente o bairro da Casa Verde, na manhã de quinta-feira. Depois de percorres todo o bairro, ouvimos também os moradores, que não esconderam o desencanto e aborrecimento com que têm sido esquecidos pelos poderes públicos. Casa Verde, realmente, está completamente abandonada. Os seus problemas são tantos que, a rigor, Casa Verde não existe. Não existe para os efeitos providenciais da Municipalidade. Somente na qualidade de contribuinte do fisco as autoridades têm olhos voltados para quelas desemparadas e gloriosamente históricas bandas. (...)

Os transportes são de tal maneira precários, que obrigam os moradores, principalmente das zonas conhecidas por Vila Espanhola, Vila Rocha, Cachoeirinha, Parque Peruche, a andar de 5 a 6 quilometros diários para chegar ao ponto da rua Inhauma ou na praça do Centenário e conseguir uma condução. (...)

Para os moradores das zonas adjacentes, acima citadas, há um caminhão, dos “transportes de emergência”, sem horário, e que corre abarrotado de mulheres, homens e crianças. (...) (OS BAIRROS da Berlinda: Casa Verde – Mundo perdido e abandonado dentro mesmo de São Paulo. *O Correio Paulistano* São Paulo, ano 94, n. 27.991, p.24, jun. de 1947)

Uma das imagens que acompanham a reportagem transcrita nos apresenta um elemento importante: o pau de arara que fazia a condução da população da região entre o ponto final do bonde na Praça do Centenário e os bairros adjacentes – Parque Peruche, Cachoeirinha, Vila Espanhola (**Figura 18**). Esse tipo de transporte era operado por particulares e, por isso, não contava com um intervalo de circulação fixo. Também é digno de nota a legenda da imagem, que indica que as crianças do Parque Peruche, Cachoeirinha, Vila Espanhola e etc. frequentavam a escola no bairro da Casa Verde, mesmo que particular.

Em razão da falta de rede de abastecimento de água e esgoto, os moradores do Parque Peruche usavam poços como fonte de água potável, e na época de seca, o córrego Mandaqui. No período das chuvas, a situação sanitária, já precária, se agravaava. As casas localizadas na



Figura 18: Pau de Arara para acesso ao Parque Peruche, Cachoeirinha, Vila Espanhola, etc.

Este caminhão é a única e precaríssima condução que o povo tem para atingir Parque Peruche, Cachoeirinha, Vila Espanhola, etc. Dado o seu horário – que não existe – estes pequenos escolares perfazem 6 quilometros a pé, diariamente, sob o sol inclemente ou sob a chuva, para assistir às suas aulas. E na escola não há água, nem para beber. Como o prédio é particular os pequenos não têm direito ao acesso às instalações sanitárias! (Legenda que acompanha a foto da matéria original)

Fonte: OS BAIRROS da Berlinda: Casa Verde – Mundo perdido e abandonado dentro mesmo de São Paulo. *O Correio Paulistano*, São Paulo, ano 94, n. 27.991, p.24, jun. de 1947..

várzea do afluente eram sempre prejudicadas pelas enxentes constantes.⁵⁵ Em 1948, a Câmara Municipal de São Paulo debateu e deferiu o Projeto de Lei nº314/48, que autorizava a execução de obra de canalização do córrego Mandaqui no trecho do seu despejo no rio Tietê até a travessa da rua Voluntários da Pátria, incluindo nas obras o seu afluente, o córrego água Preta. A justificativa da canalização baseava-se na questão sanitária, vista a situação precária em que se encontrava a bacia – recorrência de inundações e despejo de esgoto sanitário.⁵⁶

Em 1949, o Projeto de Lei nº10/49 foi aprovado, autorizando a Prefeitura a despeser um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00) para socorrer as vítimas das enxentes da zona ribeirinha e periférica da cidade, em função das chuvas. Os lugares citados como afetados foram: Penha, Vila Maria, Vila Matilde, Vila Prudente, Guaiaúna, Jaçanã, Tucuruvi, Casa Verde e Parque Peruche.⁵⁷

Ainda em 1949, sessões ordinárias da Câmara trataram de inúmeras indicações em relação ao Parque Peruche, que

55 BAIRROS ALAGADOS. *Jornal de Notícias*, São Paulo, ano 3, n. 836, p. 12, jan. de 1949.

56 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ata da 73ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 06 setembro 1948.

57 _____. Ata da 123ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 14 janeiro 1949.

versavam sobre a necessidade de implementação de: nivelamento e calçamento de ruas no bairro, canalização de água e instalação de esgoto, policiamento e iluminação das ruas, solução para o problema de condução enfrentada pelos moradores do bairro, e instalação de telefone público à rua Waldemar Martins na casa de Francisco Alberto Martins para proveito da população.

A análise dos depoimentos coletados, cartas de moradores publicadas nos periódicos, reportagens de jornais e atas da Câmara Municipal de São Paulo, nos permite apreender que o Parque Peruche compunha a mancha periférica da cidade e que, nos primeiros anos de sua ocupação, foi um bairro destituído de infraestruturas e serviços básicos. Com isso, a conquista de direitos ficou, muitas vezes, a encargo dos próprios moradores, como pudemos observar com o caso da escola por eles mesmos construída, ou então, dependente dos interesses de políticos populistas.

Os primeiros ocupantes do Parque Peruche: a população negra

As cartas de moradores da Casa Verde e reportagens publicadas nos jornais *Correio Paulistano* e *Jornal de Notícias* indicam que a população do Parque Peruche era constituída por operários. A falta de infraestrutura e serviços básicos no bairro, bem como sua distância do centro da cidade e dificuldade de transporte, influíram na baixa valorização dos lotes comercializados no Parque Peruche. No contexto do rápido crescimento demográfico de São Paulo e políticas urbanas em curso, o bairro se tornou uma solução viável de habitação para a massa de trabalhadores urbanos e migrantes. Dentre esses, o grupo negro conformou parcela expressiva.

O reconhecimento do Parque Peruche como território negro parte dos próprios moradores e ex-moradores. Entre 2018 e 2019, realizamos uma série de entrevistas para a realização da pesquisa de Iniciação Científica *A formação do Parque Peruche como território negro*. Todos os depoentes são negros, filhos dos negros que adquiriram terrenos ou residiram no bairro entre 1940 e 50, além de um entrevistado que pertence à terceira geração. Ao todo, foram coletados dez depoimentos. Buscamos dar liberdade para a narrativa desenvolvida pelos próprios entrevistados, com a intervenção e condução pontual da pesquisadora. Foram explorados temas comuns em todos os relatos: família, moradia, trabalho, lazer do negro e suas instituições socioculturais.

Os depoentes afirmaram que nas primeiras décadas de ocupação do bairro, 1940 e 1950, o Peruche se caracterizava como um reduto negro. Essa população era constituída de famílias negras que migraram de Minas Gerais e do interior paulista, e grupos oriundos de bairros centrais da cidade de São Paulo, como Barra Funda, Bela Vista, Lavapés e Santa Cecília. Ademais, a campanha da Imprensa Negra pela casa própria reforçou essa territorialidade negra no Parque Peruche. Conforme exploramos no Capítulo 2 deste trabalho, os depoimentos dos militantes da Frente Negra Brasileira indicam que o órgão de protesto instaurou um núcleo no bairro a fim de auxiliar as famílias negras na compra de terreno e construção da casa (CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, 1988).

Ao chegarem no bairro, as famílias que conseguiram tornar-se proprietárias de um terreno ergueram primeiro barracos de madeira, que aos poucos foram sendo substituídos por casas de alvenaria. Essa, era construída sob a mobilização da própria família e, quando possível, com o auxílio do pedreiro do bairro.⁵⁸ Os que não lograram adquirir uma propriedade no Peruche, moravam de aluguel ou na situação de agregados, com familiares. A conquista do imóvel para esse grupo ocorreu em bairros adjacentes, como na Casa Verde Alta.

Sabe ali, tem o (...). Então, meu pai construiu um barraco aqui e aqui tinha outro. (...) Depois as pessoas foram chegando, foi fazendo uns barraquinhas, foi chegando. (...) Nós era tudo criança, esse quintal não era aqui, meu pai tinha feito a casa, mas era muito menor. (...) (TIA AMÉLIA, 02-10-2018).

Aí minha mãe foi construindo e foi levantando, levantando, levantando - - mas quando a gente tinha... que era é:::: barracão aqui né, era esse lado aqui que era o barracão que ela tinha, que era quarto, sala cozinha:::: e ela tinha um quarto na frente que ela alugava:::: Essas coisas. (MÃE WANDA e DONA ODETE, 09-02-2019)

O deslocamento da população negra para outros bairros da Zona Norte não incorreu apenas aos moradores não proprietários do Parque Peruche. A pressão imobiliária presente no bairro, após a chegada das infraestruturas básicas, forçou a venda dos terrenos por parte das famílias negras e sua consequente mudança para bairros ainda mais distantes do centro urbano de São Paulo, como Casa Verde Alta, Cachoeirinha e Brasilândia (OLIVEIRA, 2008, 2002). As dificuldades enfrentadas pelos moradores do bairro, como as enchentes no período de chuvas, também contribuíram para esses deslocamentos, conforme os próprios depoentes.

Aqui (Peruche) tinha sim! Aqui era:::: reduto de negros. Não tinha branco aqui... depois que começaram a cada um espirrar por causa de:::: de:::: de enchente aqui, aí a brancaida começou a chegar (...)

Mas eu acho que:::: assim, pela história... a partir do momento que:::: a - - que a gente tá perto da cidade né, a gente tá perto - - então quando começou:::: a ficar, virar um centro:::: né, de:::: de... aí a negraida começou a ir pro fundo mesmo, entendeu? Foi quando foram lá pra Brasilândia (MÃE WANDA e DONA ODETE, 09-02-2019)

Seu Carlão: Veja bem, ali (Peruche) chegou... chegou o progresso lá, a maioria... ali era tudo bairro negro, tudo ali a maioria era negro, quem comprou foi os pais e depois foi pros filhos. Na época (...) valorizou foram vendendo, os filhos, netos... digamos assim uns 80% dos negros ou mais ou menos. Assim como Brasilândia, nós negros chamávamos Brasilândia, "Onde você mora?", "Moro na Brasa", "Ah você mora na macalândia?". Nós mesmos falávamos assim porque morava muito negro na Brasilândia, muito negro.

(...)

Seu Carlão: Morava, a maioria já vendeu também. Brasilândia não é o que era mais, como Peruche também não é. Eu falo Peruche, mas Casa Verde Alta. Peruche é subdistrito da Casa Verde (SEU CARLÃO, 08-11-2018).

Comum a todos os depoimentos, foi a memória da realidade de trabalhar a terra e criar animais para garantir o alimento do dia a dia. A mata do Sítio dos Marinhos (ver Figura 13), na época de propriedade da ordem de São Bento e ainda não parcelada, também era utiliza-

⁵⁸ Tia França relatou que seu pai foi responsável pela construção de diversas casas no Parque Peruche (TIA AMÉLIA, 02-10-2018).

da para pesca e caça a fim de complementar a alimentação diária. Em relação ao mundo do trabalho, as moradoras negras do Peruche trabalhavam como lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, domésticas, costureiras, além de engrossar a massa operária do Bom Retiro. Postos que reforçam a posição do negro no mundo do trabalho na primeira metade do século XX, conforme exploramos no **Capítulo 1** deste trabalho.

A compreensão do Parque Peruche como território negro não passa apenas pela expressiva presença da população negra, mas também pela identificação de uma rede de cultura, religião e sociabilização afro-brasileira no bairro. Instituições como a Irmandade de São Benedito da Casa Verde e do Parque Peruche, a Escola de Samba Unidos do Peruche e o Terreiro Ilé Ìyá Mí Òsún Mùíywá são organizações negras presentes no Parque Peruche desde os primeiros anos de sua ocupação, nas décadas de 1940 e 1950. Os clubes de futebol de várzea do Peruche, os aclamados Monte Azul e Ponte Preta também foram pontos comuns nos depoimentos. Na periferia da cidade de São Paulo, essas instituições tiveram maior liberdade de vivência e fruição.⁵⁹ A atuação dessas organizações negras, bem como suas influências para a constituição do Parque Peruche como território negro, será tratada no **Capítulo 5** deste trabalho.

⁵⁹ Seu Carlão do Peruche relata que nos anos em que viveu na Baixada do Glicério, década de 1940, foi detido pela polícia nas ocasiões em que praticou batuque no centro da cidade (SEU CARLÃO, 08-11-2018)

capítulo 4

NAS BORDAS DA CIDADE: A OCUPAÇÃO DA BRASILÂNDIA E A SEGREGAÇÃO URBANA

O loteamento Vila Brasilândia e a expansão da
ocupação urbana na Zona Norte

O distrito da Brasilândia e a noção de “África
Paulistana”



Até a década de 1930, a ocupação urbana na Zona Norte restringia-se às margens do rio Tietê e aos eixos do Tramway da Cantareira e da Linha de Guapira (**Figura 8**). A partir de 1940, as obras de retificação do Tietê e a construção das pontes de concreto levaram à expansão desse padrão de ocupação. A implementação dessas grandes obras de infraestrutura, somada ao emprego do ônibus como meio de transporte de massa, permitiu a exploração de terras até então inacessíveis e de baixa valorização, pelos loteadores privados. O desenvolvimento da Brasilândia ocorreu sob esse contexto.

A história da Brasilândia tem relação direta com a ocupação da Freguesia do Ó. O núcleo histórico da Freguesia remonta ao século XVII, quando o bandeirante Manuel Preto fundou uma capela para culto à Nossa Senhora da Expectação e estabeleceu uma fazenda nas margens do Rio Tietê para criação de animais e plantação de cana-de-açúcar (CAMPOS, 1996; BIAJOTI, 1979). A região também era ponto de parada de sertanistas e bandeirantes (LIMA, 2014; CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1992). Em 1796, o povoado foi elevado a Freguesia por Dona Maria I, Rainha de Portugal, nascendo assim a Freguesia do Ó.

Nos primeiros anos do século XX, o acesso à Freguesia do Ó era feito através da Estrada Santa Marina, que partia da Água Branca, e ainda era empregada a balsa para a transposição do rio. Na Zona Norte, a Estrada para a Freguesia do Ó conectava o núcleo ao Bairro do Limão, a Casa Verde e a Santana. Em 1919, um ofício do gabinete do prefeito Washington Luis, em resposta ao Requerimento nº115 da Câmara Municipal da Prefeitura de São Paulo, informou que o serviço de passagem de balsa entre a Lapa e a Freguesia do Ó havia sido afetado por uma enchente, mas que o transporte de pedestres já havia sido regularizado.⁶⁰ Anteriormente a essa data, a Prefeitura Municipal de São Paulo havia encaminhado ao Inspetor Geral de Fiscalização uma resposta da *Light & Power* ao Ofício nº236, que indagava a possibilidade de a companhia estender suas linhas de bonde até a Freguesia do Ó.⁶¹ A resposta foi desfavorável, pois a Light considerou o empreendimento prematuro. Para vencer a distância e altura necessária para chegar à Freguesia do Ó, a companhia precisaria investir

Figura 19: Ocupação urbana na Zona Norte de São Paulo em 1930.

Fonte: Mapa Topográfico do Município de São Paulo (SARA - 1930). Produzido pela Società Anonima Rilevamenti Aerofotogrammetrici di Roma' (SARA) via contrato firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo.

grande soma de dinheiro que, ao seu ver, não seria reavido. Nas considerações da empresa, “o número de habitações ao longo da linha não excede de 25 e de insignificantes dimensões. Além disso, não sendo o novo bairro provido de abastecimento d’água, esgoto e iluminação pública, dificilmente se desenvolverá” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1912). Com isso, compreendemos que no início do século XX, o desenvolvimento e a exploração imobiliária nessa região ainda eram incipientes. A *Planta Geral da Cidade de São Paulo*, de 1914, ilustra uma ocupação em torno do núcleo da Nossa Senhora do Ó e edificações esparsas ao longo da Estrada para a Freguesia do Ó, em direção ao Bairro do Limão. Um novo caminho, que conectava a Freguesia à estação da Lapa da São Paulo Railway, também foi indicado: a Estrada para Pirituba.

Em 1923, a Companhia Predial parcelou as terras de sua propriedade, adjacentes ao núcleo de Nossa Senhora do Ó, para comercialização, dando origem ao loteamento Vila Albertina⁶² (BIAJOTI, 1979). No ano seguinte, em 1924, foi aprovada e promulgada a Lei Municipal nº2666, que autorizava a execução das obras necessárias à ligação da Estrada Santa Marina à Estrada Velha de Campinas, na Freguesia do Ó.⁶³ No entanto, foi na década de 1930 que a maioria dos loteamentos da Freguesia do Ó foram inaugurados. Nesse período, foram abertas “as Vilas Bancária Munhoz, Brito, Carolina, Ramos e Soares, loteadas pelo Banco Munhoz, e as Vilas do Moinho Velho, Nova Cachoeirinha, Palmeira, Primavera, São Vicente e Jardim Russinho, entre outros”⁶⁴ (BIAJOTI, 1979, p.24). Ainda que o *Mapa Topográfico do Município de São Paulo*, de 1930, indique uma baixa densidade de edificações, a proliferação de novos loteamentos nesse período permite inferir a integração das terras da Freguesia do Ó ao processo de expansão urbana de São Paulo (**Figura 19**). Com a inexistência de uma linha de bonde que fizesse a transposição desse trecho do rio Tietê, a exploração imobiliária da área só foi alavancar com a chegada das linhas de ônibus. Requerimentos e indicações despachados pela Câmara Municipal de São Paulo no final da década de 1930 reiteram a proliferação de novos loteamentos na Freguesia do Ó nesse período.

Em 1937, a Câmara Municipal de São Paulo requereu que fosse solicitada da Secretaria da Viação a execução de obras para possibilitar a extensão da rede de abastecimento de água ao distrito da Freguesia do Ó.⁶⁵ No mesmo ano, a Câmara encaminhou à gestão municipal o Requerimento nº182, que solicitava o asfaltamento de diversas ruas adjacentes à Estrada de Itaberaba, vias que faziam parte do circuito da única linha de ônibus que atendia a região.⁶⁶ Também em 1937, foi feita a indicação do alargamento e apedregulhamento da Estrada do

60 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ofício nº29, de 12 de abr. 1919.

61 Idem. Ofício nº132, de 06 de set. 1912.

62 No mapa *Chácaras, sítios e fazendas ao redor do centro (desaparecidas com o crescer da cidade)* (**Figura 1**), parte da região da Freguesia do Ó é apresentada como de propriedade da Companhia Predial, que também investiu na abertura de loteamentos em Santo Amaro (BIAJOTI, 1979).

63 MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Lei nº2666, de 09 de janeiro 1924.

64 Em meados do século XIX, as terras que originaram os loteamentos da Vila Brito, Vila Siqueira e Vila Palmeiras, pertenciam aos herdeiros de Antônio e Francisco Rodrigues de Siqueira, ligados as famílias Guedes, Oliveira, Simões, Brito, Penteado e Siqueira (BARRO, 1977 apud BIAJOTI, 1979).

65 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Requerimento nº100, de 18 de abr. 1937.

66 Idem. Requerimento nº182, de 18 de set. 1937.

Congo, atual Av. Elísio Teixeira Leite.⁶⁷ Essa via, juntamente à av. Itaberaba e à rua Parapuã, foi empregada para os interesses dos loteadores privados a partir da década de 1940, quando se iniciou o processo de ocupação do atual distrito da Brasilândia (BRITT, 2020; ANGLIELI, 2007).

O loteamento Vila Brasilândia e a expansão da ocupação urbana na Zona Norte

Ainda na década de 1930, surgiu o primeiro loteamento no que viria a ser o distrito da Brasilândia. O empreendimento foi lançado pela Cia. Territorial São Paulo,⁶⁸ sob o nome de Vila Itaberaba, entre a rua Parapuã e a então Pedreira do Grupo Vega Sopave, atualmente desativada (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1992). O seu acesso era possível a partir do ponto final do ônibus da linha Itaberaba, na Igreja Itaberaba (atual Paróquia Santa Cruz de Itaberaba), na bifurcação da antiga Estrada de Itaberaba com a rua Parapuã. Os primeiros moradores do loteamento foram pessoas que buscaram oportunidade de emprego na Pedreira Vega Sopave, que também fornecia moradia a seus empregados (ANGLIELI, 2007). No entanto, o distrito passou a observar um incremento populacional significativo apenas com a abertura do loteamento Vila Brasilândia, na década de 1940.

Em 1947, a empresa Brasilândia de Terrenos e Construções⁶⁹ adquiriu e parcelou as terras de propriedade de Basílio Simões, adjacentes ao loteamento Vila Itaberaba, dando origem ao loteamento Vila Brasilândia (ANGLIELI, 2007; CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1992). Rapidamente, o empreendimento se tornou atrativo para a classe trabalhadora paulistana que já não podia arcar com o dispêndio do aluguel na região central e que vinha sendo despejada pelas obras de “melhoramentos urbanos”, bem como para a massa migrante e estrangeira que vinha incrementando o déficit habitacional da cidade. Isso porque, a empresa loteadora aceitava o pagamento dos lotes em parcelas em até 12 vezes e fornecia parte do material para construção, como tijolos e telhas (PIRES, 2002 apud ANGLIELI, 2007; CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1992).

Os primeiros anos de ocupação da Vila Brasilândia foram marcados pela condição rural do bairro e pela ausência de infraestrutura e serviços básicos. Ademais, o assentamento do loteamento sobre uma área de morros acentuou as dificuldades enfrentadas pelos moradores,⁷⁰ que precisaram desenvolver soluções próprias para transpor a topografia acidentada

⁶⁷ Idem. Indicação nº558, de 28 de set. 1937.

⁶⁸ A Companhia Territorial Paulista também foi responsável pelo loteamento do Indianópolis, bairro nobre da zona sul da cidade de São Paulo (ANTONUCCI, 2005).

⁶⁹ A empresa Brasilândia de Terrenos e Construções pertencia à família Munhoz, que na década de 1930 também havia aberto diversos loteamentos na Freguesia do Ó. Além do Banco Munhoz, a família também era proprietária de construtoras e imobiliárias (*Diário da Noite*. São Paulo, n. 8.993, p.14, 29 de abr. 1954).

⁷⁰ Apesar do Decreto-Lei nº58/1937 determinar que todo novo empreendimento urbano precisasse ter planta e plano previamente aprovados pela Prefeitura Municipal, foram muitos os loteamentos que foram implementados sem a anuência do poder público, como foi o caso da Vila Brasilândia. A regularização urbana da Vila Brasilândia foi tratada no processo 198000083159.

e que conviveram com o risco de deslizamentos.⁷¹ Essa realidade pode ser apreendida a partir de: (1) depoimentos de moradores da Brasilândia que constituíram residência ou nasceram no bairro entre as décadas de 1940 e 1950, registrados no documentário *Famílias negras da Brasilândia*,⁷² (2) reportagens de jornais da época sobre a precariedade enfrentada pela população da Brasilândia em razão da inexistência de serviços básicos e infraestrutura urbana, e (3) Atas da Câmara Municipal de São Paulo.

O rápido crescimento demográfico da Vila Brasilândia, em razão do acesso a lotes baratos à prestação na região, chamou a atenção da imprensa e dos órgãos públicos já nos primeiros anos de ocupação do bairro. Em 1948, o periódico *Jornal de Notícias* publicou uma reportagem denunciando que haviam 10.000 habitantes e 3.000 prédios não atendidos por nenhuma linha de ônibus na Vila Brasilândia.⁷³ Os moradores do bairro eram dependentes da linha Itaberaba, que partia da Praça da República e tinha ponto final na Igreja Itaberaba, e desejavam que a CMTC⁷⁴ aumentasse o percurso do ônibus em 1,5km para que seu ponto final fosse na Vila Brasilândia. A notícia ainda afirmava que particulares já haviam tentado implementar linhas que servissem o bairro, mas que a CMTC teria boicotado a empreitada. No entanto, o depoimento do Sr. João Lua⁷⁵ demonstra que essa tentativa dos condutores particulares teve logro e foi crucial para o trânsito dos moradores da Brasilândia. O depoente, que chegou na Brasilândia em 1947, afirmou que foi um dos primeiros condutores de pau de arara a fazer o transporte dos moradores do bairro até a Pompéia. O primeiro carro partia da Brasilândia às 04:00 e o último saia da Pompéia em direção ao bairro às 21:00. Dentre em pouco, o negócio se mostrou lucrativo, em razão da alta demanda, e outros particulares passaram a oferecer o serviço.

Em novembro do mesmo ano da publicação da reportagem do *Jornal de Notícias*, Ademar de Barros visitou o distrito da Freguesia do Ó, bem como seus bairros: a Vila Brasilândia, a Vila Itaberaba e a Vila Palmeiras.⁷⁶ Na ocasião, o então governador de São Paulo se comprometeu a buscar uma solução rápida para o problema do prolongamento da linha de ônibus Itaberaba junto à CMTC. Três meses depois, em março de 1949, Ademar de Barros fez nova visita à Freguesia do Ó, para comemorar o segundo ano de seu mandato,

⁷¹ Em 1947, uma reportagem do periódico *Correio Paulistano* noticiou o desabamento de 18 casas na Vila Brasilândia em decorrência de um temporal (RUÍRAM dezoito casas. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 94, n. 28.140, p.10, 30 dez. 1947).

⁷² Documentário de 2010, produzido para a 1º Amostra de Acervo Pró-Étnico das famílias negras da Brasilândia. FAMÍLIAS negras da Brasilândia. Direção: José Carlos da Silva (JC). Produção de Avelino de Souza Neto (Regicida). São Paulo: Do Morro Produções, 2010. Youtube (127:04 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4BTQ8beO3YU>. Data de acesso: 23 out. 2021.

⁷³ Com 10.000 habitantes e 3.000 prédios, Vila Brasilândia continua sem transporte. *Jornal de Notícias*, São Paulo, ano III, n. 765, p.5, 17 out. 1948.

⁷⁴ Companhia Municipal de Transportes Coletivos.

⁷⁵ Depoimento de Sr. João Pereira dos Santos (João Lua) em FAMÍLIAS negras da Brasilândia. Direção: José Carlos da Silva (JC). Produção de Avelino de Souza Neto (Regicida). São Paulo: Do Morro Produções, 2010. Youtube (127:04 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4BTQ8beO3YU>. Data de acesso: 23 out. 2021.

⁷⁶ VISITA do governador à Freguesia do Ó. *Jornal de Notícias*, São Paulo, ano III, n. 800, p.4, 30 nov. 1948.



Figura 20: Ocupação na Freguesia do Ó em 1914.

e inaugurou uma linha de ônibus com itinerário Vila Brasilândia-Pompéia.⁷⁷ Já em 1950, o deputado Oliveira Matias da Assembleia Legislativa de São Paulo sugeriu à CMTC o prolongamento do itinerário da linha Vila Brasilândia até o centro da cidade.⁷⁸

Entre 1951 e 1952, Atas da Câmara Municipal de São Paulo e indicações encaminhadas por seus vereadores indicam que as soluções de transportes implementadas até então eram deficientes e insuficientes para atender a demanda da população da Brasilândia. As discussões pautaram-se na necessidade de alargamento e calçamento da rua Parapuã, para que fosse possível o trânsito seguro do ônibus e para que a via comportasse a passagem de dois veículos simultaneamente.⁷⁹

77 SÓ é paulista quem age em função nacional, eis a lição de nossa vida coletiva e de nossa predestinação histórica. *Jornal de Notícias*, São Paulo, ano III, n. 887, p.12, 15 mar. 1949.

⁷⁸ NA Assembleia Legislativa. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano V, n. 1377, p.3, 18 out. 1950.

79 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ata da 373^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 19 de março de 1951.

Também, foi abordado o subdimensionamento da frota que atendia a região. Quando da inauguração da linha Vila Brasilândia, a frota era composta por dez veículos. Já na ocasião da Sessão Ordinária da Câmara promovida em 1951, o vereador Anis Aidar denunciou que haviam apenas quatro carros operando, para atender a demanda de 30 a 35.000 habitantes. A alta demanda gerada por esse subdimensionamento fazia com que os moradores da Brasilândia madrugassem na fila do coletivo para garantir a pontualidade no emprego. Em 1956, essa ainda era a dura realidade enfrentada pelos moradores da Brasilândia, já que a Câmara voltou a discutir a necessidade de aumentar a frota, ao menos em horário de pico, para que o trabalhador não fosse obrigado a madrugar para garantir que chegasse no trabalho às 7:00.⁸⁰ Já em 1957, a Câmara voltou a solicitar que a linha Vila Brasilândia tivesse seu trajeto estendido até o centro, visto que a população da Brasilândia era obrigada a fazer baldeação no Largo da Pompéia para chegar ao centro.⁸¹

Em relação aos serviços básicos, em julho de 1950, a Assembleia Legislativa de São Paulo despachou uma indicação apresentada pelo deputado Alfredo Farhat que solicitava a instalação de um grupo escolar na Vila Brasilândia, que já tinha parecer favorável da Comissão de Educação e Cultura.⁸² Em novembro do mesmo ano, comunicado de esclarecimento do gabinete do prefeito, sobre a construção de grupos escolares, citou fornecimento de materiais escolares para escolas mistas na Vila Brasilândia.⁸³ Em 1951, a Prefeitura Municipal de São Paulo anunciou a abertura de concorrência pública para a construção de galpões escolares em diferentes bairros da periferia da cidade, dentre os quais, a Vila Brasilândia.

Prefeitura Municipal

Construção de dez novos galpões escolares em bairros da Capital

A Comissão do Convenio Escolar, orgão dirigido pelo eng. José Amadel, atendendo, tambem, às zonas menos favorecidas do município, onde há carencia de calçamento e, mesmo, a ausencia completa de predios onde se torne possível a instalação de grupos escolares, vem levando a efeito a construção de galpões escolares, para funcionamento de curso primário.

Agora, a referida comissão acaba de abrir concorrência pública para execução de 10 novos galpões escolares, nos seguintes bairros: Simões Cerca, Vila Brasilândia, G. E. Brão Ramalho, G. E. Comendador Ermelindo, Vila Sinhá, Base aérea de Cumbica, São João Climaco, Jardim Piratininga, G.E. Aristides de Castro, e G. E. do Círculo Operário da Mooca.

As propostas à concorrência deverão ser entreguas, até as 16 horas do dia 5 de junho proximo, na sede da Comissão do Convenio Escolar, à rua Gabriel dos Santos, 30, 1º andar. [sic] (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Construção de dez novos galpões escolares em bairros da Capital. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano VI, n. 1556, p. 2, 23 mai. 1951)

Em 1953, a Câmara Municipal de São Paulo questionou o gabinete do prefeito sobre o motivo pelo qual não havia um Posto de Saúde na Vila Brasilândia para atender as famílias residentes da região. Também, foi solicitado que fosse providenciado a implementação de

Idem. Ata da 5^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 6 de fevereiro de 1952.

⁸⁰ Idem Ata da 100^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, 31 de outubro de 1956.

⁸¹ Idem Ata da 209^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 12 de junho de 1957.

⁸² NA Assembleia Legislativa. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano V, n. 1295, p.4, 14 jul. 1950.

⁸³ NA Assembleia Legislativa. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano V, n. 1403, p.3, 19 nov. 1950.

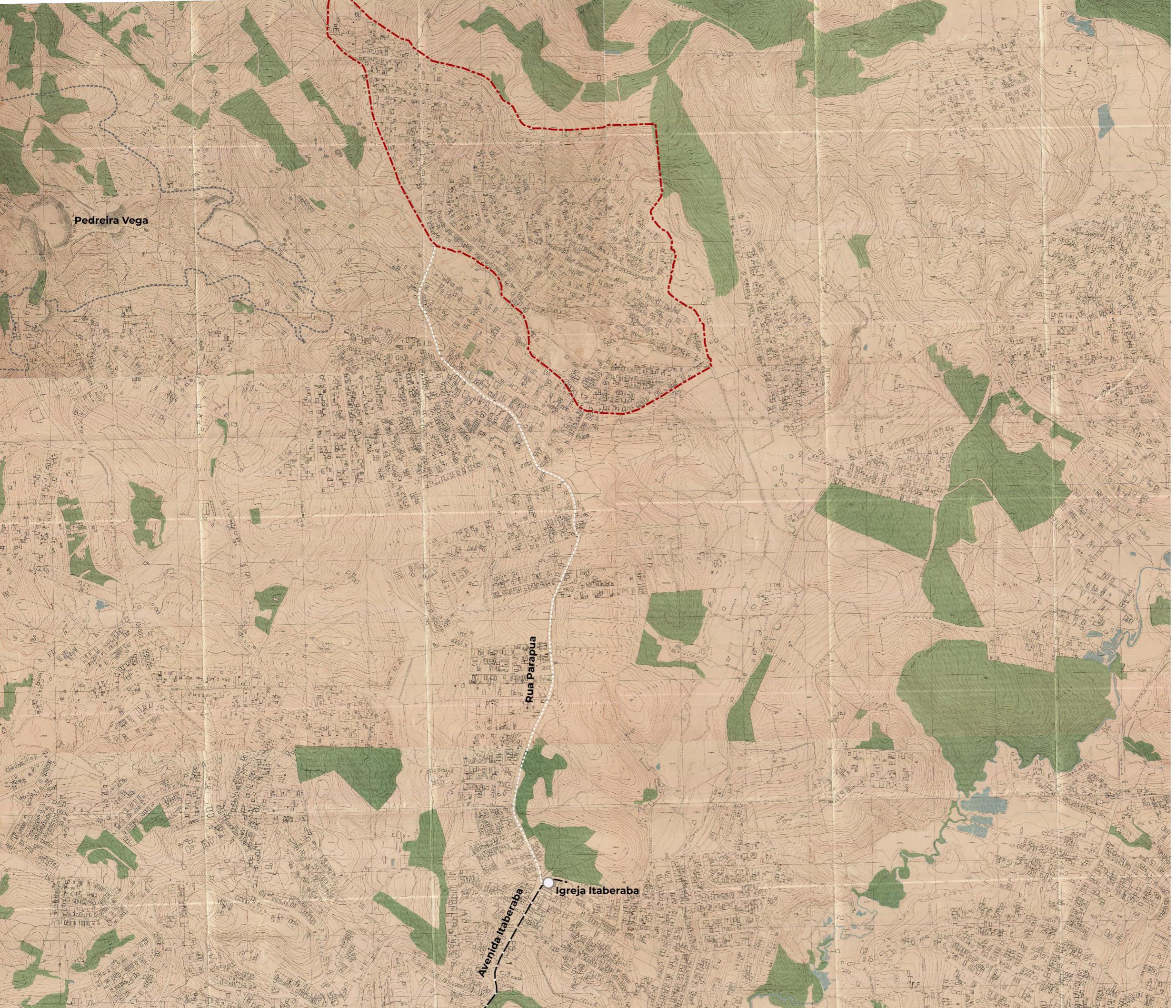


Figura 21: Loteamento Vila Brasilândia (1954)

Fonte: Levantamento Aero-fotogramétrico executado por VASP Aerofotogrametria S/A e Serviços Aero-fotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A (1954).

- Perímetro original loteamento Vila Brasilândia
- - Linda de Ônibus



uma agência Postal no bairro.⁸⁴ Em 1955, a Câmara discutiu o Projeto de Lei n.421/1954, que autorizava “o Executivo a receber em doação o terreno de propriedade da Empresa Brasilândia de Terrenos e Construções LTDA, situado em Nossa Senhora do Ó, destinado à construção do Grupo Escolar de Vila Brasilândia” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1955).

Quanto às infraestruturas básicas, depoimentos registrados no documentário *Famílias negras da Brasilândia* nos permitem compreender como os moradores apresentaram soluções próprias para suprir a falta desses sistemas. Apparicio,⁸⁵ que chegou na Vila Brasilândia em 1947, relatou que havia iluminação pública apenas na via que dava acesso ao loteamento, a rua Parapuã. Mesmo que tenha adquirido um terreno próximo ao último poste de luz que havia na via, ficou cinco anos sem energia elétrica em casa.

Aí... como eu era funcionário da Light naquela época, e eu tava sempre lá no escritório pedindo... pedindo... pedindo... Parece que me atenderam né... Parece que uma luz acendeu... me atenderam... Então puseram um poste de madeira ali naquele quintal... nessa casinha aqui... e uma caixa de luz... E/aí eu puxei os fios até aqui... E/aí foi surgindo mais casinha por aí - seu Horácio morava lá em cima na esquina - Aí nós puxamos a luz até... Até lá embaixo... E eu era o responsável... Quando vinha a conta da luz então... eu repartia... um pouco pra cada um... “Todo mundo vai pagar... TODO mundo que tá usando a luz vai pagar... porque eu não vou pagar sozinho... Porque a responsabilidade é minha”... Então eu arrecadava o dinheiro e ia na Light e pagava a luz (trecho do depoimento de Apparicio em FAMÍLIAS..., 2010).

É digno de nota, a partir da transcrição do relato de Apparicio, que quando a Light ampliou a sua rede de energia pública na Brasilândia, a ligação das casas com os postes ficou a encargo dos próprios moradores. Também, essa implementação por parte da companhia foi insuficiente para atender à demanda da região e se restringiu à rua Parapuã. Em 1955, o vereador Armando Zemella discursou em Sessão Ordinária da Câmara sobre a urgência de exigir que a Light instalasse transformadores na Vila Brasilândia. Os moradores do bairro estavam recebendo cobranças que não condiziam com o seu consumo e, ainda, a energia fornecida não atingia a potência de 20 watts.⁸⁶ Esse problema voltou a ser tema de debate na Câmara em 1956, quando foi solicitada a implementação de iluminação pública em toda Vila Brasilândia.⁸⁷ Na ocasião, também foi indicada à Prefeitura Municipal a urgência em regularizar o leito carroçável de todas as vias públicas do bairro, que formavam um verdadeiro lamaçal, em razão da sua precariedade.

Então... o povo saia de casa com dois pares de calçado... um novo e um velho... O novo levava dentro de uma sacolinha... e o velho enfiava no pé... Mas: olha... lá pela baixada da Vila Nina... Vila (...) éh... Era um barreiro... que a turma enfiava

⁸⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ata da 159^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 06 de maio de 1953.

⁸⁵ Depoimento de Apparicio em FAMÍLIAS negras da Brasilândia. Direção: José Carlos da Silva (JC). Produção de Avelino de Souza Neto (Regicida). São Paulo: Do Morro Produções, 2010. Youtube (127:04 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4BTQ8beO3YU>. Data de acesso: 23 out. 2021.

⁸⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ata da 421^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 27 de junho de 1955.

⁸⁷ Idem. Ata da 100^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 31 de out. de 1956.

o pé... o sapato ficava e o pé saia ((risos))... Muita gente chegava na Itaberaba... que tinha que... não podia calçar o calçado... Então que que fazia... Tinha uns tambores de água - lá onde hoje é a igreja... era o ponto final dos ônibus - - tambores de água que abastecia os ônibus que era:: movido a água... como/é que é oh:: radiador né... e a turma lá pegava a água e lavava os pés (trecho do depoimento de Sr. Dante Coiro em FAMÍLIAS..., 2010).

Azulão,⁸⁸ também morador da Brasilândia desde 1947, relatou que foi responsável por realizar a manutenção das vias do bairro com o auxílio de uma carroça movida a tração animal, para garantir a transitabilidade. Já a água potável era extraída de poços e transportada até as residências na cabeça, e o esgoto corria a céu aberto já que o bairro não estava conectado às redes de abastecimento. Em 1957, o vereador Freitas Nobre chamou a atenção da Câmara para que fosse elaborado um plano de utilização, de drenagem, de retificação de córregos e vielas sanitárias, a ser implementado junto com uma solução de esgoto, para sanar o problema de saúde pública e sanitário da Vila Brasilândia e outros bairros periféricos.⁸⁹

A partir da década de 1960, o adensamento populacional da região foi sendo acompanhado pelo aparecimento de novos loteamentos populares, implementados junto às principais vias da Brasilândia e, a maioria, de maneira sem entrever a articulação do sistema viário (ANGLIELI, 2007). Nesse período, também surgiram as primeiras favelas da região. Na década de 1970, esse processo se intensificou no vetor de expansão da cidade em direção à Serra da Cantareira.

A análise dos depoimentos registrados no documentário *Famílias negras da Brasilândia*, reportagens de jornais e atas da Câmara Municipal de São Paulo, nos permite apreender que a Brasilândia se conformou como assentamento periférico depois que os bairros à margem direita do rio Tietê foram integrados à cidade com o processo de retificação do rio. Frente a inexistência de infraestrutura e serviços básicos, coube aos próprios moradores propor soluções paliativas. No entanto, as Atas da Câmara Municipal e, sobretudo as visitas do governador Ademar de Barros à Vila Brasilândia e áreas adjacentes, nos permitem inferir como a conquista de direitos básicos dos habitantes da Brasilândia esteve dependente dos interesses de políticos populistas.

O distrito da Brasilândia e a noção de “África Paulistana”

Os primeiros moradores da Brasilândia eram trabalhadores que já residiam na cidade, mas que não podiam mais arcar com os dispêndios do aluguel, ou que vinham sendo despejados pelas obras de “melhoramentos urbanos”, bem como migrantes e estrangeiros recém-chegados na cidade. Essa população chegou na Brasilândia em busca de emprego na pedreira Vega Sopave, que também oferecia moradia para os seus trabalhadores, ou de lotes que tinham condições facilitadas de compra (ANGLIELI, 2007; CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO

⁸⁸ Depoimento de Azulão em FAMÍLIAS negras da Brasilândia. Direção: José Carlos da Silva (JC). Produção de Avelino de Souza Neto (Regicida). São Paulo: Do Morro Produções, 2010. Youtube (127:04 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4BTQ8beO3YU>. Data de acesso: 23 out. 2021.

⁸⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ata da 140^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 22 de fev. de 1957.

PAULO, 1992; FAMÍLIAS..., 2010).

O povo que veio pra cá... eu acredito que muitos vieram do interior... uma boa parte... e veio junto: essa gente que trabalhava na olaria... essa gente que veio trabalhar no Vega... e outros... e:: por intermédio de parente... quando ia passear pro interior... "Ah:: a situação não tá muito boa"... "Vamo pra São Paulo"... Aí um chamava o outro (trecho do depoimento de Sr. Dante Ciro em FAMÍLIAS, 2010).

Conforme expusemos no **Capítulo 2**, a população migrante tinha em sua composição porcentagem significativa do contingente negro, já que era originária de localidades que tinham fortes raízes na economia escravagista. Também demonstramos, que apesar do negro compor a classe trabalhadora paulistana, o preconceito racial e a introdução do elemento imigrante branco na economia industrial levaram o grupo a ocupar postos mais baixos e, consequentemente, capitalizar menos recursos (BASTIDE, 1972; SCHNECK, 2016). Por isso, é justificável que a oportunidade de emprego e moradia atrelada à Pedreira Vega, bem como a possibilidade de aquisição de lotes em parcelas em até 12 vezes na Vila Brasilândia, tenham levado uma parcela significativa de famílias negras a assentarem-se na Brasilândia. Ademais, o incremento demográfico do bairro, através da entrada da população negra na região, também foi alimentado pela campanha da casa própria empreendida pela Frente Negra Brasileira. Isso porque, conforme o depoimento dos militantes da FNB, o órgão estabeleceu um núcleo negro na Brasilândia ao auxiliar as famílias negras no processo de aquisição de terrenos e construção de casas (CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, 1988). Essa tendência de fixação foi refletida no recenseamento de 1980, que indicou que, dentre a população do distrito da Brasilândia (176.265 habitantes), 42,4% eram negros. Na época, a média de negros na cidade era de 22,3%, para um total de 7.114.258 habitantes. A análise desses dados fez com que Rolnik (1989) se referisse a Brasilândia como “África Paulistana”, em texto publicado em 1989. Já no imaginário popular, essa tendência de espacialização da população negra, somada ao preconceito racial, fez com que a Brasilândia fosse associada, de maneira pejorativa e negativa, a um espaço de pobreza e marginalidade. “Quando falava “Morar na Brasilândia”... era um monte de preto... de:: de pobre... tinha um monte de preconceitos” (trecho do depoimento de Maria Aparecida em FAMÍLIAS..., 2010). A ideia da Brasilândia como espécie de pária no espaço urbano foi denunciada pelos próprios moradores, que relataram que, populamente, a região era conhecida como “Macacolândia” (FAMÍLIAS..., 2010).

Assim, o reconhecimento da Brasilândia como território negro parte dos próprios moradores entrevistados para a realização do documentário *Famílias negras da Brasilândia*, de 2010, pessoas que constituíram residência ou nasceram na Vila Brasilândia entre as décadas de 1940 e 1950. Ao todo, são quinze depoimentos registrados no documentário, sendo treze deles de moradores negros. Os relatos trataram de temas como família, moradia, condição do bairro nos primeiros anos de ocupação, trabalho, lazer do negro e suas instituições socio-culturais.

Apesar do primeiro contingente populacional da Brasilândia ter sido conformado por um grupo heterogêneo, trabalhadores nacionais – dentre os quais parcela significativa de negros – e imigrantes, os relatos dos primeiros anos de ocupação da região inferem um certo grau de espacialização racializada (OLIVEIRA, 2008). De acordo com os depoentes, nos

primeiros anos de ocupação da Vila Brasilândia, houve uma tendência de comercialização de lotes mais distantes da via de acesso principal, a rua Parapuã. Esses terrenos localizavam-se em áreas mais difíceis de ocupação e por isso eram oferecidos a preços mais baixos. Os lotes melhor localizados foram oferecidos a preços mais altos, mas, sobretudo, reservados para serem comercializados posteriormente, quando ocorresse a valorização dessas terras. Inferimos que essa expectativa de valorização do empreendimento estava atrelada à conclusão das obras de retificação do rio Tietê e à construção das pontes de concreto da Freguesia do Ó e do Piqueri. Essas obras facilitariam o acesso à região.

(...) Sábado... domingo... éh:: era... parecia um formigueiro a Brasilândia... aonde que já tinham vendido os lotes... Porque aonde venderam os lotes primeiro foi na... lá longe... Os bons não vendiam... deixaram pra depois... Não é porque quem comprou era melhor do que os outros... não... É porque queriam empurrar lá e mostrar... porque o pobrezinho não sabia fazer a casa... e principalmente... lugar baixo... que ah:: nas alturas havia muita pedra pra fazer o poço... e no lugar baixo tinha uma mina... ficava (...) fazia já:: éh:: sair água (...) (trecho do depoimento de Sr. Dante Ciro em FAMÍLIAS, 2010).

Ainda que o loteamento da Vila Brasilândia fosse destituído de infraestrutura e serviços básicos, e localizado no extremo da cidade, o trecho transcrito nos indica que no interior da própria Brasilândia a espacialização dos seus moradores e condições de moradia também foram regidas pelo poder monetário. Ademais, o depoimento demonstra que houve uma preocupação em ocultar as casas mais precárias. Frente à dificuldade de estabilização financeira enfrentada pela população negra, seu assentamento ocorreu justamente nesses lotes distantes do acesso principal ao loteamento.

Essas famílias, quando lograram adquirir um terreno no bairro, contaram com a ajuda dos vizinhos construtores que residiam na Brasilândia para erguer suas casas. Em razão da jornada de trabalho, a construção da casa ocorria nos finais de semana e era seguida em momentos de confraternização. A ajuda mútua entre os moradores foi importante não apenas para construção da casa própria, mas também para assegurar as condições mínimas para o dia a dia da comunidade. Para transpor as ladeiras íngremes que dificultavam a circulação no bairro e o acesso às casas, os moradores construíram escadarias. A transitabilidade das ruas foi assegurada pelos esforços de moradores como o Azulão,⁹⁰ queplainava as vias com o auxílio de uma carroça movida a tração animal.

Nós ajudamos a construir a Brasilândia... com os... Eu me lembro... eu era pequena e:: precisava construir a casa... a casa era aqui embaixo... Aí veio o Seu João - - João Mineiro - - José... éh:: Seu Larino - - que era um senhor que morava aqui - - até:::: Reunia de domingo... tinha o macarrão... o feijão... e o arroz... e:: Todos os vizinhos se reunia pra construir a casa do vizinho... Então todo o sábado e domingo aqui na minha casa... era a reunião dos vizinhos pra ajudar a construir a nossa casa... Foi uma coisa muito bonita... Éh:: foi o nascimento do bairro... bem sacrificado pra todos que:: comprou o terreno na época e vivia... e também vivia no mesmo problema... Quer dizer... pra nós hoje já não é mais um problema... mas antes era sacrificado... Tinha que andar a pé... subir... pegar morro... e pegar barro... e chegava tarde... o caminhão quebrava... todos tinham que descer... aju-

⁹⁰ Depoimento de Azulão em FAMÍLIAS negras da Brasilândia. Direção: José Carlos da Silva (JC). Produção de Avelino de Souza Neto (Regicida). São Paulo: Do Morro Produções, 2010. Youtube (127:04 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4BTQ8beO3YU>. Data de acesso: 23 out. 2021.

dar a empurrar... Acabava a gasolina ((risos))... Era um:: um transtorno... mas um transtorno bonito... um transtorno gostoso... Foi assim um trabalho muito muito muito bom... porque... a gente tinha que ajudar a construir até a escadinha... que hoje é o escadão... era uma rampa cheia de barro... Então “Não... vamos fazer o que... nós vamos jogar uns cascalhos... pra tentar éh: fazer com que os amigos conseguissem subir e descer esta ladeira”... que a gente chamava de escadinha... hoje é o escadão... E foi assim foi vindo né... foi evoluindo... (...) (trecho do depoimento de Evilim de Ogum em FAMÍLIAS..., 2010).

O trecho transcrito do depoimento de Evilim de Ogum nos ajuda a compreender o mutualismo que marcou a história da Brasilândia, bem como a precariedade com a qual os seus moradores conviveram nos primeiros anos de ocupação do bairro. No entanto, a melhora de vida conquistada com as melhorias implementadas no bairro não foi usufruída por todos os moradores originários, já que muitos saíram da Brasilândia. Assim como observamos no caso do Parque Peruche, a chegada da infraestrutura e serviços básicos no bairro ocasionaram um aumento no custo de vida da Brasilândia que não foi acompanhado por um aumento do poder aquisitivo de parcela de sua população. As famílias que não puderam arcar com o aumento dos preços do aluguel e do custo de vida da região migraram para regiões ainda mais distantes do centro urbano.

(...) Igual a minha rua... nós tínhamos mais ou menos uns quinze moradores de famílias negras... puramente negras... hoje nós somos em cinco... famílias... negras... O que que acontece éh: o poder aquisitivo começa a diminuir e as pessoas começam a mudar... as pessoas começam a se afastar porque não conseguem acompanhar a evolução... A situação econômica aperta... então elas são obrigadas a vender o imóvel... Então nós somos remanescentes de quinze famílias que tinham aqui (...) (trecho do depoimento de Dirceu em FAMÍLIAS..., 2010).

Foram também os esforços dos habitantes da Brasilândia que garantiram os primeiros serviços básicos no bairro. Evilim de Ogum relatou que a primeira escola do bairro foi implementada pela iniciativa própria de um professor que residia na região. A depoente, junto aos seus dois irmãos, estudou nesta escola. Em relação ao mundo do trabalho, os moradores negros da Brasilândia compunham a massa operária que trabalhava na região central da cidade, em empresas como a Light e a CMTC. Como era comum a esse segmento na primeira metade do século XX, também ocuparam funções de lavadeira, cozinheira e doméstica.

Assim como o Parque Peruche, a territorialidade negra da Brasilândia não é expressa apenas pela presença expressiva da população negra, mas também da identificação de uma rede de cultura, religião e sociabilidade afro-brasileira no bairro. Apesar de já não nutrir uma relação com a Brasilândia atualmente, a escola de samba Sociedade Rosas de Ouro nasceu no bairro a partir de partidas de futebol do time Glorioso Futebol Clube, onde só jogavam negros. O candomblé também esteve presente desde os primeiros anos de ocupação da Brasilândia. Na extrema periferia da cidade, essas organizações negras foram importantes para a constituição de laços comunitários e de famílias negras dignas. A atuação dessas organizações, bem como sua importância para a constituição da Brasilândia como território negro, será abordada no próximo capítulo deste trabalho.

capítulo 5

TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA NEGRA: AS ORGANIZAÇÕES NEGRAS DO PARQUE PERUCHE E DA BRASILÂNDIA

A Irmandade de São Benedito da Casa Verde e do Parque Peruche e outros irmãos

A velha magia africana na capital do progresso: o candomblé no Parque Peruche e na Brasilândia

Samba paulista e samba carioca: os casos da Escola de Samba Unidos do Peruche e a Sociedade Rosas de Ouro

A recuperação da memória comunitária para a resistência dos territórios negros do presente



Figura 22: Organizações socioculturais negras do Parque Peruche (1940-1960).

O bairro corresponde ao perímetro destacado em pontilhado vermelho. (1) Local onde ocorreram as primeiras reuniões da Irmandade de São Benedito do Parque Peruche - Paróquia São Francisco de Paulo e São Benedito. (2) Igreja Nossa Senhora das Dores, sede atual da Irmandade de São Benedito da Casa Verde e do Parque Peruche. (3) Rua Epaminondas Melo do Amaral (terreiro da Dona Lucrécia). (4) Terreiro Ilê Iyá Mí Ósún Müiywá. (5) Rua Carlos Belmiro Correia (Sítio do Caqui). (6) trecho da atual Av. Eng. C. Álvares onde a Unidos do Peruche ensaiava/ Rua Zilda. (7) rua Lavinio Salles Arcuri (quadra alugada da Unidos do Peruche até 1960). (8) atual quadra e barracão da Escola de Samba Unidos do Peruche.

Fonte: Elaboração própria sobre Fotos do Levantamento aerofotogramétrico da Cidade de São Paulo, 1954, realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

- Perímetro original loteamento Parque Peruche
- Linha de Bonde
- Linda de Ônibus





Figura 23: Organizações socioculturais negras da Vila Brasilândia (1950-1960).

O bairro corresponde ao perímetro destacado em pontilhado vermelho. (1) Terreiro de Candomblé Santa Bárbara. (2) Campo do Guarani, onde ocorriam as partidas do Glorioso Futebol Clube. (3) Barracão original da Sociedade Rosas de Ouro (4) atual quadra e barracão da Sociedade Rosas de Ouro.

Fonte: Elaboração própria sobre Fotos do Levantamento aerofotogramétrico da Cidade de São Paulo, 1954, realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

- Perímetro original loteamento Vila Brasilândia
- Linda de Ônibus



Compreendemos o Parque Peruche e Brasilândia como territórios negros não só em razão da expressiva presença da população negra, mas também a partir da identificação de uma rede de cultura, religião e sociabilização afro-brasileira no bairro. A Irmandade de São Benedito da Casa Verde e do Parque Peruche, a Escola de Samba Unidos do Peruche e o Terreiro Ilé Ìyá Mí Òsún Mùiywá são organizações negras presentes no Parque Peruche desde os primeiros anos de sua ocupação, nas décadas de 1940 e 1950. Da mesma forma, a Sociedade Rosas de Ouro e o Terreiro de Candomblé Santa Bárbara se instituíram na Vila Brasilândia entre 1960 e 1970. Na periferia da cidade de São Paulo, essas organizações tiveram maior liberdade de vivência e fruição,⁹¹ bem como conformaram espaços de sociabilidade importantes para a vivência e resistência da população negra no espaço urbano.

O nascimento das organizações negras identificadas na pesquisa, corresponde ao período de meados do século XX, em que houve o esforço de formulação de uma identidade nacional baseada nas três raças que compunham a população brasileira. Sendo o negro parte integrante da unidade nacional, viu-se a necessidade de compreender a colaboração do grupo afro-brasileiro para a construção dessa identidade. Naquele momento, celebrava-se a contribuição cultural do negro por meio do samba e do futebol, práticas destacadas sobre tudo na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal (ALBERTO, 2011). No entanto, a atuação das instituições negras do Peruche e Vila Brasilândia e sua importância para a forja da identidade negra dos bairros indicam que a noção de unidade da população afro-brasileira estava sendo formulada não só no Rio de Janeiro. As entrevistas com os membros das organizações negras do Peruche e Vila Brasilândia, nesse último caso acessadas através dos documentários *Famílias negras da Brasilândia* e *Zeca: o poeta da Casa Verde*,⁹² apontam que essas entidades estavam interligadas por uma rede que extrapola os limites dos bairros. Percebemos um intercâmbio entre as instituições do bairro e suas similares no Rio de Janeiro e em Salvador, indicando que esses negros estavam organizados em associação com outros contextos urbanos.

O intercâmbio entre grupos negros organizados em diferentes centros urbanos foi explorado por Paulina Alberto (2011). A autora demonstrou que o movimento negro do século XX, através de seus intelectuais e organizações socioculturais, ajudou a moldar o discurso sobre relações raciais e a ideia de democracia racial no Brasil moderno. Esse movimento pôde ser observado em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. A discussão do monumento à Mãe

Preta⁹³ e a rota estabelecida entre Bahia e Lagos,⁹⁴ apontam que esses negros mantinham relações para além de seus territórios, e que as ideias do movimento circulavam entre esses centros urbanos. Os intelectuais afro-brasileiros se apropriaram do discurso oficial sobre inclusão racial, para reivindicar a integração do negro na sociedade brasileira através da democracia. O estudo das instituições negras do Parque Peruche e da Vila Brasilândia mostra que a população negra das classes mais baixas também se organizou para garantir os seus direitos como cidadãos.

A fim de compreendermos a espacialidade da rede cultural, religiosa e social negra do Parque Peruche, desde a década de 1940, elaboramos um mapa indicando os locais ocupados pelas organizações afro-brasileiras no bairro (**Figura 22**). Para o mapeamento, partimos dos pontos já conhecidos por nós, a localização da Irmandade de São Benedito da Casa Verde e do Parque Peruche, do Terreiro Ilé Ìyá Mí Òsún Mùiywá e da quadra de ensaios atual da Escola de Samba Unidos do Peruche.

A Irmandade de São Benedito do Parque Peruche foi fundada em 1941, quando, na ocasião da fundação da capela do Peruche, na rua Valdemar Martins, o número expressivo de adeptos negros levou à votação de um segundo santo, além de São Francisco de Paula, para ser o patrono da igreja. A comunidade optou por homenagear o santo negro São Benedito.⁹⁵ Essa escolha também foi influenciada pela existência de uma Irmandade de São Benedito no bairro vizinho ao Peruche, a Casa Verde. Na década de 1960, as duas irmandades se uniram e passaram a atuar sob o nome de Irmandade de São Benedito da Casa Verde e do Parque Peruche, com sede na Igreja Nossa Senhora das Dores.

Já o Terreiro Ilé Ìyá Mí Òsún Mùiywá foi fundado na década de 1960. Está localizado na rua Carlos Belmiro Correia. Anteriormente, a mãe de santo Isabel de Omulu, antecessora da atual babalorixá do terreiro, tocava umbanda no mesmo endereço. A casa é o único terreiro trabalhado pela bibliografia consultada para reconstituir a rede mobilizada por essa instituição no Parque Peruche. Além das fontes secundárias, utilizamos nesta pesquisa o depoimento de Mãe Wanda fornecido para compreender sua história. O primeiro terreiro de candomblé a que Mãe Wanda teve acesso foi o de Dona Lucrécia, na rua Epaminondas Melo do Amaral, já do outro lado do Córrego Mandaqui (OLIVEIRA, 2002). Inicialmente, Dona Lucrécia tocava umbanda, mas após ter contato com um pai de santo do Rio de Janeiro passou a tocar candomblé. Apesar desse contato, Mãe Wanda só foi iniciada no candomblé

⁹¹ Seu Carlão do Peruche relata que nos anos em que viveu na Baixada do Glicério, década de 1940, foi detido pela polícia nas ocasiões em que praticou batuque no centro da cidade (SEU CARLÃO, 08-11-2018)

⁹² Documentário de 2012, produzido com o apoio do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI, que tem por finalidade “apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO). ZECA: o poeta da Casa Verde. Direção: Akins Kintê. Produção de Sueide Kintê. São Paulo: Borá Produções, 2012. Youtube (47:47 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V3cyI7cbS3A>. Data de acesso: 26 nov. 2021.

⁹³ A Mãe Preta foi um símbolo que supostamente capturaria a contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira mas foi ora reivindicado, ora refutado pelos intelectuais negros cariocas. O monumento à Mãe Preta representava um dos aspectos da contribuição do negro para a fundação da nação, através da figura da ama de leite. A Imprensa Negra paulistana, órgão de protesto da população negra, promoveu a discussão do monumento em seus jornais, como estratégia de reivindicação da inclusão do negro na sociedade brasileira. O monumento jamais foi construído no Rio de Janeiro, mas, em 1950, São Paulo recebeu um monumento à Mãe Preta.

⁹⁴ Paulina Alberto (2011) aponta que a cultura baiana africana é antes um resultado do contato transatlântico constante com a África, iniciado pela busca das origens yorubas, do que uma herança de um passado colonial truculento.

⁹⁵ São Benedito é um santo católico, canonizado após sua morte, em 1589. Na condição de filho de escravos etíopes, viveu na Itália entre 1526 e 1589, realizando uma série de milagres.

em 1964, com 14 anos de idade, pelo babalorixá Joãozinho da Goméia.⁹⁶ A mãe carnal da ialorixá, Isabel de Omolu, havia feito santo com o sacerdote no terreiro de umbanda do Tenente Eufrásio. Não sabemos a localização exata desse terreiro. Sabemos apenas que ele ficava nas imediações do Cemitério Chora Menino, conforme relato de Mãe Wanda (MÃE WANDA, 09-02-2019).

Os espaços ocupados pela Escola de Samba Unidos do Peruche também foram mapeados a partir dos relatos coletados nesta pesquisa. As primeiras reuniões da agremiação, fundada em 1956, eram feitas em bares do bairro ou na casa de componentes. Já os instrumentos utilizados eram emprestados por times de futebol de várzea da região, como Monte Azul, Ponte Preta e Estrela do Azul, e as fantasias para o período dos desfiles eram confecionadas por costureiras residentes no Parque Peruche.⁹⁷ Para os ensaios, a Peruche foi a primeira escola de samba paulista a possuir uma quadra, o Sítio do Caqui ou Terreiro do Caqui, na rua Carlos Belmiro Correia. O local funcionava não só como um espaço de ensaio, mas também de encontro das personalidades do samba paulista e de lazer para a população local (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; SANTOS, 2018). Nos primeiros anos de 1960, a Escola foi obrigada a vender o Terreiro do Caqui, em razão de dificuldades financeiras e, por isso, passou a ensaiar na rua Zilda.⁹⁸ Os ensaios da agremiação ocorriam na área de várzea do Córrego Mandaqui, atual Av. Eng. Caetano Álvares, no trecho entre a rua Zilda e onde hoje se encontra o Terminal Casa Verde. A rua Zilda também era palco dos desfiles voltados para a comunidade local, que a Unidos do Peruche promovia após o período dos desfiles oficiais no centro da cidade. Ainda na década de 1960, a escola passou a utilizar uma quadra na rua Lavínia Salles Arcuri, antiga rua Carmen, para viabilizar seus ensaios. Em 1968, a prefeitura de São Paulo concedeu um terreno no bairro do Limão para a escola construir o seu barracão. Ainda hoje a agremiação tem o direito de uso do espaço.

Para mapeamento dos espaços de sociabilidade negra da Vila Brasilândia, seguimos a mesma metodologia (**Figura 23**). O Terreiro de Candomblé Santa Bárbara foi fundado por Mãe Manaundê em 1962, na rua Ruiva nº90, na Vila Brasilândia (**Figura 23**). A casa foi amplamente trabalhada na bibliografia que trabalha a constituição do candomblé em São Paulo nos anos 1960, por ter sido a primeira a ser registrada em cartório como de “candomblé”, no mesmo ano de sua fundação, e por ser um dos terreiros mais antigos da cidade (SILVA, 1993; PRANDI, 1990a, 1990b). Mãe Manaundê foi iniciada no candomblé em Salvador por Mãe

⁹⁶ João Alves Torres Filho, mais conhecido como Joãozinho da Goméia, nasceu em 1914 em Inhambupe, interior da Bahia. Aos 10 anos de idade se mudou sozinho para Salvador e em 1930 foi iniciado no candomblé pelo pai de santo Severiano Manoel de Abreu. Posteriormente, refaz o santo no Terreiro de Gantois com a Mãe Menininha. Em 1946, mudou-se para o Rio de Janeiro onde havia herdado o terreiro de sua madrinha, mas logo estabeleceu sua própria casa, onde construiu sua fama (LODY, 2002).

⁹⁷ Dona Baduca, em entrevista concedida à pesquisadora, indicou que sua mãe confeccionava fantasias da ala da bateria da Escola de Samba Unidos do Peruche como forma de sustento (DONA BADUCA, 02-10-18).

⁹⁸ Via coletora que conecta a Casa Verde Baixa, região onde se localiza o Parque Peruche, à Casa Verde Alta. Na parte baixa do Peruche, no que costumava ser a área de várzea do córrego Mandaqui, a rua Zilda corria paralela ao córrego até cruzá-lo e subir a Casa Verde Alta. Foi justamente nesse trecho da rua Zilda contido na várzea do Mandaqui, que se constituiu um território onde a Escola de Samba Unidos do Peruche e sua comunidade promoveram encontros, ensaios e desfiles.

Naña,⁹⁹ antes de se mudar com a mesma mãe de santo para a cidade de Aracaju, em Sergipe. Em 1962, migrou com o marido para a cidade de São Paulo, onde, após se estabelecer na Vila Brasilândia, abriu o Terreiro de Candomblé Santa Bárbara.

Já os espaços ocupados pela Sociedade Rosas de Ouro, foram mapeados a partir de relatos acessados nos documentários *Famílias negras da Brasilândia* e *Zeca: o poeta da Casa Verde*. A escola de samba Rosas de Ouro tem sua origem nas rodas de samba que ocorriam nas partidas de futebol do Glorioso Futebol Clube (time em que só jogavam negros), que ocorriam no Campo do Guarani, no encontro da rua Pirajibe com a Estrada Lázaro Amâncio de Barros, uma região de fundo de vale onde atualmente se encontra o Largo da Pancada (**Figura 23**). Nessa época, os instrumentos eram improvisados com latinhas. Com o passar do tempo, experiências em agremiações de samba na Barra Funda influenciaram os integrantes da roda de samba a formar a primeira escola de samba da Vila Brasilândia, a Unidos da Vila. Em 1971, um grupo dissidente da roda de samba que animava as partidas do Glorioso, José Luciano Tomás da Silva, João Roque “Cajé”, José Benedito da Silva “Zelão” e Eduardo Basílio, fundaram a escola de samba Sociedade Rosas de Ouro. Até os anos 1980, os ensaios da escola foram conduzidos em um barracão localizado na rua Olinto Fraga Moreira com a rua Rodolfo Bardella. Em decorrência da oferta da prefeitura de São Paulo de concessão de uso de um terreno na antiga área de várzea do rio Tietê, tal como ocorreu com a Unidos do Peruche, a Rosas de Ouro mudou seu endereço para a rua Cel. Euclides Machado, em uma das alças de acesso da marginal para a Freguesia do Ó. Essa mudança, posteriormente, levou a um processo de ruptura da escola com a comunidade da Vila Brasilândia.

Sabe... hoje a Rosas de Ouro é a internet... Hoje a Rosas de Ouro é o centro da cidade... é a burguesia... entendeu? Tanto é que se a Rosas de Ouro for falar outra vez da nossa raça... falar da Brasilândia... como é que eles vão chegar aqui e convidar o nosso povo pra desfilar na escola se a comunidade mudou... mudou o tom... da cor? ((risos)) Mudou o tom da cor... falei certo... Continua o azul e rosa... entendeu? Mas... o que eu tô falando é verdade... mudou o tom da cor, sabe? Já não é aquela cor que tinha aqui na Vila Brasilândia... sabe? Porque aqui é: é o verdadeiro paraíso do samba né... Basta falar do Catimbó... né compadre... Basta falar das favelas... Basta falar do povo que o Rosas de Ouro deixou e não levou... Já pensou você levar uma mudança sem o dono da casa? Foi o que aconteceu (trecho do depoimento de Luizinho do pandeiro em FAMÍLIAS..., 2010).

A Irmandade de São Benedito da Casa Verde e do Parque Peruche e outros irmãos

A história da Irmandade de São Benedito remete aos bantus, um dos povos africanos trazidos da África à força na condição de escravos. Já no Congo, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário haviam sido introduzidos à cultura local através de missionários europeus, principalmente os portugueses (OLIVEIRA, 2002). No regime escravocrata, em que a prática religiosa católica era imposta, o sincretismo presente nas irmandades de São Benedito e

⁹⁹ Mãe Nanã, de origem baiana, se tornou uma famosa ialorixá após se mudar para Aracaju. É considerada fundadora da nação de tronco angola que leva o seu nome: candomblé de Nanã de Aracaju (PRANDI, 1990b).

de Nossa Senhora do Rosário as tornou mais palatáveis ao povo bantu. Essas organizações cultivaram valores cristãos ao mesmo tempo que resgataram certos costumes africanos.

Entre o século XVII e século XIX, a Irmandade de São Benedito, assim como a de Nossa Senhora do Rosário, se organizou em torno de três grupos, então considerados díspares: o dos negros, o dos mulatos e o das corporações (sapateiros, ferreiros, etc.). Até o século XVIII, essas confrarias religiosas se concentraram nas regiões do Brasil que mais empregavam a mão de obra do negro escravizado para o desenvolvimento de suas atividades econômicas: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais (OLIVEIRA, 2002; QUINTÃO, 1991). Posteriormente, as irmandades também se tornaram presentes em regiões do interior paulista, como Tietê, Campinas e Sorocaba, em razão da expansão da lavoura cafeeira. A participação nessas irmandades significava para o africano na condição de escravo uma oportunidade de praticar suas manifestações religiosas, como o batuque e o culto aos orixás.

Em São Paulo, a irmandade ligada aos negros mais antiga é a dos Homens Pretos do Rosário, fundada em 1711 (QUINTÃO, 1991). Após o fim do regime escravocrata, as irmandades continuaram sendo um instrumento para a população negra resistir à imposição cultural ocidental cristã, trabalhando para prestar auxílio espiritual e social aos afro-brasileiros. No Peruche da década de 1940, marcado pela penúria vivida pelos moradores em razão da falta de infraestrutura básica, a Irmandade de São Benedito do Parque Peruche nasceu atuando não só no plano espiritual, mas também na promoção cultural e social das famílias negras do bairro. A devoção e a família são valores importantes à comunidade da Irmandade de São Benedito, e se manifestam através da celebração mais importante da instituição, a festa a São Benedito. “O sentido da festa do santo é reunir os devotos, irmãos e irmãs e celebrar junto às comunidades de São Benedito (irmandades) a religiosidade do negro, valores, fraternidade e ajuda mútua.” (OLIVEIRA, 2002, p.166). O tempo da festa a São Benedito não é comum a todas as irmandades, podendo ocorrer na data de falecimento do santo ou da fundação da comunidade. Nos primeiros anos de atuação da Irmandade de São Benedito do Parque Peruche, a comemoração ocorria na data do falecimento de São Benedito. Posteriormente o santo passou a ser celebrado no dia 02 de fevereiro de cada ano, marcando o nascimento da irmandade. Compreendemos que o intercâmbio entre os irmãos de São Benedito da Casa Verde e do Parque Peruche e do Rio de Janeiro passou a ocorrer nesse contexto de festas ao santo.

A festa de São Benedito reúne todos os devotos e seus familiares, assim como outras irmandades convidadas. A participação de outras comunidades de São Benedito nos festejos ocorre não só em razão da fraternidade entre os irmãos, mas também para a arrecadação de fundos para a realização da festa. As comemorações são uma oportunidade para as irmandades organizarem excursões de devotos para as localidades que abrigam outras comunidades. Os recursos levantados são revertidos para o fundo destinado à festa ao santo. A relação com irmãos de outras irmandades também foi promovida através dos laços familiares. Bruno Garcia dos Santos (2018) entrevistou uma irmã da Irmandade de São Benedito da Casa Verde, Dona Lucinda, que no mês de outubro participava das festividades da Irmandade de São Benedito do Rio de Janeiro, em razão da filiação de seus parentes a essa comunidade. A mãe de Dona Lucinda participou da fundação da Irmandade do Parque Peruche em 1941, após se mudar do Rio de Janeiro para São Paulo na ocasião de seu casamento.

Minha mãe nasceu em Bananal [São Paulo, Vale do Paraíba], mas foi criada no Rio de Janeiro, e bem mocinha ela veio pra cá e casou. (...) E quando é mês de outubro tem a Festa de São Benedito lá no Rio [RJ], eu vou pra lá, mas eu fico na casa dos meus parentes lá em São João do Meriti, em Caxias, sabe onde é? É sempre no mês de outubro a festa lá (...) (Depoimento de Dona Lucinda, SANTOS, 2018, p. 75).

Através das festas, a Irmandade de São Benedito da Casa Verde e do Parque Peruche, desde a sua fundação, estabeleceu contato não só com outras Irmandades negras de São Paulo, como a da Penha e a dos Homens Pretos do Rosário, do Paissandu, mas também com os irmãos das comunidades do Rio de Janeiro, Tietê, Sorocaba, Laranjal Paulista, Aparecida do Norte, Pirapora do Bom Jesus, etc.

A velha magia africana na capital do progresso: o candomblé no Parque Peruche e na Brasilândia

O primeiro culto aos orixás no Brasil de que se tem notícia ocorreu na cidade de Salvador. Entre os séculos XIX e XX, a cidade concentrou os terreiros mais importantes da história do candomblé: Ilé Iya Naxo de Mãe Aninha (Engenho Velho), e seus derivados, o Gantois de Mãe Menininha, e o Axé Opo Afonjá, em São Gonçalo do Retiro. No restante do país, o culto aos orixás se configurou de acordo com a desterritorialização impulsionada pelo emprego da mão de obra escrava conforme o desenvolvimento econômico das regiões. Posteriormente, a prática se expandiu em razão da migração para as cidades industriais do sul e sudeste do país. Anteriormente, nessas regiões, os bantus praticavam o catolicismo a partir da edificação das irmandades negras (OLIVEIRA, 2002). No entanto, em 1920, na cidade do Rio de Janeiro, nasceu uma nova religião, a umbanda.

A umbanda nasceu na cidade carioca após uma dissidência com um kardecismo que rejeitava a presença de negros. A religião é um sincretismo dos valores, crenças e magias preservadas do kardecismo, catolicismo e candomblé. Essa multiculturalidade servia bem às metrópoles do sudeste que se industrializavam entre os anos 1920 e 1930.

A umbanda que nasce retrabalha os elementos religiosos incorporados à cultura brasileira por um estamento negro que se dilui e se mistura no refazimento de classes numa cidade que, capital federal [Rio de Janeiro], é branca, mesmo quando proletária, culturalmente europeia, que valoriza a organização burocrática da qual vive boa parte da população residente, que promovia o conhecimento pelo aprendizado escolar em detrimento da tradição oral e que já aceitou o kardecismo como religião, pelo menos entre setores importantes fora da Igreja Católica (PRANDI, 1991, p.49).

No período pós 1930, os bairros periféricos ocupados pela população negra da cidade de São Paulo entraram no circuito da umbanda. Apenas nas décadas de 1950 e 60 o candomblé se desenvolveu na capital paulista. O culto aos orixás na “capital do progresso” ocorreu em razão do fluxo migratório de nordestinos para a cidade, e do trânsito de sacerdotes oriundos da umbanda e do candomblé que se estabeleceu entre São Paulo e Rio de Janeiro. Na então capital federal, os primeiros terreiros de candomblé surgiram a partir do processo migratório de baianos na condição de ex-escravos e seus descendentes que chegavam ao Rio de Janeiro em busca de trabalho entre 1910 e 1940 (CUNHA, 2000; SILVA, 1993; PRANDI,

1991). Assim, o candomblé que surgiu em São Paulo guarda profundas relações com o Rio de Janeiro e a Bahia.

São muitos os babalorixás e ialorixás reconhecidos na bibliografia por promover essa rota triangular do candomblé entre Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, mas foi Joãozinho da Goméia o pai de santo mais influente na consolidação pública da religião no Sudeste. Na década de 1950, se observou uma relação entre o sacerdote, os terreiros fixados na Baixada Santista e certas casas de umbanda em São Paulo. Vavá Negrinha, Seu Bobó, Seu José de Oxóssi, e Mãe Toloquê,¹⁰⁰ foram alguns dos pais e mães de santo¹⁰¹ responsáveis por esse trânsito entre Santos e São Paulo. Nesse primeiro momento, as nações de candomblé¹⁰² reproduzidas em São Paulo foram as mesmas presentes no Rio de Janeiro e mais difundidas na Bahia: queto, efã, angola, jeje-marrim e caboclo.

É importante colocar que o intercâmbio responsável pela chegada e expansão do candomblé em São Paulo não se deu apenas através de pais e mães de santo originários do Rio de Janeiro e da Bahia, que criaram uma rede de sociabilidade na cidade e iniciaram filhos, mas também quando os umbandistas paulistanos foram a essas mesmas cidades se iniciar no candomblé. Sacerdotes iniciados no candomblé no Rio de Janeiro ou na Bahia migraram para São Paulo e abriram terreiros na cidade. Mesmo quando esses migrantes já “feitos” começaram suas carreiras em São Paulo abrindo casas de umbanda, para posteriormente passarem a tocar candomblé. Por fim, também através dos filhos que foram iniciados em São Paulo por mães e pais de santo que, por sua vez, também foram iniciados na cidade (PRANDI, 1990b).

No tocante ao papel de Joãozinho da Goméia na disseminação do candomblé em São Paulo, entre meados dos anos 1950 e começo dos anos 1960, o babalorixá socializava com importantes líderes umbandistas de São Paulo. Muitos dos primeiros personagens do candomblé de São Paulo foram iniciados por ele. No Parque Peruche, o pai de santo foi responsável por iniciar Isabel de Omulu ou Iya Kateçu, em 1962, ialorixá do terreiro Ilé Ìyá Mí Òsún Mùiywá, e sua filha carnal e herdeira de santo Iya Wanda d'Osun (Mãe Wanda), em 1964.¹⁰³ A trajetória religiosa dessas duas mulheres negras, apurada na entrevista de Mãe Wanda concedida à pesquisadora e na bibliografia, é importante para compreender a prática da umbanda em São Paulo e a expansão do candomblé na cidade a partir do contato com líderes religiosos cariocas.

¹⁰⁰ Mãe Toloquê (Regina Célia dos Santos Magalhães) foi iniciada ainda na Bahia por Joãozinho da Goméia. Mudou-se para o Rio de Janeiro nos anos 1940, onde tocou candomblé por seis anos. Nos anos 50 desceu para Santos, onde fundou o terreiro o Axé Obioju, à Rua Prof. Francisco Domênico, 584, no Bom Retiro (PRANDI, 1990b).

¹⁰¹ As expressões pai ou mãe de santo, bem como filho ou filha de santo, vem da noção de “famílias-de-santo”, que “designa no candomblé um grupo de adeptos que têm relações de parentesco mítico estabelecido principalmente através da iniciação. Uma vez iniciada, a pessoa torna-se filha-de-santo de seu iniciador, isto é, do seu de agora em diante pai ou mãe-de-santo e terá na comunidade religiosa irmãos, primos, tios, avôs etc. “no santo” (SILVA, 1993, p.29)

¹⁰² Nação no “(...) candomblé, expressa uma modalidade de rito em que, apesar dos sincretismos, perdas e adoções que se deram no Brasil, e mesmo na África, de onde procediam os negros, um tronco linguístico e elementos culturais de alguma etnia vieram a prevalecer” (PRANDI, 1990b, p.19).

¹⁰³ Mãe Wanda herdou a casa de candomblé e o ofício de costureira após o falecimento de sua mãe carnal, em 2001.

Isabel de Omulu frequentou a umbanda durante 25 anos antes de se iniciar no candomblé, em razão de problemas espirituais (OLIVEIRA, 2002). Migrante de Guariba (SP), frequentou casa de umbanda no centro de São Paulo antes de se mudar da Barra Funda para o Parque Peruche com os filhos na década de 1940. Na Zona Norte, Isabel de Omulu frequentou inicialmente o terreiro de umbanda da Dona Lucrécia, na rua Epaminondas Melo do Amaral (**Figura 1**). Nos anos de 1960, a umbandista já não conseguia auxiliar a mãe carnal de Mãe Wanda com os seus problemas espirituais. Na ocasião, Dona Isabel foi apresentada a Ya Tolu, filha de santo de Joãozinho da Goméia, que a orientou a se consultar com o babalorixá. Na época, o pai de santo frequentava a casa de umbanda do Tenente Eufrásio, nas imediações do Chora Menino (**Figura 22**), e jogava búzios para quem o quisesse. Após consultar Joãozinho da Goméia, Dona Isabel foi ao Rio de Janeiro para ser iniciada no candomblé pelo pai de santo, em 1961. Em 1964, Mãe Wanda foi iniciada pelo babalorixá. No barracão no baixo Peruche, próximo ao córrego Mandaqui (**Figura 22**), que abrigava práticas de umbanda, passou a tocar candomblé, nascendo nesse chão o Terreiro Ilé Ìyá Mí Òsún Mùiywá.

(...) E aí minha mãe frequentava o terreiro de uma senhora lá em cima - - () o nome dela? -- e::::: e ela::::: e ela frequentava lá também! A maioria do pessoal daqui frequentava o terreiro dessa senhora. E::::: até hoje ela::::: você vê ela fez (santo), assim como eu, minha mãe também... Foi minha mãe... foi ela quem levou minha mãe pra fazer santo com o Seu João da Goméia do Rio de Janeiro... Aí todo mundo já foi se ajeitando e cada um... quem ficou com Umbanda ficou, quem não ficou já foi mais Candomblé... Na época era Umbanda, depois:::::que mudou (...)

Salvador eu não me lembro! Salvador não tinha muita ligação não. Tinha ligação com o Seu João da Goméia porque ele vinha pra São Paulo pra casa do Tenente Eufrásio, no terreiro dele, que é/era - - não sei - - na frente do::::: do cemitério Chora Menino! E Seu João juntou - - essa época aqui ele tava aqui jogando - - jogou [búzios] pra todo mundo e tal, e geralmente tinha um barco - - o barco é quando entra várias pessoas, né - - e o barco da minha mãe foi quinze pessoas! O barco da minha prima foram vinte e três pessoas - - e é assim, ele não botava barco, ele botava navio, transatlântico, ele só botava coisas né - -. E eu não me lembro dessa época de gente de Salvador aqui não. Ah não, não me lembro! Tinha assim, essa Dona Maria de Xambá que era lá em cima da Casa Verde Alta, ela - - minha tia fez santo com ela - - ela era baiana. Não é baiana, não, ela era pernambucana. De Pernambuco... (...) (MÃE WANDA, 09-02-2019).

O trecho da entrevista de Mãe Wanda transcrito é importante para a compreensão da chegada do candomblé em São Paulo e sua relação com os negros do Rio de Janeiro e da Bahia. Primeiro, devemos chamar atenção para o grande número de pessoas iniciadas no candomblé por Joãozinho da Goméia. O barco a que Mãe Wanda faz referência em seu relato é parte do ritual de iniciação ou feitura de santo, o Barco de Iaô. Conforme explicado pela mãe de santo entrevistada, o barco é composto por um mínimo de um filho de santo e um máximo de sete. Os barcos realizados por João da Goméia, com 15 Iaôs, são extremamente raros.

Outro ponto que nos chama a atenção na reconstituição da trajetória religiosa de Isabel de Omulu e Mãe Wanda, foi a relação entre Joãozinho da Goméia e o Tenente Eufrásio, figura mais proeminente da história da umbanda paulista (PRANDI, 1990b). A ligação do babalorixá com o terreiro de umbanda, localizado, segundo Mãe Wanda, nas imediações do Cemitério Chora Menino, na Av. Imirim, se apresenta como elemento importante para o

contato do babalorixá com os umbandistas chefes de casas estabelecidas na Zona Norte de São Paulo naquele período (**Figura 22**).

Em relação ao intercâmbio ocorrido em função das andanças de pais e mães de santo, apesar de Mãe Wanda afirmar em sua entrevista que não havia um contato direto entre os terreiros do Peruche e as casas de Salvador, a trajetória religiosa de Joãozinho da Goméia não deixa dúvidas sobre o trânsito entre Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Além do mais, a lembrança de Mãe Wanda sobre a ielorixá Dona Maria de Xambá, migrante de Pernambuco, aponta mais uma vez para esse intercâmbio sob o qual nasce o candomblé de São Paulo. Reginaldo Prandi (1990b) nota, em seu trabalho, essa ligação entre os candomblés de São Paulo e de Pernambuco, que aconteceu em menor grau em comparação com o triângulo Bahia, Rio e São Paulo. A trajetória religiosa de Mãe Manaundê, ielorixá que fundou o Terreiro de Candomblé Santa Bárbara na Vila Brasilândia, também nos permite inferir que as influências que estabeleceram o candomblé paulistano perpassam essa rota triangular.

Nascida no sul da Bahia, Mãe Manaundê (Julita Lima da Silva) foi iniciada no candomblé em Salvador por Mãe Nanã, Erundina Nobre Santos. Quando essa última migrou para a cidade de Aracaju, em Sergipe, levou consigo sua filha de santo. Em 1962, Mãe Manaundê e seu marido migraram de Aracaju para São Paulo, onde se estabeleceram na Vila Brasilândia. No mesmo ano, na rua Ruiva nº90, Mãe Manaundê estabeleceu o Terreiro de Candomblé Santa Bárbara e o registrou em cartório sob o nome de Tenda Espírita Oiá Dilê. Com isso, seu terreiro se tornou o primeiro a ser registrado como de “candomblé” (SÃO PAULO, 2019; NETO, 2014; SILVA, 1993; PRANDI, 1990a, 1990b). É digno de nota que a primeira casa a ser registrada em cartório como terreiro de candomblé tenha se estabelecido na Brasilândia, nos primeiros anos de sua ocupação. Conforme demonstramos no **Capítulo 4** deste trabalho, a população negra conformou parcela expressiva do primeiro contingente populacional a ocupar a Brasilândia. Ademais, em 1980, esse grupo representava 42,4% dos 176.265 habitantes do distrito da Brasilândia.

Atualmente, o Terreiro de Candomblé Santa Bárbara resiste no mesmo chão sob a ialorixá Pulquéria de Oya, que herdou a casa de Mãe Manaundê após sua morte, em 2004. No ano de sua morte, o terreiro foi registrado como Sítio Histórico Religioso pelo IPHAN e incluído no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Esse fato se deu após um longo processo de luta e resistência travado por Mãe Manaundê e seus filhos de santos pela preservação do terreiro, que desde a década de 1990 vinha sendo ameaçado de despejo para viabilização de obras viárias (NETO, 2014).

Em 2019, através da Resolução SC-35, de 19-12-2019, o CONDEPHAAT reconheceu o Terreiro de Candomblé Santa Bárbara como um dos primeiros terreiros abertos em São Paulo, bem como o primeiro a ser registrado em cartório como tal. Ou seja, compreendendo a importância da conservação de seu chão e espaço para preservação das práticas religiosas de matriz africana na cultura brasileira, decidiu-se pelo tombamento cultural do Terreiro de Candomblé Santa Bárbara. Os elementos a serem protegidos são o perímetro do lote do terreiro, bem como as áreas de culto do imóvel (**Figura 24**) (Resolução SC-35, de 19-12-2019). O processo de tombamento e sua resolução também foram uma conquista da luta pela

preservação do terreiro em seu chão originário, iniciada por Mãe Manaundê e seus filhos de santo na década de 1990.

Assim, a história do Terreiro Ilé Ìyá Mí Òsún Mùíywá, no Parque Peruche, e do Terreiro de Candomblé Santa Bárbara, na Vila Brasilândia, são importantes chaves de análise que nos aproximam do processo da chegada e expansão do candomblé em São Paulo, e como ele se deu a partir da relação entre os pais e mães de santo da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. O caso do Terreiro de Candomblé Santa Bárbara se torna exemplar para compreensão da influência dos fluxos migratórios para São Paulo, em meados do século XX, na constituição de práticas religiosas de matriz africana na cidade. As casas de candomblé evidenciam uma rede religiosa que também ajuda a caracterizar o Parque Peruche e a Brasilândia como territórios negros.



Figura 24: Perímetro de Proteção do Terreiro de Candomblé Santa Bárbara e planta esquemática dos elementos protegidos

Fonte: Anexo I e II da Resolução SC-35, de 19-12-2019.

Samba paulista e samba carioca: os casos da Escola de Samba Unidos do Peruche e a Sociedade Rosas de Ouro

O samba paulista tem suas raízes nas festas de caráter religioso-profano afro-brasileiras das cidades do interior de São Paulo, como o batuque de Pirapora e as congadas¹⁰⁴ (AZEVEDO, 2014; MESTRINEL, 2010). Nos primeiros anos do século XX, a Festa de Bom Jesus de Pirapora se tornou meio de sociabilização negra, reunindo homens negros de Sorocaba, Tietê, Campinas, Ribeirão Preto e São Paulo (OLIVEIRA, 2008; SANTOS, 2018). Essa população encerrava os festejos com batuques¹⁰⁵ após a procissão e missas que compunham a parte sagrada da festa. Em 1910, o samba de Pirapora já era praticado em três núcleos urbanos de São Paulo: Bexiga, Barra Funda e Baixada do Glicério (AZEVEDO, 2014).

Com o passar dos anos, o samba praticado nas festas em Pirapora gerou um incômodo em certos setores da cidade, como a Igreja Católica. Em 1937, foi proibida a prática do batuque nos barracões, o que acarretou na repressão policial contra a manifestação. A desestruturação do samba de Pirapora levou ao empobrecimento da Festa de Bom Jesus. Com a articulação dos cordões e escolas de samba na cidade de São Paulo nasceu um novo espaço para a prática social e cultural do negro (OLIVEIRA, 2008; SILVA, 2018). O samba que se desenvolveu nesses meios também foi influenciado pela congada, que serviu como meio de iniciação para muitos sambistas que nasceram na zona rural e posteriormente migraram para a cidade de São Paulo.¹⁰⁶ Personagens importantes para a história da Escola de Samba Unidos do Peruche e a Sociedade Rosas de Ouro, como Seu Carlão,¹⁰⁷ Geraldo

Filme¹⁰⁸ e Zeca da Casa Verde,¹⁰⁹ vivenciaram o samba praticado em Pirapora e as congadas da Festa de São Benedito. O disco *Plínio Marcos em prosa e samba, com Geraldo Filme, Zeca da Casa Verde e Toniquinho Batuqueira*, gravação de 1974 resultante de uma série de espetáculos realizados entre 1970 e 1937, apresenta canções que recuperam a história do samba paulista (MARCHEZIN, 2016). Dentre as faixas, as composições *Tradições e Festas de Pirapora*¹¹⁰ e *De Pirapora a Barueri*, de Geraldo Filme, e *Congada*, de Zeca da Casa Verde, trazem a vivência dos sambistas no samba de Pirapora e na congada.

Congada

Boa noite minha gente
Congada vai começar
Louvando São Benedito
E o Povo do lugar
A Senhora do Rosário foi quem nos permitiu
Por isso canta meu povo
Porque o canto sempre existiu

Gente abra as suas portas

É dia de festa
Do negro santo
Que traz no colo
O branco Jesus menino ai ai
Vim saldar a São Benedito
(Zeca da Casa Verde, 1974)

Tradições e Festa de Pirapora

Pirapora, é! Pirapora, é!
Bate o bumbo négo
Quero ouvir o boi gemer
Lá no jardim era festa de branco
A banda tocava um dobrado
As negras gritavam pregões
E as moças casadoiras procuravam namorado
No barracão a raça sambava a noite inteira
Batia zabumba, jogava rasteira
Ô, oôôô, cantando
alegre a loa de um
trovador
Tem branco no samba?
Tem sim senhor
Ele é batuqueiro, San-
dinha, ou é cantador?
(Geraldo Filme, 1971)

¹⁰⁴ As congadas integram o cortejo do festejo a São Benedito e “representam a coroação dos reis de Congo, a luta entre reinos africanos ou batalhas entre mouros e cristãos. Elas acontecem desde que os primeiros africanos escravizados aqui chegaram e foram assumindo, ao longo da história, diferentes características em cada lugar do Brasil. Há nesse festejo popular uma mistura de elementos da tradição africana com o culto aos santos católicos padroeiros dos escravos” (MUNANGA, GOMES, 2006, p.147-148 apud SANTOS, 2018, p.96).

¹⁰⁵ O samba que seguia as festividades de cunho sagrado ao padroeiro de Pirapora era praticado nos barracões oferecidos pela organização do evento para o alojamento da população negra. Esses espaços eram vistos pela população branca como “lugar de promiscuidade, feitiçaria e o frenesi dos corpos ardentes pelo ruído dos tambores.” (OLIVEIRA, 2008). Esses barracões também abrigavam as “nega-véia” quituteiras que faziam quitutes ali mesmo, ou já traziam comida pronta.

¹⁰⁶ Conforme já expusemos neste trabalho, as Irmandades de São Benedito - instituição sob a qual as congadas são promovidas - se constituíram em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e regiões do interior paulista, localidades cujo os habitantes viriam a compor a população migrante que chega em São Paulo a partir de 1930.

¹⁰⁷ Seu Carlão do Peruche, nascido em 1930, no bairro da Barra Funda da cidade de São Paulo, teve sua iniciação no samba através do batuque de Pirapora e rodas de samba que ocorriam no Largo da Banana, onde também conheceu Geraldo Filme e Zeca da Casa Verde. Na década de 1940, após se mudar com a família para o bairro da Liberdade, desfilou no bloco Flor de Bosque, no Bosque da Saúde, e na escola de samba Lavapés como ritmista. Com 17 anos, mudou-se para o Parque Peruche, onde em 1955 fundou junto a amigos a escola de samba Unidos do Peruche. No entanto, a escola foi registrada apenas no ano seguinte, em 1956 (SEU CARLÃO, 08-11-2018; SANTOS, 2018).

¹⁰⁸ Geraldo Filme foi um consagrado compositor e intérprete de samba paulista, que nasceu em 1927, na cidade de São Paulo, mas foi registrado na cidade de seus familiares, São João da Boa Vista, em 1928. Em 1933, mudou-se com a família para a cidade de São Paulo, onde estabeleceram residência nos Campos Elísios. Quando criança, entregava marmitas para a mãe, o que lhe proporcionou circular pela cidade e vivenciar o samba da Barra Funda, no Largo da Banana. Geraldo Filme já trazia consigo uma bagagem musical que construiu a partir dos batuques e da exposição ao pai, que também era músico. Já na década de 1940, integrou o cordão carnavalesco Paulistano da Glória, onde contribuiu também como compositor, até que foi para a escola de samba Unidos do Peruche, na década de 1960. Além das agremiações Paulistano da Glória e Unidos do Peruche, Geraldo Filme também colaborou em escolas de samba como Camisa Verde e Branca e Vai-Vai (SIQUEIRA, 2018; AZEVEDO, 2006).

¹⁰⁹ Zeca da Casa Verde nasceu em 1927, em uma cidade do interior de São Paulo. Ainda criança foi iniciado nas congadas por seu pai, Zé da Manquinha, que era capitão de congada. Quando criança, junto com Geraldo Filme, vivenciou o samba praticado no Largo da Banana e integrou o cordão Paulistano da Glória. Posteriormente, passou pelas escolas de samba Camisa Verde e Branca, na Barra Funda, e Morro da Casa Verde, no Parque Peruche, onde se consagrou como sambista e ficou conhecido como Zeca da Casa Verde. Já na Brasilândia, Zeca foi o responsável pelos primeiros sambas enredos da escola de samba Sociedade Rosas de Ouro, após a sua fundação, em 1971. O sambista, junto a Geraldo Filme, Toniquinho Batuqueiro e Talismã, foi um personagem importante para o desenvolvimento do samba paulista (MARCHEZIN, 2016; ZECA..., 2012; AZEVEDO, 2006).

¹¹⁰ Originalmente, o samba *Tradições e Festa de Pirapora* foi composto para ser samba enredo da escola de samba Unidos do Peruche, em 1971.



Figura 25 e 26: Batuque em Pirapora durante Festa de Bom Jesus de Pirapora.
Fonte: Reprodução Acervo Instituição de Estudos Brasileiros (USP) apud AZEVEDO, 2006.



Os anos de 1920 e 1930 assistiram à consolidação dos cordões carnavalescos e sua posterior conversão em escolas de samba. Em 1937, foi fundada a primeira agremiação paulista, a Lavapés, pela Madrinha Eunice e seu marido, Francisco Papa. O crescimento das escolas de samba de São Paulo nas décadas seguintes fez com que essas instituições estabelecessem parcerias e apoios com o governo, o comércio local, as rádios e os jornais. A atuação conjunta dessas organizações indica que havia uma tendência para que os eventos paulistanos emulassem os cariocas,¹¹¹ em razão da grande influência do carnaval do Rio de Janeiro entre os sambistas paulistas. Essa relação proporcionou a troca de práticas e saberes entre as duas metrópoles, através das visitas realizadas por carnavalescos de São Paulo à então capital do país. Figuras como Dionízio Barbosa (Camisa Verde e Branco), Carlão do Peruche (Unidos do Peruche), Madrinha Eunice (Lavapés) e Seu Nenê (Nenê de Vila Matilde) foram personagens responsáveis por esse intercâmbio (BARONE, SILVA, SANTOS, 2021; AZEVEDO e OLIVEIRA, 2018). Seu Mané, ou Manezinho,¹¹² também trouxe a São Paulo um repertório que combinava o samba carioca e o paulista (SANTOS, 2018). O primeiro mestre-sala nasceu em Conceição da Aparecida (MG), em 1937, e foi criado até os 10 anos de idade no Rio de Janeiro. No ano de 1947, durante suas férias escolares, Manezinho visitou sua avó materna, que morava na rua Santa Eudóxia, no Parque Peruche. Com 13 anos de idade, se mudou definitivamente para a casa da avó. Manezinho introduziu aos paulistas o baliza, conhecido em São Paulo como mestre-sala, que já compunha os desfiles do Rio de Janeiro.¹¹³ Aos 18 anos de idade, ele passou a sair na Unidos do Peruche como mestre-sala. Manezinho também desfilou por outras escolas como mestre-sala, como a Rosas de Ouro, na Vila Brasilândia, em 1974.

O contato entre os sambistas paulistas e cariocas ocorreu a partir dos anos de 1930, quando os grupos negros e pobres marginalizados lutaram pela legitimação e legalização do batuque no cenário da urbanização intensa que ocorria em São Paulo. Com o interesse da elite branca paulista voltado para o “progresso”, os núcleos de samba que ocupavam as regiões centrais, como Bexiga, Barra Funda e Baixado do Glicério, foram empurrados para as margens da cidade (SILVA, 2018). Foi nesse contexto que nasceram as escolas de samba Unidos do Peruche e Sociedade Rosas de Ouro, em 1956 e 1971, respectivamente. Ao mesmo tempo, na cidade do Rio de Janeiro o desenvolvimento do samba desfrutava de apoio institucional municipal em razão do interesse do governo de Getúlio Vargas de forjar uma “identidade nacional” a partir da manifestação do carnaval, como prática do grupo negro (ALBERTO, 2011; AZEVEDO e OLIVEIRA, 2018). Nesse cenário, apesar do intercâmbio entre os sambistas paulistas e os cariocas, a oficialização dos desfiles de carnaval em São Paulo ocorreu apenas na década de 1960, enquanto no Rio de Janeiro a festa foi institucionalizada em 1935.

¹¹¹ Em 1932, a Prefeitura de São Paulo criou um concurso de músicas e marchas carnavalescas, à luz dos “eventos cariocas”. Apesar de passageira, a iniciativa foi vista como uma indicação a favor da municipalidade ao carnaval (AZEVEDO e OLIVEIRA, 2018).

¹¹² José Lino dos Reis, ou Manezinho, foi o primeiro mestre-sala do carnaval paulistano e desfilava pela Escola de Samba Unidos do Peruche.

¹¹³ Manezinho teve a oportunidade de conhecer “o maior mestre-sala do mundo”, o delegado Hélio Laurindo da Silva (1921-212), nas ocasiões em que frequentou a Estação Primeira da Mangueira, no Rio de Janeiro, com sua mãe (SANTOS, 2018).

Na década de 1960, o samba paulista ganhou força em razão da visibilidade dada pelas rádios às composições. O período também foi marcado por encontros entre sambistas e estudiosos do ritmo (SILVA, 2020; CUNHA, 2000; AZEVEDO e OLIVEIRA, 2018). Buscando os jornais digitalizados disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, constatamos que esses encontros foram amplamente divulgados pela mídia carioca. Nos anos de 1962 e 1963, foram organizados o 1º e o 2º Congresso Nacional do Samba, respectivamente, na cidade do Rio de Janeiro. Os encontros tinham por objetivo discutir a preservação das práticas tradicionais do samba frente à pressão da fábrica de discos para a importação do ritmo (1º CONGRESSO, 1962; O QUE DIZEM, 1962). Em 1966 e 1967, ocorrem, na cidade de Santos, o 1º e o 2º Simpósio do Samba, respectivamente. O 3º Simpósio do Samba aconteceu no Rio de Janeiro, em 1969. Os simpósios também receberam a cobertura dos jornais cariocas, que frisaram a participação de agremiações do Rio de Janeiro, São Paulo e outros Estados (GUANABARA, 1967). Esses encontros procederam a relação entre os sambistas cariocas e paulistas que havia se iniciado na década de 1930 e se estreitado com o passar do tempo.

Além desse intercâmbio direto, o trânsito de sacerdotes do candomblé entre o Rio de Janeiro e São Paulo já observado neste texto também pode ter influenciado a troca de práticas e saberes relacionados ao samba entre as duas metrópoles. Diferentemente das origens do samba paulista, o ritmo carioca nasceu de práticas ocorridas nos terreiros de candomblé. Nos primeiros anos do século XX, o samba do Rio de Janeiro era praticado e desenvolvido em reuniões promovidas nas casas dos pais e mães de santo oriundos da Bahia, responsáveis pela difusão do candomblé na cidade carioca (CUNHA, 2000). O batuque não se sobreponha aos rituais religiosos, ocorrendo como meio da população negra reforçar suas formas de sociabilidade e seus padrões culturais, marginalizados há séculos.

Os grupos baianos de Salvador que já possuíam experiências anteriores em organizar-se em associações ou irmandades, que cumpriam funções de assistência social junto aos chamados ‘irmãos de cor’, vão instalar suas moradias em bairros como a Saúde, ou próximos aos cais do porto, locais onde os preços dos alugueis eram mais acessíveis; outros, ainda, se alojavam nos cortiços em zonas centrais da cidade. A vivência destes aglomerados urbanos na organização de agrupamentos festeiros e de liderança aos rituais do candomblé trazem uma garantia de continuidade da vida mística e lúdica no Rio de Janeiro do início do século XX (CUNHA, 2000, p.13-14).

Em um contexto histórico e social onde o Estado adotava uma política ao mesmo tempo paternalista e repressiva em relação à cultura popular, o contato que alguns pais e mães de santo mantinham com as autoridades policiais foi importante para garantir o desenvolvimento das atividades de sociabilidade negra. Hilária Batista da Silva, Tia Ciata, foi uma entre os líderes religiosos que conseguiu promover o samba em seu terreiro, no Rio de Janeiro livre das repressões policiais. Foi em um encontro nesse espaço que nasceu o famoso samba Pelo Telefone, apesar da polêmica que envolve a sua composição. O samba teria sido gravado pelo sambista Ernesto dos Santos (Donga) em 1913, mas foi fruto de uma composição conjunta com o carnavalesco João da Mata, o maestro Germano e a própria Tia Ciata (MOURA, 1995). Um pai de santo notório no circuito do candomblé que manteve intrínsecas relações com o samba que vinha sendo produzido nos morros cariocas foi Joãozinho da Goméia (LODY, 2002; PEREIRA, 2018). Entre 1950 e 1970, o babalorixá participou ativamente do

carnaval carioca, saindo em desfiles e coreografando algumas alas. Por isso, acreditamos que sua presença no Parque Peruche na década de 1960 também pode ser indicada como evidência do trânsito entre o samba carioca e o paulista.

A recuperação da memória comunitária para a resistência dos territórios negros do presente

O estudo das instituições negras do Parque Peruche e da Vila Brasilândia nos permite inferir a conformação de uma rede de resistência que se conformou desde os primeiros anos de ocupação desses bairros, e que foi importante para a estruturação de famílias negras dignas. A recuperação da história dessas organizações, bem como a reconstituição das relações intrarregionais e inter-regionais que as estruturaram e consolidaram, demonstra a potência cultural e social de territórios que foram associados à pobreza e à marginalidade. No caso da Vila Brasilândia, demonstramos como a construção desse imaginário popular e midiático negativo esteve associado à presença expressiva de uma população negra em seu território.

A força dessas instituições atravessou os anos e resistiu aos processos que incorporaram seus territórios à mancha urbana, ainda que de forma dúbia, e à repressão.¹¹⁴ Mesmo que as duas agremiações carnavalescas analisadas neste trabalho, Unidos do Peruche e Rosas de Ouro, tenham saído dos seus territórios de origem, seus legados seguem enraizados no Peruche e Brasilândia, assegurando o seu laço com as comunidades desses bairros. A atuação de instituições negras contemporâneas nesses mesmos territórios demonstra como as noções de comunidade e promoção de condições dignas foram transmitidas e impulsionam as comunidades negras do Parque Peruche e Brasilândia atualmente. Os trabalhos de personagens como Akins Kintê e as instituições do Samba do Congo, do Preto Império, e da Terça Afro, são exemplos disso.

Akins Kintê, poeta e cineasta paulistano nascido e criado na Brasilândia, busca para as suas produções referências na oralidade, literatura escrita, áudio visual, rap, samba e candomblé (AKINS..., 2020). O artista trabalhou na direção de documentários como *Zeca: o poeta da Casa Verde* e *Várzea: a bola rolada na beira do coração*, que recuperaram a história do sambista Zeca da Casa Verde e do futebol de várzea, respectivamente. Sua arte busca fortalecer e reconhecer espaços de negritude que constroem famílias negras dignas. Desde 2013, ocorrem no quintal da casa da matriarca da família Kintê o Sarau no Kintal, na Brasilândia, que envolve toda a família Kintê. Segundo o próprio Akins Kintê, desde que se estabeleceu no bairro através da Vovó Nelsina, nos primeiros anos de ocupação da Brasilândia, a casa é um espaço aberto para toda a comunidade. O Sarau no Kintal se propõe a ser um espaço de aquilombamento¹¹⁵ para a comunidade, onde as pessoas possam se encontrar e se manifestar

¹¹⁴ Entre 1890 e 1940, as religiões de matrizes africanas eram criminalizadas pelos Códigos Penais de 1890 e 1940. Já o samba, apesar de não ser enquadrado como crime nos códigos mencionados, os sambistas que eram flagrados praticando o ritmo eram detidos pelos crimes de vadiagem (OLIVEIRA, 2015; ZECA..., 2012; FAMÍLIAS ..., 2010).

¹¹⁵ Aquilombar-se é se organizar em torno de espaços que possam gerar a reflexão e ação de mudanças da realidade imposta (JÚNIOR, Joselicio. É tempo de se aquilombar. *Revista Forum*, [s.l], 29 abr. 2019).

politicamente.

Malungo¹¹⁶

Porque povo somos nós
E não somos o invés
Solto à sorte estamos a sós
Juntando quaisquer réis
Alvo assim dos playboys
No pulso seus anéis
Preso nossos pés
Embargada nossa voz
Acredito no invés
Nós assim por nós
Unindo forças através
E não ser isca de anzóis
De pálidas cascavéis
Pra gente outros faróis
Livre albatroz
Remo firme dos batéis
E nós assim por nós
E já foi invés

Um tempo triste e atroz
Embaixo do convés
Maldade assim veloz
De milhão foi mais de dez
Pro prazer dos coronéis
Pra fome do feroz
Prefiro o invés
Nós assim por nós
Massacrando os cruéis
Defendendo os avós
Pra não ter revés
O segredo dos ebós
Bagunçando o algoz
Confundindo os infiéis
Se assim nós por nós
Não seremos invés
Arriba dos bemóis
Sem limite os decibéis
Embaixo dos lençóis
Eternizando os cordéis

Outro rumo pros papéis
Na manhã dos arreboís
E não ser o invés
Nós assim por nós
Desbravando as marés
Na boca dessa foz
Outro rumo pras galés
Atitude muita e após
Como foram meus heróis
Olhar firme e não viés
É pra nós que é de nós
Não alimentar o invés
Nos corações paiois
Nos desesperos pontapés
Brotar na gente sóis
Enche de riso os tonéis
Saber quem tu és
É saber quem somos nós
(Akins Kintê, 2016)

122

a ocupação da zona norte e a racialização do espaço urbano

A Frente de Resistência Samba do Congo, roda de samba com sede no Sítio do Morro Grande, bairro adjacente à Vila Brasilândia, no distrito da Brasilândia, também desenvolve um trabalho no território em prol do fortalecimento da comunidade da brasa. O grupo nasceu em 2011 a partir de um grupo de amigos que se encontravam informalmente em um bar do Morro Grande. O Samba do Congo visa promover o aquilombamento da comunidade da Brasilândia através do resgate da ancestralidade, via samba (NOSSA QUEBRADA..., 2016; FERNANDO RIPOL, 19-10-2021). Se apropriar da cultura ancestral praticada na “quebrada” é se apropriar da própria história. Acreditando que a música é uma ferramenta de transformação “sociocultural cidadã”, o grupo promove aulas de música para crianças e adolescentes da comunidade.

Em 2016, o Samba do Congo gravou o seu primeiro disco, com composições próprias, que trazem sua discografia sambas que recuperam a história do samba rural e do samba paulista (*Café Torrado e Homenagem às comunidades de samba de São Paulo*), e sambas que exaltam a Brasilândia e a força negra (*Nossa Quebrada e Força Negra*). A gravação que encerra o disco é o *Manifesto do Sarau da Brasa*, do coletivo cultural da Brasilândia Sarau Poesia na Brasa,¹¹⁷ que anuncia que o armamento, via informação, caneta, microfone, será o meio de emancipação da população negra.

Força Negra

Quando o tambor bate forte levanta a poeira
Sentindo a cadênci a alma incendeia
E o corpo se rende ao dom de batucar
Nossa semente plantada essa hora semeia
E o fruto colhido e a alegria alheia
Fazendo da festa um grande comungar
Nessa corrente o canto de torna oração
Trazendo no peito toda a gratidão
Respeito e história e força ancestral
Finda quarta-feira inicia esta missão
Vem da força negra, esta bandeira é tradição
(Samba do Congo – Fernando Ripol, Nado, Léo Gomes -, 2016)

Manifesto do Coletivo Cultural Sarau da Brasa

A elite encontra-se nos grandes centros comerciais, rodeada pelas periferias que ela própria inventou/ A periferia se arma e apavora a elite central/ Nas guerras das armas, os ricos reprimem os favelados com a força do Estado através da polícia/ Mas agora é diferente, a periferia se arma de outra forma/ Agora o armamento é o conhecimento, a munição é o livro e os disparos vem das letras/ Então a gente quebra as muralhas do acesso, e parte para o ataque/ Invadimos as bibliotecas, as universidades, todos os espaços que conseguimos, arrumar munição (informação)/ Os irmãos que foram se armar, já estão de volta preparando a transformação/ Mas não queremos falar para os acadêmicos, mas sim para a dona Maria e o seu José, pois eles querem se informar/ E a periferia dispara.

Um, dois, três, quatro livros publicados. A elite treme. Agora favelado escreve livro, conta a história e a realidade da favela que a elite nunca soube, ou nunca quis contar direito/ Os exércitos de sedentos por conhecimento estão espalhados dentro dos centros culturais e bibliotecas da periferia/ A elite treme/ Agora não vai mais poder falar o que quiser no jornal ou na novela, porque os periféricos vão questionar/ O conhecimento trouxe a reflexão e a reflexão trouxe a ação, e agora a revolta está preparada, e a elite treme/ Não queremos mais seu tênis, seus celulares. Não queremos mais ser mão de obra barata, e nem consumidores que não questionam a propaganda/ Queremos conhecimento e transformações nas relações sociais/ A elite treme/ Agora não mais enquadrados madames no farol, e sim queremos ter os mesmos direitos das madames/ E é por isso que a elite TEME (Sarau Poesia na Brasa, 2008).

Por fim, identificamos mais dois projetos idealizados por gestores culturais, que trabalham na chave da memória e na partilha do conhecimento para impulsionar os territórios onde estão inseridos e a população negra. Os projetos Preto Império, na Brasilândia, e o Terça Afro, no Parque Peruche.

O Preto Império é um coletivo fundado em 2018, na Vila Terezinha, no distrito da Brasilândia, que se propõe a ser um espaço de transformação social a partir do aprendizado coletivo e valorização das culturas negras, indígenas e tradicionais (Preto Império; DIMAS, 26-10-2021). Já o Terça Afro é um projeto que nasceu em 2012, na Cachoeirinha, a partir da mobilização de jovens monitoras do Centro Cultural da Juventude. Sua proposta é proporcionar um espaço de troca de saberes ancestrais e pesquisas que tenham como tema central o universo negro. Em 2015, o projeto se mudou para o Instituto Samba Autêntica na Brasilândia e, em 2017, retornou para o Centro Cultural da Juventude da Cachoeirinha. Finalmente, em 2019, a Terça Afro fixou endereço na Casa da Vó, no Parque Peruche. Tra-

116 Malungo era o termo usado pelos africanos escravizados trazidos para o Brasil para se referir a seu igual.

117 Movimento cultural fundado em 2008, que se propõe a ser um “lugar de encontro, de giro da palavra, de memória e criação de dias melhores” na periferia, para a periferia (Sarau Poesia na Brasa. Disponível em: <http://brasasarau.blogspot.com/>. Acesso em: 28 nov. 2021).

123
capítulo 5

ta-se de uma casa que pertence à avó de uma das gestoras culturais do Terça Afro. A primeira roda de conversa do projeto na Casa da Vó foi com a avó da fundadora que é dona da casa, e a segunda com a Dona Guga, uma das fundadoras da escola de samba Morro da Casa Verde¹¹⁸ (HARRY, 15-10-2021).

118 A Escola de Samba Morro da Casa Verde foi fundada em 1962, no Parque Peruche, e trata-se de uma das escolas de samba mais tradicionais de São Paulo (ZECA..., 2016; LIGA SP <<https://ligasp.com.br/escolas/morro-da-casa-verde/>>).



Figura 27: Organizações socioculturais negras do Parque Peruche e Vila Brasilândia da atualidade.

Os loteamentos originais do Parque Peruche e Vila Brasilândia correspondem aos perímetros destacados em pontilhado vermelho. (1) Samba do Congo (2) Preto Império. (3) Terça Afro.

Fonte: Elaboração própria sobre foto satélite Google Earth 2021.

Perímetro loteamentos originais Parque Peruche e Vila Brasilândia

conclusão

A recuperação da história dos bairros da Casa Verde, Parque Peruche e Vila Brasilândia nos permitiu compreender como as transformações urbanas das primeiras décadas do século XX e os interesses de agentes privados engendraram a conformação de territórios socialmente e racialmente segregados. A recuperação do debate em torno da obra de retificação do rio Tietê e do histórico das propriedades que originaram os loteamentos da Casa Verde, do Parque Peruche e da Vila Brasilândia evidenciou como as obras de “melhoramentos urbanos” implementadas pelo poder público reverberavam os interesses da elite paulistana. Ela teve papel determinante no crescimento espraiado da cidade e na sedimentação dos padrões de segregação ao atuar na proliferação de loteamentos precários na periferia e, simultaneamente, investir nas zonas mais valorizadas e integradas à cidade.

As entrevistas concedidas e acessadas neste trabalho permitiram formar uma compreensão do Parque Peruche e da Vila Brasilândia como territórios negros. As práticas culturais, religiosas e sociais negras formuladas nos primeiros anos de ocupação dos bairros e perpetuadas até os dias atuais, foram apreendidas a partir das memórias dos moradores e ex-moradores negros do Peruche e Brasilândia, bem como dos agentes culturais das instituições negras e militantes do movimento negro.

Confrontados com a bibliografia, jornais da época e fontes oficiais, esses relatos permitem reconhecer a expressiva presença negra na Zona Norte de São Paulo. A existência de organizações negras como o Terreiro Ilé Ìyá Mí Òsún Mùiywá, o Terreiro de Candomblé Santa Bárbara, a Irmandade de São Benedito da Casa Verde e do Parque Peruche, a Escola de Samba Unidos do Peruche e a Sociedade Rosas de Ouro, indica que no Parque Peruche e na Vila Brasilândia se estabeleceu uma rede de resistência. Essa desafiava a ordem social hegemônica e lutava pela superação da marginalidade do grupo negro. Reconhecer essas práticas e saberes é importante para prezarmos e preservarmos os valores reinventados pelos grupos afro-brasileiros, que não se esgotam nos estereótipos midiáticos veiculados junto à opinião pública. A luta pela equidade social, educação e promoção de cultura e lazer para a população negra estava sendo travada não apenas pelos intelectuais negros, mas também pela classe artística e pela própria população negra em geral.

A relação entre as organizações negras do Parque Peruche, da Vila Brasilândia e suas respectivas instituições do Rio de Janeiro e Bahia observada neste trabalho, evidencia práticas e saberes herdados, ressignificados, transformados e reelaborados como formas de resistência pelo grupo negro. A territorialidade do Parque Peruche e da Vila Brasilândia aqui reconhecida rompe não só as barreiras locais, mas também regionais ao ser composta em intercâmbio com os negros do Rio de Janeiro e da Bahia.

A população negra do Parque Peruche e da Vila Brasilândia resistiu ao racismo e às adversidades cotidianas sob o ponto de vista econômico em uma cidade que se expandiu e ainda hoje se estrutura a partir de práticas de exclusão social e racial. Apesar dessa resistência, observamos a dificuldade de parte dessa população negra de se manter nos bairros estudados após a chegada da infraestrutura e dos serviços básicos e do consequente aumento do custo de vida. Essa tendência evidencia a necessidade de estudos que operem na chave da interseccionalidade entre espaço urbano e raça, para que possamos compreender os proces-

sos de exclusão que a população negra vem sofrendo até os dias atuais nas cidades brasileiras. É desafiador reconhecer os territórios marcados pela sociabilidade negra em nossas cidades em razão da tendência urbanizadora embranquecedora.

referências

ALBERTO, Paulina. **Termos de inclusão:** intelectuais negros brasileiros no século XX. Tradução de Elizabeth Martins. Campinas: Editora Unicamp, 2017 [2011].

ANDRADE, Carlos Roberto M. de. "Putrid Miasmata": Higienismo e Engenharia Sanitária no século XIX. In: **Cadernos de Arquitetura**, v. 1, n. 2, p. 28–39, 1996.

ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. A presença dos moinhos hidráulicos no Brasil. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 23, n. 1, p. 133–193, jun. 2015.

ANGLIELI, Cecilia Maria de M. M. **Paisagens reveladas no cotidiano da periferia:** Distrito de Brasilândia, Zona Norte do Município de São Paulo. 2007. 281 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANDREWS, George Reid. **Brancos e negros em São Paulo (1888 - 1988)**. São Paulo: EDUSC, 1998.

ANTONUCCI, Denise. **Morfologia urbana e legislação urbanística:** Estudo de Setores de Bairros na cidade de São Paulo no Período de 1972/2002. 2005. 363 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

AZEVEDO, Amailton Magno. **A memória musical de Geraldo Filme:** os sambas e as micro-áfricas em São Paulo. 2006. 234 f. Dissertação (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

AZEVEDO, Amailton Magno. São Paulo negra: Geraldo Filme e a geografia do samba paulista. In: **Revista da ABPN**, v.6, n.13, p. 313-328, 2014..

AZEVEDO, Clara de Assunção; OLIVEIRA, Felipe Gabriel. Para além do Anhembi: as escolas de samba de São Paulo e outras práticas de sociabilidade. In: **Ponto Urbe** [online], 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/5906>>. Acesso em: out,2021.

BARBOSA, Eliana R. de Q.; SOMEKH, Nadia; MEULDER, Bruno de. O rio, a ferrovia e a marginal: infraestrutura e ambiente na ocupação da várzea do Tietê em São Paulo. In: **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 48, p. 527–553, 2020.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Liberdade e Punição: O que se reivindica na disputa pela identidade racial no bairro da Liberdade? In: **Cadernos do PROARQ (UFRJ)**, v. 1, n. 36, p. 74, jun. 2021.

_____. Estratégias de aquisição da casa própria: a trajetória de algumas famílias negras paulistanas nas décadas de 1920 a 1940. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 28, p. 1–40, 2020.

_____. Negra ou pobre? Migrante ou despejada? Carolina de Jesus e o enigma das classificações (1937-1977). **Afro-Ásia**, v. 59, n. 59, p. 43–75, 2019.

BARONE, Ana C. C.; SILVA, Gleuson P.; SANTOS, Maria G. F. Peruche, Carnaval e Metrópole. In: BARONE, Ana C. C.; SILVA, Gleuson P.; SANTOS, Maria G. F. (Org.) . **Samba**

e Cidade. São Paulo: Intermeios; FAUUSP, 2021.

BASTIDE, Roger. **O negro na imprensa e na literatura.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes [Departamento de Jornalismo e de Editoração], 1972.

BIAJOTI, Ruth Lavras. **Uma vila paulistana:** Vila Palmeira. 1979. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

BRITT, Andrew. Re/Mapping São Paulo's Geographies of African Descent. In: **Items, Insights from the social science**, [s.l], 25 fev. 2020. Disponível em: <https://items.ssrc.org/layered-metropolis/re-mapping-sao-paulos-geographies-of-african-descent/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

CAMPOS, Arthur Nogueira. Manuel Preto, o herói esquecido. In: **Revista ASBRAP**, São Paulo, n.3, p.107-122, 1996.

CAMPOS, Candido Malta. **Os Rumos da Cidade:** Urbanismo e Modernização em São Paulo. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO. Trajetória do negro no espaço paulistano, São Paulo: **Centro Cultural São Paulo**, 1988 (boneco de exposição).

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Fabiana Lopes. **Da marginalidade ao estrelato:** o samba na construção da nacionalidade (1917-1945). 2000. 260f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DEMINICE, Daniel. Positivismo: passagens de Saturnino de Brito sobre sua epistemologia.. In: Anais do XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Salvador: UFBA, 2021. v.1. p. 872-885.

DOMINGUES, Petrônio. **A insurgência do ébano:** a história da Frente Negra Brasileira (1931 – 1937). 2005. 341f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 5 ed. São Paulo: Globo, 2008, v.1. [1964].

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915/1963).** 1982. 278f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

HALL, Stuart. **Sociological Theories:** Race and Colonialism. Paris: Editora da UNESCO, 1980.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder:** movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Tradu-

- ção de Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- JORGE, J. Rios e Saúde Na Cidade De São Paulo, 1890-1940. In: **História e Perspectivas**, n. 47, 2012, p. 103-124.
- LEITE, Aureliano. **Pequena História da Casa Verde**. São Paulo: Elvino Pocai, 1939.
- LIMA, Regina. Vila Brasilândia: memória , identidade cultural e consumo de um bairro periférico paulistano. In: **Congresso Internacional Comunicação e Consumo**. São Paulo: PPGCOM ESPM, 2014.
- LODY, Raul. **Joãozinho da Goméia**: o lúdico e o sagrado na exaltação ao candomblé. In: Silva, Wagner Gonçalves (org). Caminhos da alma : memória afro-brasileira, São Paulo : Summus, 2002.
- LOWRIE, Samuel. O elemento negro na população de São Paulo. In: **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, v. 48, p. 5-55, 1938.
- LUCCHESE, Maria Cecília. A retificação e regularização do Rio Tietê no século XIX e os interesses a elas vinculados. In: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília: Editora FAU-UnB, 2014. Disponível em: <<https://shcu2014.com.br/território/377.html>>. Acesso em: 02 nov. 2021.
- _____. João Florence de Ulhôa Cintra: influências, amizades e profissão. In: **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v. 14, n. 1, p. 99, 2016, (Online). Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v14i1p99-105>. Acesso em: 02 nov. 2021.
- MARCELINO, Márcio Michalcuk. **A evolução urbana do Parque Peruche e sua gente**. São Paulo: Carthago Editorial, 2003.
- MARCHEZIN, Lucas Tadeu. **Um samba nas quebradas do mundaréu**: A história do samba paulistano na voz de Geraldo Filme, Zeca da Casa Verde, Toniquinho Batuqueiro e Plínio Marcos. 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MESTRINEL, Francisco de Assis Santana. O samba e o carnaval paulistano. **Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo do Estado**, São Paulo, n.40, fev. 2010.
- MICHEL, Aurélia. Como surge uma cidade: da transição metropolitana à transição democrática, 1920-1940. In: LANNA, Ana. L. D.; SOUCHAUD, Sylvain.; CYMBALISTA, Renato. (Org.). **Transições Metropolitanas e centralidades nas cidades brasileiras no breve século XX**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2019. p. 85-117.
- MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.
- NASCIMENTO, Débora Fernandes do. O Prefeito Antônio Prado e a população negra da cidade de São Paulo (1899 - 1911). In: **Anais do XVIII ENANPUR**. Natal: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019.
- NASCIMENTO, Larissa. "Lembranças eu tenho da Saracura": notas sobre a população negra e as reconfigurações urbanas do bairro do Bexiga. In: **Revista Intratextos**, v.6, n.1, p. 25-50, 2014.
- NETO, Onilu Pedro. Primeiro Terreiro de Candomblé de São Paulo será reaberto sábado, dia 13, na Vila Brasilândia. **Geledés**, [s.l.], 10 dez. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/primeiro-terreiro-de-candomble-de-sao-paulo-sera-reaberto-sabado-dia-13-na-vila-brasilandia/>. Acesso em: 04 dez. 2021.
- OLIVEIRA, A. B. K. DE. **Do combate às enchentes ao aproveitamento adequado das águas**: uma análise dos projetos de Saturnino de Brito para o rio Tietê entre 1905 e 1938. 2015. 68 f. Monografia (Bacharel em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.
- OLIVEIRA, Reinaldo José de. **A Presença do Negro na Cidade**: Memória e Território da Casa Verde em São Paulo. 2002. 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- _____. **Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo**: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela. 2008. 330 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- PASTERNAK, Suzana. Loteamentos irregulares no Município de São Paulo: Uma avaliação espacial urbanística. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 34, 24 jan-jun. 2010.
- PEREIRA, Rodrigo. **Memórias do Terreiro da Goméia**: entre a sacralidade e a dessacralização. In: V!RUS, São Carlos, n.16, 2018 [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus16/?sec=4&item=1&lang=pt>> Acesso em: out, 2021.
- PRANDI, Reginaldo. Linhagem e legitimidade no candomblé paulista. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 18-31, out. 1990a.
- _____. Modernidade com feitiçaria: candomblé e umbanda no Brasil do século XX. In: **Tempo Social: Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 49-74, jan./jun. 1990b.
- _____. **Os candomblés de São Paulo**: a velha magia na metrópole nova. São Paulo: Editora Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
- QUINTÃO, Antônia Aparecida. **Irmandades negras**: outro espaço de luta e resistência (1870-1890). 1991. 149f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O engenheiro e o inquérito: as habitações operárias no Distrito de Santa Ifigênia, São Paulo, 1893. In: **Cadernos de História da Ciência**, v. 11, n. 2, p. 130-169, 31 dez. 2015.
- ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras. In: **Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17 – CEAA**. Universidade Cândido Mendes, 1989.
- _____. **A cidade e a Lei**: legislação, política e territórios na cidade de São Paulo.

São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **São Paulo 1934-1938:** os anos da administração Fabio Prado. São Paulo: FAUUSP, 1999.

SANTOS, Bruno Garcia dos. **Memórias afrodiáspóricas em território negro paulista:** práticas ancestrais no Parque Peruche. 2018, 131f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SCHNECK, Sheila. **Bixiga:** cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade (1906-1931). Dissertação (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos rios nos meandros do poder:** Tie-tê e Pinheiros – valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. 1987, 289 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SILVA, Gleuson Pinheiro. **Raça, cultura e disputa territorial:** o caso do Príncipe Negro da cidade Tiradentes. 2020. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-28042021-151654/pt-br.php>> Acesso em: out, 2021.

SILVA, Marcos Virgílio da. "Lembrança eu tenho da Saracura": escavando histórias soterradas por uma avenida. In: HIKIJI, Rose Satiko Gitirana; SILVA, Adriana de Oliveira (Org.). **Bixiga em artes e ofícios.** São Paulo: EDUSP, 2014, p. 281-299.

SILVA, Maria Neves. **Histórias de vidas de mulheres negras:** estudo elaborado a partir das escolas de samba paulistas. 2002. 366f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Maria Nilza da. **Nem para todos é a cidade:** segregação urbana e racial em São Paulo. 1 ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares – Ministério da Cultura, 2006.

SILVA, Vagner Gonçalves da. O candomblé em São Paulo e a sacralização do espaço urbano. **Travessia,** São Paulo, v. 15, p. 26-29, 1993.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Uma releitura do “lugar do negro” e dos lugares da gente negra” nas cidades. In: BARONE, Ana; RIOS, Flávia (Org.). **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950).** 1 ed. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2018, p.23-48.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Carnaval em branco e negro:** carnaval popular paulistano (1914-1988). Campinas: Editora da Unicamp, 1984.

SIQUEIRA, Renata Monteiro. Os negros do Largo da Banana cantados por Geraldo Filme. In: **Anais do XV SCHU.** Rio de Janeiro: ANPUR, 2018.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador.** São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1997.

WISSENBACH, Maria Cristina. **Sonhos africanos, vivências ladinas:** escravos forros em

São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

DOCUMENTOS JURÍDICOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ata da 4^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 26 jan. 1918.

_____. Ata da 73^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 06 set. 1948.

_____. Ata da 123^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 14 jan. 1949.

_____. Ata da 373^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 19 de março de 1951.

_____. Ata da 5^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 6 de fevereiro de 1952.

_____. Ata da 159^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 06 de maio de 1953.

_____. Ata da 421^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 27 de junho de 1955.

_____. Ata da 100^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 31 de outubro de 1956.

_____. Ata da 140^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 22 de fev. de 1957.

_____. Ata da 209^a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo, 12 de junho de 1957.

_____. Indicação nº301, 17 out 1936.

_____. Indicação nº365, 7 nov. 1936.

_____. Indicação nº378, 14 nov. 1936.

_____. Indicação nº429, 28 nov. 1936.

_____. Indicação nº558, de 28 de set. 1937.

_____. Ofício nº132, de 06 de set. 1912.

_____. Ofício nº29, de 12 de abr. 1919.

_____. Ofício nº511 de 7 de dez. de 1928.

_____. Ofício nº109 de 19 de nov. de 1929.

_____. Projeto de Lei nº159 de 13 out. 1937.

_____. Requerimento nº334, 22 set. 1917.

- _____. Requerimento nº , 14 nov. 1936.
- _____. Requerimento nº100, de 18 de abr. 1937.
- _____. Requerimento nº142, 21 ago. 1937.
- _____. Requerimento nº182, de 18 de set. 1937.
- _____. Sinopse da Geo - História da Brasilândia, 1992.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **V Recenseamento Geral do Brasil 1940**. Série Regional, Parte XVII, São Paulo - Tomo 1, São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **IX Recenseamento Geral do Brasil 1980**. Série Regional, Volume 1 - Tomo 1, Número 19. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- SÃO PAULO. Resolução SC-35, de 19 de dezembro de 2019.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Lei nº38 de 24 de maio de 1893. Estabelece a aprovação de plantas para novas edificações.
- _____. Ato nº669 de 5 de março de 1914. Regulamenta as leis 220, de 18 de março de 1896 e 324, de 22/09/1897 e dá instruções sobre embargo municipais de obras, demolições e sobre multas.
- _____. Lei nº1.874, de 12 de maio de 1915. Divide o município em quatro perímetros e dá outras providências.
- _____. Lei nº2666, de 09 de janeiro de 1924.
- FONTES IMPRESSAS**
- 1º Congresso tratará da preservação do samba. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano33, n.12.256, p.12, 29 de out. de 1962.
- AQUISIÇÕES de propriedades. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 23.191, p. 05, 07 jun. 1922.
- ACQUISIÇÕES de immoveis na Capital. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 25.088, p. 12, 23 dez. 1937
- A NOSSA Folha. **O Clarim da Alvorada**: Legítimo Orgam da Mocidade, São Paulo, ano VI, n. 23.191, p. 04, 9 jun. 1929.
- ASSOCIAÇÕES. **Correio Paulistano**. Associação dos Proprietários de Immoveis de São Paulo. São Paulo, n. 25.704, p. 06, 20 dez. 1933.
- ASSOCIAÇÕES. **Correio Paulistano**. Associação dos Proprietários de Immoveis de São Paulo. São Paulo, n. 25.704, p. 06, 20 dez. 1939.
- ASSOCIAÇÕES. **Correio Paulistano**. Associação dos Proprietários de São Paulo. São Pau-
- lo, n. 25.861, p. 11, 26 jun. 1940.
- BAIRROS ALAGADOS**. Jornal de Notícias, São Paulo, ano 3, n. 836, p. 12, 13 jan. de 1949.
- Diário da Noite**. São Paulo, n. 8.993, p.14, 29 de abr. 1954.
- DIRECTORIA GERAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Expediente do dia 8 de junho de 1914. **Correio Paulistano**, São Paulo, nº 18.279, p. 06, 09 jun. 1914.
- _____. Expediente do dia 21 de junho de 1915. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 18.654, p. 06, 22 jun. 1915.
- EDITAL. **Correio Paulistano**. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento da Fazenda. São Paulo, n. 25.332, p. 11, 07 out. 1938.
- GUANABARA será sede do III Simpósio do Samba**. A Luta Democrática : Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar, Rio de Janeiro, ano 14, n. 4.239, p.7, 5 de dez. de 1967.
- IMPOSTO territorial – urbano e rural – Quando se procede ao lançamento de um ou de outro. **Revista do Arquivo Municipal**: Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, ed.85, p.252, 1942.
- Jornal de Notícias**, São Paulo, ano III, n. 765, p.5, 17 out. 1948.
- NA Assembleia Legislativa. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano V, n. 1295, p.4, 14 jul. 1950.
- NA Assembleia Legislativa. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano V, n. 1377, p.3, 18 out. 1950.
- NA Assembleia Legislativa. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano V, n. 1403, p.3, 19 nov. 1950.
- NOTAS. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 20.578, p. 01, 15 out. 1920.
- NOTAS. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 20.587, p. 01, 24 out. 1920.
- O QUE DIZEM...O que falam**. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano 33, n. 12.267, p.53, 12 de nov. de 1962.
- OS BAIRROS da Berlinda**: Casa Verde – Mundo perdido e abandonado dentro mesmo de São Paulo. O Correio Paulistano, São Paulo, ano 94, n. 27.991, p.8 e 24, 6 jun. de 1947.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Lançamento das taxas Sanitária-Viação. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 23.249, p.2, 24 mai. 1928.
- _____. Edital Imposto territorial. **Jornal de Notícias**, São Paulo, n. 702, p.3, 4 ago. 1948.
- _____. Edital Imposto territorial. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 28.373, p.3, 2 out. 1948.
- RUÍRAM dezoito casas. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano 94, n. 28.140, p.10, 30 dez. 1947.

SENTENÇA. **Correio de São Paulo.** São Paulo, ano II, n. 544, p. 06, 15 mar. 1934.

SOBRINHO, Miguel de Godoy. Edital de Protesto. **Correio Paulistano**, São Paulo, ed.18541, p. 8, 28 fev. 1915.

SÓ é paulista quem age em função nacional, eis a lição de nossa vida coletiva e de nossa predestinação histórica. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano III, n. 887, p.12, 15 mar. 1949.

Sr. Higino Zumbano. **OS BAIRROS na berlinda:** Casa Verde. O Correio Paulistano, São Paulo, ano 94, n. 27.984, p.5, 28 jun. 1947.

Sr. H. Z. **TEM a palavra o povo.** Jornal de Notícias, São Paulo, ano 1, n. 64, p. 8, 3 ago. 1946.

TEM a palavra o povo. Jornal de Notícias, São Paulo, ano 2, n. 422, p. 10, 6 set. 1947.

VISITA do governador à Freguesia do Ó. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano III, n. 800, p.4, 30 nov. 1948.

FONTES VISUAIS

AKINS Kintê no Guia Negro Entrevista: a poesia da música me salvou. Direção: Rodrigo Portela. Produção de Heitor Salatiel. São Paulo: Catraca Livre, 2020. Youtube (18:24 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PUaQf-nOdII&t=73s>. Acesso em: 04 dez. 2021.

FAMÍLIAS negras da Brasilândia. Direção: José Carlos da Silva (JC). Produção de Avelino de Souza Neto (Regicida). São Paulo: Do Morro Produções, 2010. Youtube (127:04 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4BTQ8beO3YU>. Acesso em: 23 out. 2021.

NOSSA Quebrada Samba do Congo. Direção: Samba do Congo. Produção de Samba do Congo. São Paulo: Fabcine Móvel, 2016. Youtube (25:17 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_7heXGCKu_Q. Acesso em: 04 dez. 2021.

ZECA: o poeta da Casa Verde. Direção: Akins Kintê. Produção de Sueide Kintê. São Paulo: Borá Produções, 2012. Youtube (47:47 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V3cyl7cbS3A>. Acesso em: 26 nov. 2021.

FONTES ORAIS

BAETA. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 08 nov. 2018.

BAETA. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 09 mai. 2019.

DIMAS. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 26 out. 2021.

DONA BADUCA. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 02 out. 2018.

DONA YOLANDA. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 01 out. 2018.

DONA YVONNE. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 02 out. 2018.

FERNANDO RIPOL. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 19 out. 2021.

HARRY. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 15 out. 2021

MÃE WANDA. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 09 fev. 2019.

SEU CARLÃO DO PERUCHE. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 08 nov. 2018.

TIA AMÉLIA. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 02 out. 2018.

TIA FRANÇA e CARMO DO NASCIMENTO. Entrevista concedida a Maria Gabriela Feitosa dos Santos. São Paulo, 02 out. 2018.